

REVISÃO

PLANO

DIRETOR

MUNICIPAL



RELATÓRIO DO PLANO - 2011

RELATÓRIO 2 – OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO – FUNDAMENTAÇÃO
E PROGRAMA DE EXECUÇÕES





APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS

O PDM de Penela é constituído pelos seguintes documentos escritos:

- Regulamento;
- Relatório 1;
- Relatório 2.

O **RELATÓRIO 1** traduz os **Estudos de Caracterização do Território Municipal**, integrando o Enquadramento Municipal e os Estudos de Caracterização. Estes últimos, sintetizam a situação do município em termos de caracterização física, demográfica, económica, urbanística, atividades e equipamentos coletivos, património, turismo e infraestruturas. A síntese aqui apresentada, deriva de estudos sectoriais desenvolvidos mais detalhadamente sobre temas específicos, ao longo do processo de revisão do PDM e que podem complementar a informação deste relatório, nomeadamente em fichas identificativas/descritivas dos edifícios e em cartas em formato digital.

O **RELATÓRIO 2** traduz os **Objetivos e Estratégias – Fundamentação e Programa de Execuções** para o Município, integrando os Antecedentes à revisão do PDM, o Lançamento do Plano (da revisão), o Enquadramento Técnico e Metodológico do processo de revisão, a Avaliação do Território em termos de povoamento, indústria, agrícola e florestal, equipamentos, infraestruturas e turismo, a Proposta de Ordenamento e Composição do Plano, os Objetivos e Estratégias de Desenvolvimento e o Programa de Execuções e Meios de Financiamento.





ÍNDICE

1.	ANTECEDENTES	7
2.	LANÇAMENTO DO PLANO	9
3.	ENQUADRAMENTO TÉCNICO E METODOLÓGICO	11
3.1.	EQUIPA TÉCNICA	12
3.2.	CRONOLOGIA	13
3.3.	METODOLOGIA	27
3.3.1.	ARRANQUE	27
3.3.2.	ELABORAÇÃO	28
4.	AVALIAÇÃO DO TERRITÓRIO	55
4.1.	AGLOMERADOS URBANOS	60
4.1.1.	AVALIAÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS	60
4.1.2.	FUNDAMENTAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO DE SOLO RURAL EM SOLO URBANO	63
4.1.2.1.	METODOLOGIA	67
4.1.2.2.	EVOLUÇÃO GERAL DOS PERÍMETROS URBANOS DO CONCELHO	72
4.1.2.3.	SÍNTESE CONCLUSIVA – COMPATIBILIZAÇÃO COM O PROTC	76
4.2.	INDÚSTRIA	77
4.2.1.	AS DINÂMICAS INDUSTRIAIS	77
4.2.2.	ANÁLISE SWOT	78
4.3.	AGRICULTURA E FLORESTA	79
4.3.1.	AVALIAÇÃO DE RECURSOS	79
4.3.2.	ESPAÇO FLORESTAL	81
4.3.3.	ESPAÇO AGRÍCOLA	90
4.3.3.1.	ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	90
4.3.3.2.	PD-ICE – PROGRAMA DIRETOR DE INOVAÇÃO, COMPETITIVIDADE E EMPREENDEDORISMO PARA O MUNICÍPIO DE PENELA	94
4.3.3.3.	PLANOS DE AÇÃO	95
4.3.3.4.	PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA O TERRITÓRIO DO CONCELHO DE PENELA	97
4.3.3.4.1.	CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE CAMINHOS AGRÍCOLAS	98
4.3.3.5.	ANÁLISE SWOT	100
4.4.	EQUIPAMENTOS	101
4.4.1.	EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	102
4.4.2.	EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	103
4.4.3.	EQUIPAMENTOS DE AÇÃO SOCIAL	105
4.4.4.	EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	106
4.4.5.	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL	107
4.4.6.	EQUIPAMENTOS DE CULTURA E LAZER	107
4.4.7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
4.4.8.	ANÁLISE SWOT	108
4.5.	INFRAESTRUTURAS	109
4.5.1.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	109
4.5.2.	DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	110
4.5.3.	RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	111
4.5.4.	ENERGIA	112
4.5.5.	REDE VIÁRIA E TRANSPORTES	113
4.5.6.	ANÁLISE SWOT	115
4.6.	TURISMO	116
4.6.1.	AVALIAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS	116
4.6.2.	ANÁLISE SWOT	119
4.7.	CONFORMIDADE COM AREDE NATURA 2000	120
4.7.1.	INTRODUÇÃO	120
4.7.2.	ELABORAÇÃO DO PLANO	120
4.7.3.	REGULAMENTO	124



4.7.4.	CONCLUSÃO	126
5.	PROPOSTA DE ORDENAMENTO E COMPOSIÇÃO DO PLANO	127
5.1.	ELEMENTOS	128
5.2.	PLANTA DE ORDENAMENTO	131
5.2.1.	PROPOSTA DE ORDENAMENTO	133
5.3.	PLANTA DE CONDICIONANTES	153
5.4.	PLANTAS QUE ACOMPANHAM O PLANO	160
6.	OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO	168
6.1.	OBJETIVO GLOBAL	169
6.2.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	170
6.3.	GRANDES MEDIDAS E AÇÕES	172
7.	PROGRAMA DE EXECUÇÕES E MEIOS DE FINANCIAMENTO	178
7.1.	UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO	179
7.2.	PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO	182



1. ANTECEDENTES



PDM DE 1ª GERAÇÃO

O Plano Diretor Municipal – PDM – foi elaborado por uma equipa externa à Câmara Municipal, no Gabinete de Apoio Técnico da Lousã – GAT da Lousã em colaboração com a Associação de Municípios dos Vales do Ceira e Dueça – AMVCD. Esta Associação, cuja área de intervenção coincide com o conjunto das respetivas circunscrições territoriais do GAT da Lousã, foi criada com o objetivo de proceder à elaboração de um Plano Diretor Intermunicipal para os concelhos envolvidos, tendo alargado posteriormente o seu âmbito de ação.

A Equipa Técnica pluridisciplinar constituída para o efeito, sofreu algumas alterações ao longo do processo e com apoio de consultores especializados, começou por desenvolver, em 1982 (sob a vigência do Decreto-Lei nº208/82, de 26 de Maio), um Plano Diretor Intermunicipal para o conjunto dos concelhos da Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares que posteriormente e já sob a vigência do Decreto-Lei nº69/90, de 2 de Março, passou a quatro Planos Diretores Municipais: PDM da Lousã, PDM de Miranda do Corvo, **PDM de Penela** e PDM de Vila Nova de Poiares.

A tramitação do processo do **Plano Diretor Municipal de Penela**, atualmente em vigor, foi a seguinte:

- Elaboração: entre o segundo semestre de 1982 e o final do ano de 1991;
- Aprovação: Assembleia Municipal de Penela de 30 de Novembro de 1992;
- Ratificação: Resolução de Conselho de Ministros nº 40/93 de 18 de Fevereiro de 1993;
- Registo na DGOTDU: 02.06.14.00/0A-93.PD;
- Publicação: Diário da República nº 114 I Série-B de 17 de Maio de 1993.

RAN E REN

As cartas da **Reserva Agrícola Nacional (RAN)** E **Reserva Ecológica Nacional (REN)** foram elaboradas em processos paralelos ao do PDM, com acompanhamento e participação em termos “gráficos” pela equipa do GAT da Lousã / AMVCD, de forma a tornar aqueles processos mais céleres, a tempo de serem integrados nos elementos fundamentais do PDM.

A tramitação do processo de delimitação da **RAN** para o Concelho Penela foi o seguinte:

- Elaboração: Efetuada ao abrigo do Decreto-Lei nº196/89 de 14 de Junho, com base em fotografias aéreas do CNROA/DRABL e cartografada em ortofotomapas à escala 1:10000. Posteriormente foi feita uma transposição para a escala 1:25000 (escala de elaboração do PDM), da responsabilidade da então CCRC, de acordo com protocolo firmado entre aquelas entidades e o GAT da Lousã / Equipa do PDM;



- Aprovação: Em 24 de Julho de 1991 pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação;
- Publicação: Portaria nº 276/91 de 22 de Agosto no Diário da República nº 192, II Série de 22 de Agosto de 1991.

O processo da **REN** para Concelho de Penela teve a seguinte tramitação:

- Elaboração: Para dar cumprimento ao Decreto-Lei nº93/90 de 19 de Março, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº316/90 de 13 de Outubro, foram cartografados os ecossistemas constantes nos nºs 2 e 3 do Anexo I do referido Decreto-Lei – Leitos dos Cursos de Água, Cabeceiras das Linhas de Água, Áreas com Risco de Erosão e Áreas de Infiltração Máxima –, sendo esse trabalho da responsabilidade da então Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC), atual Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR);
- Aprovação: 29 de Janeiro de 1993, pelos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Agricultura, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, do Comércio e Turismo, e do Ambiente e Recursos Naturais;
- Publicação: Portaria nº183/93 de 17 de Fevereiro, no Diário da República nº40, I Série-B.

2. LANÇAMENTO DO PLANO



A **revisão do PDM** teve início com base no Decreto-Lei nº69/90 de 2 de Março, onde se previa um processo simplificado, apenas com reformulação do Regulamento e das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes.

O regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial – Decreto-Lei nº380/99 de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº310/2003 de 10 de Dezembro – veio revogar o Decreto-Lei nº69/90 de 2 de Março, impondo que o processo de revisão seguisse os trâmites de um processo de elaboração, obrigando à execução de todas as peças escritas e desenhadas, ao acréscimo de elementos e ainda à justificação sistematizada de todas as propostas e medidas a adotar.

Esta situação implicou um aumento considerável de trabalhos e estudos, nomeadamente:

- Atualização e levantamento de informação enquadrada em caracterizações do território, biofísica, social, económica, urbanística, paisagística, cultural, de infraestruturas e de equipamentos coletivos;
- Justificação detalhada e convincente da necessidade de aumento e/ou redefinição dos perímetros urbanos;
- Reuniões de desafetação de solos da RAN e da REN;
- Reuniões sistemáticas com a CTA, parcial ou total, até à aceitação da versão final;

Persistiam ainda algumas indefinições, quanto a:

- Abordagem das novas (re)classificações e (re)qualificações do solo urbano e solo rural;
- Representação gráfica das diversificadas classificações e qualificações dos solos;
- Critérios de perequação.

Por outro lado, aguardava-se ainda a publicação de regulamentação prevista nos dois Decretos-Lei citados anteriormente, relativamente a:

- Critérios de classificação e reclassificação do solo;
- Elementos que devem acompanhar os planos municipais de ordenamento do território;
- Simbologia e sistematização gráfica dos instrumentos de gestão territorial.

Novas exigências, conceitos e documentos são previstos nesta legislação, sem que haja experiência no seu tratamento/promoção a nível nacional ou regional, nomeadamente:

- Base cartográfica oficial ou homologada;
- Mapa de ruído municipal;
- Estrutura ecológica municipal – EEM;
- Estrutura ecológica urbana (integrada no perímetro urbano e compatibilizada com a EEM);
- Avaliação Ambiental Estratégica.



3. ENQUADRAMENTO TÉCNICO E METODOLÓGICO



3.1. EQUIPA TÉCNICA

O trabalho de revisão do Plano Diretor Municipal de Penela foi desenvolvido no GAT da Lousã / AMVCD até 2008, em simultâneo com os PDM's de Vila Nova de Poiares, Miranda do Corvo e Lousã – municípios integrantes da Associação de Municípios e GAT da Lousã –, por uma equipa pluridisciplinar, integrando elementos do GAT da Lousã, AMVCD e um representante de cada Câmara Municipal. A equipa foi alvo de algumas alterações ao longo do tempo, dela fazendo parte técnicos com diversas formações, em muitos casos passando pela condição de estagiários, em áreas como Engenharia Civil, Planeamento Regional e Urbano, Geografia, Engenharia Geográfica e Arquitetura. Dessa equipa fizeram parte:

- Zulmira Duarte, engenheira civil, GAT Lousã – durante todo o processo, coordenadora desde Fevereiro/2001 até Dezembro/ 2007;
- Santiago Faria, arquiteto, Coordenador – Março/1999 a Fevereiro/2001.
- Luís Gaspar, desenhador até 2006, licenciado em arquitetura, GAT Lousã – até Dezembro/2007;
- Fátima Ferreira, planeamento regional e urbano, C. M. Miranda do Corvo – de Fevereiro/1996 até Dezembro/2007;
- Irene Ribeiro, engenheira civil, C. M. Penela – Fevereiro/1996 a Julho/1999;
- Adelaide Morgado, planeamento regional e urbano, AMVCD e C. M. Penela – Fevereiro/1999 a Fevereiro/2001;
- Susana China, desenhadora, AMVCD – Fevereiro/1999 a Março/2001 e de Janeiro/2007 até Dezembro/2007;
- Ricardo Grade, geógrafo, C. M. Lousã – desde Fevereiro/2000 até Dezembro/2007;
- Manuel Sançana, engenheiro civil, C. M. Poiares – Fevereiro a Outubro/2000;
- Gabriela Fernandes, planeamento regional e urbano, C. M. Poiares – de Dezembro/2000 até Dezembro/2007;
- Luís da Vinha, geógrafo, C. M. Penela – Março/2001 a Dezembro/2005;
- Alexandra Rodrigues, engenheira geógrafa, C.M.Lousã – desde Dezembro/2004 até Dezembro/2007;
- Catarina Maia, planeamento regional e urbano, C. M. Penela – de Fevereiro/2006, coordenadora desde Janeiro de 2008;
- Helena Lopes, engenheira geógrafa, AMVCD – desde Janeiro/2007 até Dezembro/2007;
- Rui Lopes, Gestão do Território (Planeamento e Ambiente), C. M. Penela – desde Junho/2007;
- Patrícia Mendes, Arquiteta, C.M. Penela – desde Janeiro/2008;
- Manuela Ferraz, Eng.^a Florestal, C.M Penela;
- Sónia Vicente, Arqueóloga, C.M. Penela;
- Nuno Pereira, Desenhador, C.M. Penela;

O processo de revisão do plano foi acompanhado pela Autarquia, nas pessoas do Sr. Presidente, Vereadores e Técnicos responsáveis pelas temáticas tratadas.



3.2. CRONOLOGIA

O processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Penela passou por diversas etapas, de onde se destacam, em termos cronológicos:

1998

Fevereiro de 1998

- Reunião com Técnicos da Câmara Municipal para apresentação da versão Fevereiro/1998 do “Documento justificativo da necessidade de revisão do PDM de Penela”, na Câmara Municipal.

Março de 1998

- Reunião com Técnicos da Câmara Municipal para proceder ao levantamento/identificação de situações tipo a integrar no “Documento justificativo da necessidade de revisão do PDM de Penela”, no GAT Lousã.
- Apresentação da versão de Março/1998 do “Documento justificativo da necessidade de revisão do PDM de Penela”.

Abril de 1998

- Deliberação da Câmara Municipal para Revisão do PDM.

Julho de 1998

- Primeira reunião com a Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Litoral, representada pelo Sr. Eng.º Santinho, para discussão do método de trabalho de conversão analógico-digital da RAN e ajustes à carta militar em formato raster, resultando na aceitação da metodologia.

Setembro de 1998

- Primeira reunião com Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro, representada pelos Eng.º Mota Lopes e Dr.ª Fernanda Praça, para discussão da metodologia de conversão analógico-digital da REN e ajustes à carta militar em formato raster, resultando na aceitação do método de trabalho.

Outubro de 1998

- Deliberação do Conselho de Administração da AMVCD, para realização do concurso “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares e área envolvente”.

Novembro de 1998

- Publicação da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA).

Dezembro de 1998

- Reunião, no IPCC, com a Sr.ª Eng.ª Alice Antão, para discussão de questões relacionadas com a



cartografia numérica à escala 1:10000, da Série Cartográfica Nacional (SCNK10), no sentido de despoletar o processo de execução para os concelhos da AMVCD.

1999

Janeiro de 1999

- Primeira reunião com o INE, na pessoa do Sr. Professor Doutor Albergaria, solicitada por este, conducente ao estabelecimento de um Protocolo entre o INE e a AMVCD no âmbito da BGRI2001 (Base Geográfica de Referenciação da Informação) para os Censos 2001.

Março de 1999

- Primeira reunião de trabalho com o Sr. Arq.º Santiago Faria – consultor da Equipa Técnica desde Março de 1999 a Fevereiro de 2001. Foi feita a apresentação do Documento Justificativo, dos trabalhos iniciados, da cartografia pretendida e da metodologia utilizada para conversão analógico-digital das cartas, nomeadamente quanto à RAN e à REN.

Maior de 1999

- Segunda reunião com Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Litoral, representada pelo Eng.º Hortalas e Eng.º Santinho. Foram prestados esclarecimentos, aceites pelos mesmos, sobre os processos de conversão analógico-digital da carta da RAN existente/publicada:
 - Digitalização da informação (limites da RAN “bruta”) desenhada sobre os Ortofotomapas, aquando da elaboração dos PDM's, que por sua vez havia sido obtida dos limites desenhados pela Comissão da Reserva Agrícola sobre fotografia aérea;
 - Obtenção da carta final da RAN, por compatibilização com os aglomerados urbanos da Planta de Ordenamento do PDM (tendo em consideração as áreas desafetadas) e com as outras classes de espaço, bem como ajustes/acertos de “bom senso”, nomeadamente a caminhos, linhas de água e curvas de nível das cartas militares à escala 1:25000.
- Disponibilização das cartas da RAN em formato digital, deste Município, à Comissão da Reserva Agrícola, para integração na base digital que pretendem elaborar para a Região Centro.
- Promoção de concurso, por Ajuste Direto, para a realização de um voo com o objetivo de obter a cobertura aerofotográfica para produção de fotografia aérea à escala 1:22500, destinada à elaboração de cartografia numérica à escala 1:10000.

Junho de 1999

- Publicitação através de aviso, publicado em jornais de âmbito nacional e regional, dando conhecimento da revisão do Plano Diretor Municipal e convidando todos os interessados a apresentar por escrito, as sugestões e reclamações relativas à revisão do PDM.



Julho de 1999

- Primeira reunião com a CTA – dia 8 – no GAT Lousã.
- Publicação, em Diário da República, do anúncio de concurso público para elaboração de “Cartografia numérica à escala 1:10000 dos concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares e área envolvente” – Diário da República nº 163, III Série de 15 de Julho de 1999.

Setembro de 1999

- Segunda reunião com Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro, nas pessoas da Dr.^a Alexandra Grego e Dr.^a Susana Moreira, com a presença do Arq.^o Santiago Faria, onde foram discutidos os seguintes temas:
 - Conversão analógico-digital da REN e ajustes à carta militar em formato *raster* – exposição da metodologia usada no GAT;
 - Apresentação da 1ª análise realizada pela D.R. Ambiente sobre a carta em formato digital da REN existente do Concelho de Penela;
 - Primeira proposta da Direção Regional do Ambiente (DRA) sobre a redefinição das “Áreas de infiltração máxima” da REN de Penela;
 - Disponibilização dos ficheiros digitais com informação gráfica da REN dos 4 Concelhos à Dr.^a Alexandra, para visualização e compatibilização dos mesmos com a imagem raster das cartas militares existentes na D.R. do Ambiente;
 - Agendamento de uma reunião para a 2ª ou 3ª semana de Setembro, para debater o último ponto referido.
 - Ficou, ainda, estabelecido com a representante da D.R., procederem à compatibilização da REN digital do GAT da Lousã com as cartas de REN digitalizadas pela D.R. Ambiente, com o objetivo de futura adoção das primeiras em detrimento das segundas.

2000

Fevereiro de 2000

- Apresentação de dois técnicos estagiários – 1 Eng.^o civil pela Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares e 1 geógrafo pela Câmara Municipal da Lousã – que servirão de interlocutores junto das respetivas C.M.'s na recolha e atualização de informação.
- Assinatura do protocolo PROCARTA entre a AMVCD e o então IPCC, para a realização de cartografia numérica à escala 1:10000.

Junho de 2000

- Terceira reunião com a Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro, nas pessoas do Eng.^o Mota Lopes, Eng.^o Armando Carvalho, Dr.^a Alexandra Grego e Eng.^a Leonor Silva, com a



presença do Eng.º Armando Basso, Diretor Regional do Ordenamento do Território, CCRC, com o objetivo de conjugar esforços e estabelecer metodologias/estratégias de trabalho entre aquela Direção Regional e a Equipa Técnica de Revisão dos PDM's, na coordenação de trabalhos entre a redefinição das cartas da REN, pelos primeiros, e as propostas no âmbito da revisão dos PDM's, pelos segundos.

- Apresentação do PDM na Assembleia Municipal de Penela.

Outubro de 2000

- Reunião com representantes do IPA (Instituto Português de Arqueologia) de Viseu, nas pessoas do Dr. Monteiro e Dr.ª Gertrudes, para apresentação de locais/áreas e documentação de interesse arqueológico, no GAT Lousã.

Novembro de 2000

- Conclusão dos cadernos sectoriais da Ação Social, Desporto e Educação.
- Segunda reunião com a CTA – dia 29 – no GAT Lousã.

2001

Janeiro de 2001

- Controle de qualidade posicional do MNT/MNA correspondente à Fase 1 da Zona A do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”.

Março de 2001

- Conclusão do caderno sectorial de Cultura e Lazer.

Abril de 2001

- Controle de Qualidade do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”, nas fases:
 - Estrutura gráfica e multicondificação dos ficheiros MNT correspondente à Fase 2 da Zona A;
 - Conteúdo e edição/generalização do MNT correspondente à Fase 3 da Zona A;
 - Completamento de campo correspondente à Fase 4 da Zona A;
 - Conteúdo e edição/generalização do MNT correspondente à Fase 3 da Zona B;
 - Completamento de campo correspondente à Fase 4 da Zona B.

Junho de 2001

- Reunião com o Sr. Eng.º Rebelo da CCRC com o objetivo de:
 - Reformular, detalhar, atribuir responsabilidades e apontar entidades fornecedoras da informação;
 - Preparar uma ficha/inventário global para recolha/levantamento de informação dos sectores em falta;



- Completar a análise da avaliação da execução dos objetivos do PDM em vigor (identificação dos objetivos e estratégia do PDM, síntese da estratégia e do modelo que lhe está subjacente);
- Definir estratégia e modelo no novo PDM – dialogar com os 4 Presidentes de Câmara.
- Conclusão dos cadernos sectoriais de Saúde, Salubridade Pública, e Segurança e Proteção Civil.

Agosto de 2001

- Controle de Qualidade do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”, nas fases:
 - Estrutura gráfica e multicodificação dos ficheiros MNT correspondente à Fase 2 da Zona A;
 - Conteúdo e edição/generalização do MNT correspondente à Fase 3 da Zona A;
 - Completamento de campo correspondente à Fase 4 da Zona A.

Outubro de 2001

- Conclusão do caderno sectorial do Património Cultural.

Novembro de 2001

- Controle de qualidade relativo ao completamento de campo da zona A do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”.
- Conclusão do caderno sectorial do Património Paisagístico.

Dezembro de 2001

- Conclusão do caderno sectorial do Turismo.

2002**Janeiro de 2002**

- Entrega, à Equipa do PDM, de uma versão da REN elaborada sobre as cartas militares, à escala 1:25000, da responsabilidade da CCDRC / DRAOTC, para o Concelho de Penela.
- Elaboração de um documento, pela Equipa Técnica do PDM, justificativo da vantagem de utilização da mesma base cartográfica – cartografia numérica à escala 1:10000, oficial e atualizada, promovida para o PDM – para a redefinição da REN e para o processo de revisão do PDM.
- Conclusão da apreciação das sugestões e reclamações apresentadas pelos municípios.

Fevereiro de 2002

- Reunião, na Câmara Municipal de Penela, sobre a cartografia para os PU's.

Abril de 2002



- Reunião com técnicos da DRAOTC, nas pessoas da Dr.^a Fernanda Praça e Dr. Veiga Simão, sobre o ponto de situação da REN, em elaboração naquele serviço. Foi informado que estaria pronta até 15 de Maio.

Maio de 2002

- Entrega, à equipa do PDM – dia 15 – de uma nova versão da REN, “REN bruta”, elaborada sobre a cartografia 1:10000.
- Reunião com técnicos da CCDRC, Dr.^a Fernanda Praça e Dr.^a Alexandra Grego – dia 17 – para discussão do processo de elaboração da REN dos PDM's de segunda geração.
- Controle de Qualidade do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”, nas fases:
 - Estrutura gráfica e multicodificação dos ficheiros MNT correspondente à Fase 2 da Zona A;
 - Conteúdo e edição/generalização do MNT correspondente à Fase 3 da Zona A;
 - Completamento de campo correspondente à Fase 4 da Zona A;
- Reunião – dia 29 – entre técnicos da CCDRC, Dr.^a Fernanda Praça e Dr.^a Alexandra Grego, Câmaras Municipais e Equipa Técnica para apresentação e discussão da “REN bruta” no que respeita ao seu procedimento de elaboração e fases subsequentes que terminarão com a sua publicação em diário da República.

Junho de 2002

- Reunião a Dr.^a Alexandra Grego da CCDRC, para discussão de ajustes dos aglomerados urbanos à REN “bruta” fornecida pela DRAOTC.

Julho de 2002

- Conclusão do caderno sectorial de Vias e Transportes.

Novembro de 2002

- Apresentação do PDM de Penela Assembleia Municipal.

2003**Janeiro de 2003**

- Alteração da composição da CTA motivada por desagregação de Ministérios e por adição da entidade ICN.

Fevereiro de 2003

- Reunião com Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro (DRAOTC) e os Srs. Presidentes das Câmaras Municipais, com o objetivo de estabelecer uma discussão sobre:
 - Definição de algumas linhas de orientação da revisão do Plano Diretor Municipal;



- Estratégia para compatibilização entre Planos de Urbanização e Planos Diretores Municipais;
- Estratégia para as reuniões de desafetação de áreas da Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional;
- Nova portaria sobre a estratégia de trabalho da CTA (Comissão Técnica de Acompanhamento).
- Reunião entre a equipa do PDM e Políticos e Técnicos da Câmara Municipal, para discussão de propostas no âmbito dos estudos sectoriais, equipamentos, infraestruturas, turismo e aglomerados urbanos.
- Controle de Qualidade do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”, nas fases:
 - Completamento de campo correspondente à Fase 3 da Zona B;
 - Conteúdo e edição/generalização do MNT correspondente à Fase 4 da Zona B.

Março de 2003

- Apresentação “CARTOGRAFIA DIGITAL PARA SIG – A experiência dos municípios como grandes consumidores de cartografia”, enquadrada na utilização da cartografia 1:10000 no processo de revisão do PDM, na Fundação Cupertino de Miranda, Porto.
- Reunião, no GAT, entre a equipa do PDM e Políticos e Técnicos da Câmara Municipal sobre os PU's de Podentes, Cumieira e Rabaçal;

Abril de 2003

- Controle de Qualidade do Modelo Numérico Cartográfico (MNC) correspondente à Fase 5 da zona A do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”.
- Promoção dos convites, a empresas da especialidade, para elaboração do Mapa de Ruído Municipal.

Maio de 2003

- Reunião na Direção Regional de Ambiente e Ordenamento do Centro (DRAOTC), entre a equipa de revisão do PDM, a DRAOT, a Câmara Municipal de Penela, representante da empresa Ventura da Cruz Planeamento do PU do Rabaçal e representante da empresa Biéffe dos PU's de Cumieira e Podentes, com a seguinte ordem de trabalhos:
 - Apresentação de proposta de reclassificação e requalificação dos solos urbanos a integrar nos PDM's e PU's;
 - Apresentação de proposta para a Estrutura Ecológica Municipal do concelho de Penela;
 - Discussão da metodologia de integração de Equipamentos e áreas diversas no PDM;
 - Discussão do modelo de regulamento do PDM, bem como a integração de novos elementos decorrentes da legislação em vigor;



- Discussão sobre a implementação de Parques de Sucatas e respetiva inclusão em Espaço Industrial;
- Discussão sobre a inclusão dos Mapa de Ruído no PDM;
- Discussão da metodologia de trabalho para as futuras reuniões de desafetação da REN e da RAN;
- Apresentação e discussão de novos conceitos aplicados em PDM.

Junho de 2003

- Entrega, à equipa do PDM, de uma nova versão da REN.
- Controle de Qualidade do Modelo Numérico Cartográfico (MNC) correspondente à Fase 5 da Zona B do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”.

Julho de 2003

- Reunião sobre os PU's do Concelho de Penela, com a presença da equipa do PDM, na CCDRC.
- Adjudicação do Mapa de Ruído Municipal à Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (ADAI) da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2003

- Reunião, na Câmara Municipal de Penela, sobre indústrias extrativas e unidades operativas;

Dezembro de 2003

- Apresentação “UTILIZAÇÃO DA CARTOGRAFIA 10k e 2k – A experiência da AMVCD”, enquadrada na utilização da cartografia 1:10000 no processo de revisão do PDM, no IGP, Lisboa.
- Conclusão da versão 1 dos processos de desafetação de solos da REN e da RAN.

2004**Fevereiro de 2004**

- Conclusão dos cadernos sectoriais de Caracterização Física e Caracterização Socioeconómica e urbanística.
- Reunião com EDP para recolha de informação sobre Rede Elétrica, no GAT.
- Reunião com a ADAI, para recolha de informação sobre áreas ardidas, em Coimbra.
- Reunião com a ADAI sobre o Mapa de Ruído, em Coimbra.

Março de 2004

- Reunião com EDP para recolha de informação sobre Rede Elétrica, no GAT.
- Reunião com EDP para recolha de informação sobre Rede Elétrica, em Coimbra.
- 1ª Reunião, entre a equipa do PDM, CCDRC e DRABL, para discussão de desafetação de solos da REN e da RAN, na CCDRC.

Abril de 2004



- Apresentação “UTILIZAÇÃO DA CARTOGRAFIA 10k e 2k – A experiência da AMVCD”, enquadrada na utilização da cartografia 1:10000 no processo de revisão do PDM, em Évora e Santarém.

Maio de 2004

- Apresentação “UTILIZAÇÃO DA CARTOGRAFIA 10k e 2k – A experiência da AMVCD”, enquadrada na utilização da cartografia 1:10000 no processo de revisão do PDM, na Guarda, Covilhã, no Porto e em Faro.
- Apresentação “UTILIZAÇÃO DA CARTOGRAFIA 10k e 2k – A experiência da AMVCD”, enquadrada na utilização da cartografia 1:10000 no processo de revisão do PDM, no âmbito da ação de formação “A CARTOGRAFIA OFICIAL APLICADA À SILVICULTURA”, ao IDARC, na Lousã.
- Reunião sobre os PU's do Concelho de Penela, com a presença da equipa do PDM, na CCDRC;

Junho de 2004

- Controle de qualidade da conversão do modo numérico para o modo analógico (Saídas Gráficas) correspondente à Fase 6 da Zona A do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”.

Setembro de 2004

- Reunião sobre os PU's do Concelho de Penela, com a presença da equipa do PDM, na CCDRC.

Outubro de 2004

- Reunião de apresentação do Mapa de Ruído, pela ADAI, no GAT da Lousã.
- Reunião sobre os perímetros urbanos;
- Reunião sobre os PU's de Cumieira e Podentes, com a presença da equipa do PDM, na CCDRC.

Novembro de 2004

- Receção do Mapa de Ruído Municipal e controle de qualidade do mesmo.
- Conclusão e envio, à CCDRC e DRABL, da versão 2 dos processos de desafetação de solos da REN e da RAN.

Dezembro de 2004

- Controle de qualidade da conversão do modo numérico para o modo analógico (Saídas Gráficas) correspondente à Fase 6 da Zona B do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”.

2005**Janeiro de 2005**

- Apresentação, pelo ICN, de proposta do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, com informação útil a



integrar no processo do PDM, na CCDRC

Fevereiro de 2005

- Reunião, na CCDRC, com os técnicos da Câmara Municipal de Penela e a equipa do PU do Rabaçal;
- Reunião, no GAT da Lousã, com o Diretor Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro – Eng.º Armando Basso –, presidentes das Câmaras Municipais e Equipa Técnica do PDM, para discussão da redefinição da REN dos Municípios de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares, com base em novos critérios, diferentes dos da REN Maio/2002. Foi decidido promoverem-se as novas cartas da REN.
- Reunião, na CCDRC, sobre os PU's de Cumieira e Podentes;
- Reformulação das Cartas da REN, da responsabilidade da CCDRC, com a colaboração da Equipa Técnica do PDM de modo a tornar o processo mais célere.

Março de 2005

- Entrega, à Equipa do PDM, para aferição, de uma nova versão da REN, da responsabilidade da CCDRC, para o Concelho de Penela.

Abril de 2005

- Reuniões com um dos Técnicos responsáveis pela delimitação da REN – Dr.ª Emília Amorim –, na CCDRC, para aferição da nova versão da REN, nomeadamente em termos de compatibilização com Espaço Urbano.

Maio de 2005

- Versão da REN Maio/2005, após aferição de detalhes com a CCDRC.

Junho de 2005

- Conclusão da versão 3 dos processos de desafetação de solos da REN e da RAN.

Julho de 2005

- Entrega e reunião de apresentação dos processos – 3ª versão – de desafetações da REN e da RAN de Penela.

Outubro de 2005

- Reunião de desafetações da REN e da RAN de Penela – 3ª versão dos processos.

Dezembro de 2005

- Reunião, na Câmara Municipal de Penela, com o Sr. Presidente, para apresentação e discussão de novas propostas, na sequência do novo Executivo Camarário.

2006

Janeiro de 2006

- Reunião na DREC, sobre indústrias extrativas.

**Fevereiro de 2006**

- Reunião, com o Sr. Presidente da Câmara de Penela, no GAT, para discussão de elementos em falta e aferição de questões relacionadas com a desafetação de solos da REN e da RAN;
- Reunião sobre a compatibilização dos limites dos PU's do Concelho de Penela, no GAT.

Março de 2006

- Reunião, no GAT, com o Eng. Póvoa relativa ao PDM de Penela;
- Entrega do processo de Março/2006 (aditamento ao processo de Junho de 2005) de desafetações da RAN e REN de Penela à CCDRC/DRABL.

Abril de 2006

- Reunião, com a Eng.^a Paula Coelho, na Câmara Municipal de Penela, sobre infraestruturas.
- Reunião, na CCDRC, sobre o processo de Março/2006 (aditamento ao processo de Junho de 2005) das desafetações da RAN e REN de Penela.
- Reunião com representante das Águas do Mondego, S.A., na sede em Taveiro, sobre o saneamento no Município de Penela, integrado no Sistema Multimunicipal de Abastecimento e de Saneamento do Baixo-Mondego e Bairrada.
- Reunião, na CCDRC, de aferição de limites PU's/PDM de Penela, entre representantes das Equipas de PU e PDM e da CCDRC.

Junho de 2006

- Reunião, na CCDRC, sobre processo de desafetações da RAN e de exclusões de REN.
- Entrega, na CCDRC, de onze exemplares do processo para a 3ª CTA do PDM, com os seguintes elementos:
 - Relatório 1 – ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL;
 - Relatório 2 (parte) – OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES;
 - Planta de Enquadramento Regional;
 - Planta da Situação Existente;
 - Proposta de Planta de Ordenamento;
 - Proposta de Carta da Estrutura Ecológica Municipal
 - Proposta de Classificação e Qualificação do solo.

Julho de 2006

- Reunião com Técnicos da Câmara Municipal sobre PDM.
- 3ª Reunião da CTA do PDM, na CCDRC – dia 12.

**2007****Janeiro de 2007**

- Reunião nas Estradas de Coimbra, com o Sr. Eng.º Varandas, sobre atualização da classificação da rede viária, ponto de situação dos processos de desclassificação e novos traçados de vias.

Fevereiro de 2007

- Reunião na C.M., com Sr. Presidente, para ponto de situação do PDM e aferição PDM/PU's.
- Reuniões de trabalho de PDM, na C.M. e no GAT, entre Técnicos do PDM e da C.M..

Julho de 2007

- Entrega, na CCDRC, dos exemplares do processo para a 4ª CTA do PDM, com os seguintes elementos:
 - Regulamento;
 - Relatório 1 – Estudos de caracterização do território municipal;
 - Relatório 2 – Objetivos e estratégias – fundamentação e programa de execuções;
 - Planta de Enquadramento Regional;
 - Planta da Situação Existente;
 - Planta de Ordenamento;
 - Planta de Condicionantes (desagregada em cinco cartas);
 - Carta da Estrutura Ecológica Municipal.
- Entrega, na CCDRC, para a 4ª CTA do PDM, do processo:
 - Identificação e justificação de áreas a desafetar da RAN e de áreas a excluir da REN;
 - Proposta de reclassificação de solos urbanos;
 - Perímetros urbanos propostos e em vigor.

Setembro de 2007

- 4ª Reunião da CTA do PDM, na CCDRC, dia 14.

2010**Julho a Novembro de 2010**

- Reformulação das peças escritas e desenhadas, para adaptação ao Decreto Regulamentar 11/2009, de 29 de Maio.

Dezembro de 2010

- Entrega, na CCDRC, dos exemplares do processo para a 5ª CTA do PDM, com os seguintes elementos reformulados:
 - Regulamento;



- Relatório 1 – Estudos de Caracterização do Território Municipal;
- Relatório 2 – Objetivos e estratégias – fundamentação e programa de execuções;
- Planta de Enquadramento Regional;
- Planta da Situação Existente;
- Planta de Ordenamento;
- Planta de Condicionantes;
- Carta de Valores Naturais.
- Planta de Património Arqueológico e Arquitetónico.

2011**Fevereiro 2011**

- 5ª Reunião da CTA do PDM, na CCDRC, dia 22.

Março a Maio de 2011

- Reformulação das peças escritas e desenhadas, para dar cumprimento às orientações resultantes da 5ª reunião da CTA.

Maio de 2011

- Entrega, na CCDRC, de exemplares do processo para a Conferência de Serviços e para a 6ª Reunião da CTA do PDM, com os seguintes elementos reformulados:
 - Regulamento;
 - Relatório 1 – Estudos de Caracterização do Território Municipal;
 - Relatório 2 – Objetivos e estratégias – fundamentação e programa de execuções;
 - Planta de Enquadramento Regional;
 - Planta da Situação Existente;
 - Planta de Ordenamento;
 - Planta de Condicionantes;
 - Carta de Valores Naturais;
 - Carta de Ruído Municipal;
 - Planta de Compromissos Urbanísticos;
 - Relatório Ambiental;
 - Memória Descritiva e Justificativa:
 - Identificação e justificação de áreas a desafetar de RAN e de áreas a excluir de REN;
 - Proposta de reclassificação de solos urbanos;
 - Perímetros urbanos propostos e em vigor.
 - Desafetação de áreas de Reserva Agrícola Nacional - memória descritiva

**Junho de 2011**

- Conferência de Serviços do PDM, na CCDRC, dia 30.
- 6ª Reunião da CTA do PDM, na CCDRC, dia 30

Junho e Julho de 2011

- Reformulação das peças escritas e desenhadas, para dar cumprimento às orientações resultantes da Conferência de Serviços e da 6ª reunião da CTA.
- Envio de “Memória descritiva e justificativa de exclusão de áreas de REN” para a CCDRC, a fim de instruir o processo de delimitação da REN para efeitos de agendamento na CNREN.

Agosto de 2011

- Apresentação da proposta de plano à Câmara Municipal de Penela, a fim de ser iniciado o período de discussão pública relativo à revisão do PDM de Penela.



3.3. METODOLOGIA

O processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Penela passou por duas etapas – arranque e elaboração – até ao parecer final da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA), cuja metodologia de trabalho se apresenta resumidamente.

3.3.1. ARRANQUE

16 de Fevereiro de 1998 – Deliberação da Câmara Municipal para Revisão do PDM

O processo de revisão teve início com a preparação do **“Documento justificativo da necessidade de revisão do PDM de Penela”**. Elaborado pela Equipa Técnica do GAT Lousã / AMVCD, com a colaboração de técnicos da Câmara Municipal, este pretendia fazer uma análise/diagnóstico da implementação do PDM da 1ª geração, assim como um levantamento das dificuldades encontradas que impediam o correto ordenamento e desenvolvimento do Concelho, tendo sido identificadas as seguintes situações:

- Não usufruiu dos ensinamentos colhidos em situações já discutidas e/ou testadas anteriormente, por ter sido um dos primeiros PDM's elaborados, a nível nacional – publicado a 4 de Maio de 1993 por Resolução do Conselho de Ministros nº 37/93;
- Situações que contrariam a lei geral em vigor;
- Pouca flexibilidade em termos de Regulamento do Plano;
- Entraves ao desenvolvimento do Concelho originados pelo carácter mais restritivo de que tem vindo a ser alvo a legislação geral da REN;
- Falta de cartografia de base atualizada;
- Situações desadequadas às necessidades e anseios da população.

O Documento foi concluído em Março de 1998 e serviu como justificativo para a revisão do PDM – dado que ainda não haviam decorrido os 10 anos de vigência exigidos pela legislação em vigor –, foi apresentado em Sessão de Câmara e serviu de base à deliberação para revisão do PDM. Posteriormente foi remetido à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), tendo sido aceite por esta e consequentemente despoletado o processo de revisão.



31 de Dezembro de 1998 – Publicação da CTA

A CTA para o processo de revisão do PDM de Penela foi aprovada por despacho nº22560/98 do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território (SEALOT), em 14 de Dezembro de 1998 e publicada no Diário da República nº301, II Série, de 31 de Dezembro. A comissão técnica (designada CTA) integra, atualmente, as seguintes entidades:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – CCDRC;
- Autoridade Florestal Nacional;
- Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.;
- Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- Direção Regional de Cultura do Centro;
- Direção Regional de Economia do Centro;
- EP – Estradas de Portugal, S.A.;
- Instituto do Turismo de Portugal, I.P.;
- Instituto da Água, I.P.;
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.;

3.3.2. ELABORAÇÃO

A elaboração do PDM decorreu em várias etapas, com o desenvolvimento de diversos trabalhos, em algumas situações indiretamente ligados ao PDM, mas imprescindíveis ao processo de revisão. Alguns destes procedimentos, pela sua complexidade, morosidade e ausência de modelos, implicaram o arrastamento do processo, de onde se destacam a promoção da cartografia base e respetivo controle de qualidade, a promoção do Mapa de Ruído Municipal, a colaboração com o INE na preparação da BGR12001 para os Censos2001, colaboração com o IGP na divulgação das potencialidades da cartografia numérica à escala 1:10000, e a colaboração/acompanhamento com a CCDRC nas diversas versões da REN.

Do processo de elaboração, para além da produção e/ou reformulação de peças escritas e desenhadas que no capítulo próprio se descreverão – Cap. 5 –, destacam-se as seguintes etapas:

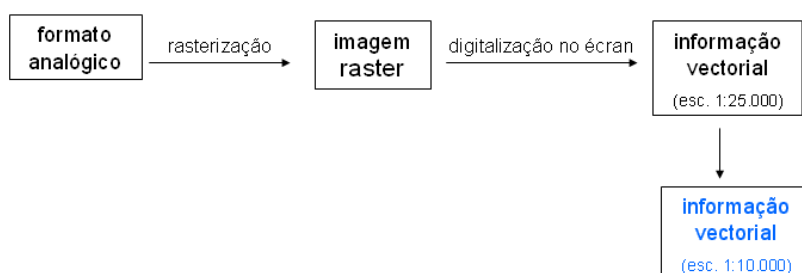
- Conversão analógico-digital das plantas de ordenamento e de condicionantes do PDM da 1ª geração;
- Promoção de cartografia oficial, digital e atualizada e respetivo controle de qualidade;

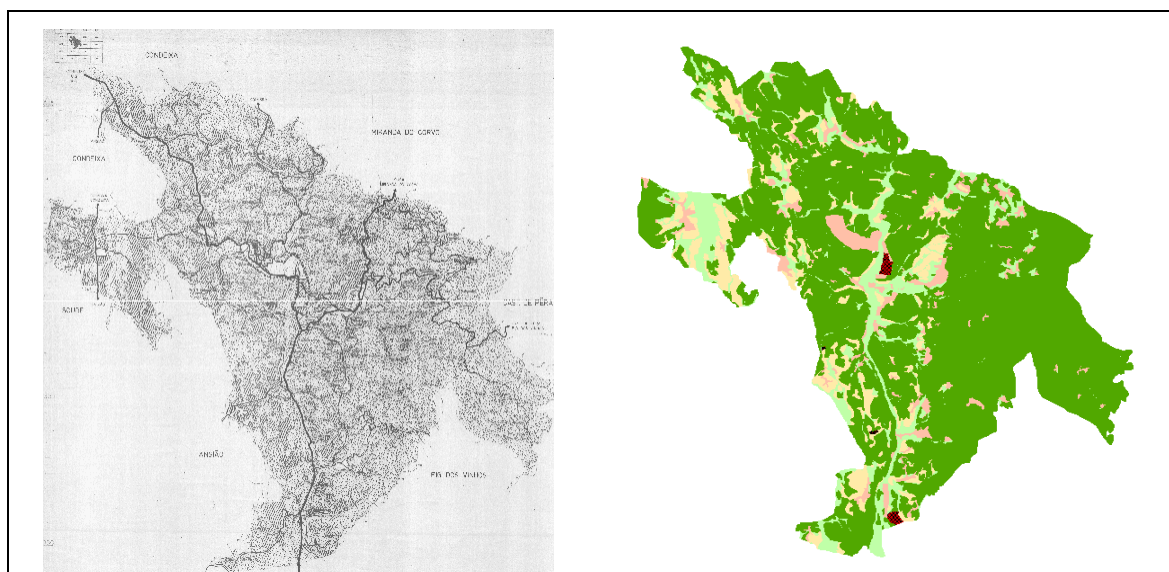
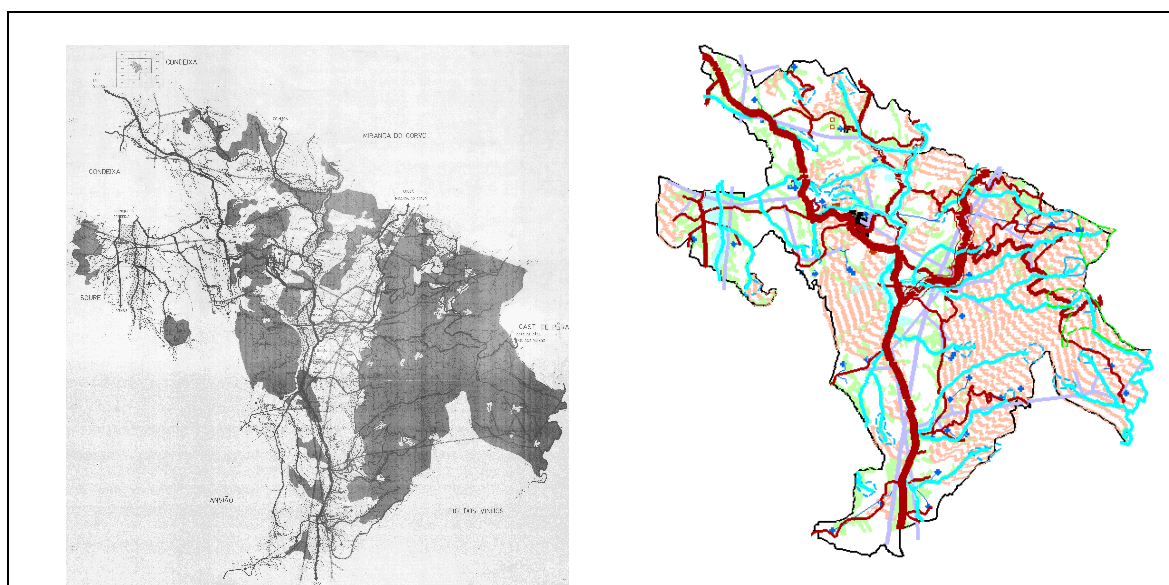


- Publicitação e participação pública, para apresentação de sugestões e reclamações;
- Análise das sugestões e reclamações;
- Avaliação do estado de execução dos objetivos do PDM da 1ª geração;
- Ajustes da informação das plantas de ordenamento e de condicionantes à cartografia em formato digital, à escala 1:10000;
- Multicodificação das plantas de ordenamento e de condicionantes;
- Elaboração de estudos sectoriais de caracterização do território municipal;
- Promoção do Mapa de Ruído Municipal;
- Contactos com diversas Entidades;
- Processo da REN;
- Reuniões de desafetação da RAN e da REN, com DRABL e CCDRC;
- Reuniões de coordenação PDM/PU's;
- Reuniões com a Comissão Técnica de Acompanhamento.

CONVERSÃO ANALÓGICO-DIGITAL DAS PLANTAS DE ORDENAMENTO E DE CONDICIONANTES DO PDM DA 1ª GERAÇÃO

O PDM publicado em 1993 foi elaborado em formato analógico, tendo como base a cartografia à escala 1:25000 do Instituto Geográfico do Exército. Como era pretensão da Equipa Técnica produzir o novo PDM em formato digital, tendo como base uma cartografia digital, oficial e atualizada, verificou-se a necessidade de, antes de mais, proceder à conversão das plantas existentes de modo a constituírem uma base de partida para os trabalhos de revisão. Assim houve que proceder à digitalização, inicialmente em mesa digitalizadora e posteriormente no écran sobre a imagem *raster* das plantas do PDM. Obtiveram-se então as Plantas em formato digital (informação vetorial).



**PLANTA DE ORDENAMENTO (FORMATO ANALÓGICO E FORMATO DIGITAL VETORIAL)****PLANTA DE CONDICIONANTES (FORMATO ANALÓGICO E FORMATO DIGITAL VETORIAL)****PROMOÇÃO DA CARTOGRAFIA OFICIAL, DIGITAL E ATUALIZADA E RESPECTIVO CONTROLE DE QUALIDADE**

A promoção da elaboração da base cartográfica – cartografia numérica digital oficial à escala 1:10000 – para Revisão do PDM, foi um processo moroso e complicado, nomeadamente no que diz respeito ao controle de qualidade, implicando atrasos nos trabalhos de planeamento e ordenamento.



Um dos pressupostos que serviram de justificação para a revisão do PDM foi a sua elaboração com base em cartografia desatualizada. Para fazer face a tal situação a AMVCD / GAT Lousã decidiu promover a execução de cartografia em formato digital. Depois de contactos com diversas entidades – Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Instituto Geográfico Português (IGP) – decidiu avançar com o concurso para execução de cartografia numérica, à escala 1:10000, da Série Cartográfica Nacional (SCNK10), através do estabelecimento de um protocolo – PROCARTA – com o então Instituto Português de Cartografia e Cadastro (IPCC), atual IGP.

A exigência por parte da Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) na utilização de cartografia oficial ou homologada para execução de planos de ordenamento do território, reforçou a opção pela cartografia numérica à escala 1:10000, da Série Cartográfica Nacional (SCNK10), obtendo-se assim cartografia oficial.

Foi então promovido o concurso (Ajuste Direto) para a realização da cobertura aerofotográfica para produção de fotografia aérea à escala 1:22500, destinada à elaboração de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares e área envolvente”, à escala 1:10000, em Maio de 1999 tendo o concurso público para elaboração de cartografia numérica sido lançado em Julho de 1999. A execução da cartografia foi adjudicada, à empresa Geometral, em Janeiro de 2000.

A execução da cartografia compreendia uma área de 120000 hectares, sendo que apenas 50000 hectares diziam respeito aos concelhos da AMVCD / GAT Lousã, abrangendo a restante área concelhos vizinhos (Coimbra, Montemor-o-Velho, Condeixa, Soure, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Góis, Arganil e Penacova).

No protocolo PROCARTA estava previsto que a realização do controle de qualidade seria executado por ambas as partes. Deste modo a AMVCD / GAT Lousã, através da Equipa Técnica de revisão do PDM, realizou tarefas inerentes ao controle de qualidade da cartografia numérica à escala 1:10000, das quais se destacam:

- Controle de Qualidade posicional do *Modelo Numérico Topográfico (MNT)* / *Modelo Numérico Altimétrico (MNA)* – Por coordenação de pontos GPS pelo método estático, Cálculo do Erro Médio Quadrático, por levantamento por GPS de 20 pontos, numa amostra pré determinada de uma folha;
- Controle de Qualidade da estrutura gráfica e multicondicionamento dos ficheiros MNT – Verificação automática de formatos, unidades, códigos, e estrutura gráfica através de um software específico – V10K;
- Controle de Qualidade do conteúdo e edição/generalização (ngXis) MNT – Verificação



automática dos elementos gráficos em termos de descontinuidades e geração de polígonos através de um software específico – ngXis;

- Completamento de campo (MNT) – Realizado através da verificação de campo, nomeadamente da quantificação dos elementos omissos ou incorretos através de amostragem;
- Qualidade/Geração do *Modelo Numérico* Cartográfico (MNC) – Realizado através da verificação em estação gráfica, de diversos parâmetros de produção do MNC, nomeadamente Toponímia, Simbologia, Cercadura, Informação Marginal e Ligação entre folhas, por amostragem;
- Controle de Qualidade das saídas gráficas – MNC – Avaliação da qualidade da conversão do MNC do modo numérico para o modo analógico (Saídas Gráficas).

PUBLICITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA, PARA APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES

O Decreto-Lei nº380/99 de 22 de Setembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº310/2003 de 10 de Dezembro, prevê no seu artigo 77º que a Câmara Municipal publicite, através da divulgação de avisos, a deliberação que determina a elaboração do plano de forma a permitir a formulação de sugestões, bem como a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração/revisão do PDM.

Apesar de a revisão do PDM ter sido iniciada ao abrigo do Decreto-Lei nº69/90, de 2 de Março, e não estar obrigado aquela publicitação, foi entendimento da Equipa Técnica proceder à auscultação da população de modo a tornar o processo mais transparente e participativo, bem como a recolha de sugestões úteis e válidas para o desenvolvimento do território. A Câmara Municipal divulgou assim o seguinte anúncio, convidando os interessados a apresentarem as suas sugestões e/ou reclamações.

Câmara Municipal de Penela

AVISO

A Câmara Municipal de Penela torna público que o Plano Director Municipal se encontra em processo de revisão, pelo que se estabelece um prazo de 60 dias úteis, a contar de 20 de Dezembro de 1999, para a formulação de sugestões, bem como a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de revisão.

Estas devem ser apresentadas por escrito, e sempre que necessário, acompanhadas por planta de localização.

Penela, 13 de Dezembro de 1999

O Presidente da Câmara



ANÁLISE DAS SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES

Decorrente da fase de auscultação da população, foram recebidas 143 sugestões e reclamações, por parte dos munícipes, que era necessário analisar e dar uma resposta. Para tal foi feita uma listagem com identificação numérica de todas as sugestões e reclamações, foram localizadas cartograficamente, e analisadas, por um lado face ao PDM em vigor em termos de classe de espaço e condicionantes e por outro lado face aos estudos da revisão em termos de propostas de ordenamento do território. Por fim foram comunicados os resultados da análise aos munícipes.

LISTAGEM

REVISÃO DO P.D.M. PENELA							SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES – ID					
Listagem de sugestões e reclamações apreciadas em 2000/Junho												
N.º	NOME	LOCALIZAÇÃO	FREG.	MOTIVO DA SUGESTÃO/RECLAMAÇÃO	N.º PROCES.	DATA PROCES.	CARTA	CONTEÚDO DO PROCESSO	1ªAPRECIACÃO	1ª RESPOSTA	2ªAPRECIACÃO	2ª RESPOSTA
1	Joaquim Alves Marcelo da Silva	Cheliza	S. Miguel	RAN	377299	20/06/99		Sem localização 1:25000 Incompleto	Contactar a solicitar Planta de localização à escala 1:25.000			
2	Jorge Manuel P. Ferreira Preto	-----	Sta. Eufémia	-----	441999	28/07/99		Sem localização Incompleto				
3	Comissão de Melhoramentos de S. Sebastião	S. Sebastião	S. Miguel	RAN+ E. Florestal	380599	21/06/99		Sem localização gráfica Incompleto				
4	Jaime Pires de Oliveira	Rozas (Sta. da Glória)	Sta. Eufémia	RAN	491399	20/06/99		Completo				
5	Anabela Lourenço Mendes Godinho	Venda de Moinhos	Cumieira	REN	431999	23/07/99		Completo				
6	49 proprietários	Junto à Via de Penela	Sta. Eufémia / S. Miguel	REN	669999	07/12/98		Sem localização gráfica Incompleto	Contactar a solicitar Planta de localização à escala 1:25.000			

ANÁLISE/APRECIACÃO

IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO:

Situações com viabilidade de ser integradas, nomeadamente em expansão de aglomerado urbano

4

APRECIACÃO:

Situações com viabilidade de serem integradas (parcialmente ou totalmente) em espaço urbano, por se localizarem em áreas próximas de aglomerado existente com potencialidades para expansão, servidas de infraestruturas e com várias solicitações para construção.

2000/Maio.



IDENTIFICAÇÃO CARTOGRÁFICA



CARTA MILITAR



PLANTA DE ORDENAMENTO



PLANTA DE CONDICIONANTES

AVALIAÇÃO DO ESTADO DE EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS DO PDM DA 1ª GERAÇÃO

Foi elaborado o documento “Avaliação do Estado de Execução dos Objetivos do PDM” com o objetivo de verificar se as propostas do PDM haviam sido implementadas pela Autarquia e/ou executadas. Caso isso não se verificasse, analisar a oportunidade e/ou pertinência de as incluir novamente nas propostas do novo PDM.

A metodologia utilizada foi, numa primeira fase, cruzar a informação do Plano de Atividades da Câmara Municipal com a da Classificação Económica das Despesas, cujo resultado foi posteriormente relacionado com os objetivos cumpridos no Relatório de Atividades. Houve ainda que compatibilizar os objetivos do PDM com os objetivos alcançados no Relatório de Atividades, destacando os objetivos de desenvolvimento por cumprir, de modo a posteriormente serem incluídos na reformulação do relatório do PDM.

Sendo intenção da Equipa Técnica analisar a execução dos objetivos do PDM desde o ano de entrada em vigor – 1993 –, por impossibilidade de recolha dessa informação na Câmara Municipal, foi apenas analisado o triénio 1998/2000.



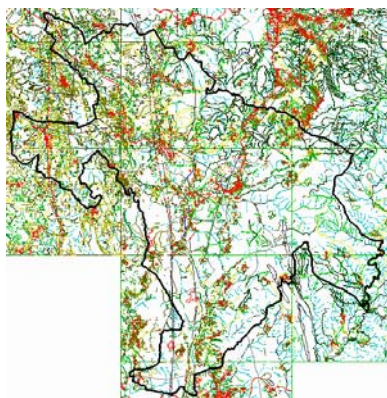
AJUSTES DA INFORMAÇÃO DAS PLANTAS DE ORDENAMENTO E DE CONDICIONANTES À CARTOGRAFIA EM FORMATO DIGITAL, À ESCALA 1:10000

Dispondo de cartografia numérica à escala 1:10000, a Equipa Técnica procedeu à transposição e ajustes da informação das Plantas de Ordenamento e Condicionantes à nova base cartográfica. Deste modo, foram ajustados os aglomerados urbanos e todas as restantes classes de espaço (Espaço Industrial, Outros Solos Agrícolas, RAN, Espaço Florestal), para posteriormente serem delineadas as novas propostas de ordenamento no processo de revisão do PDM.

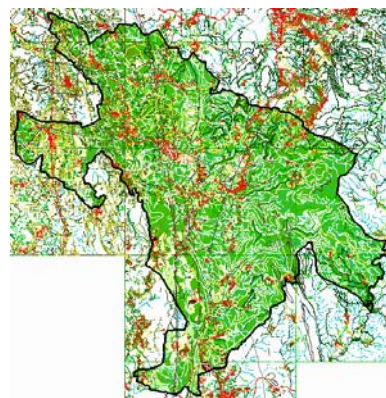
TRANSPOSIÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA A CARTOGRAFIA 1:10000



PLANTA DE ORDENAMENTO

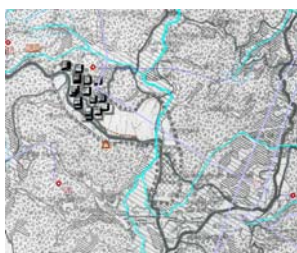


CART. NUMÉRICA 10000

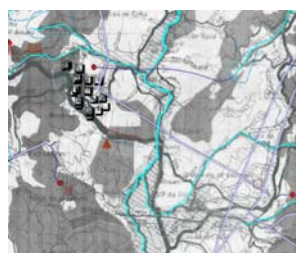


CART. NUMÉRICA 10000 C/ P. ORDENAMENTO

PORMENOR DA TRANSPOSIÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA A CARTOGRAFIA 1:10000



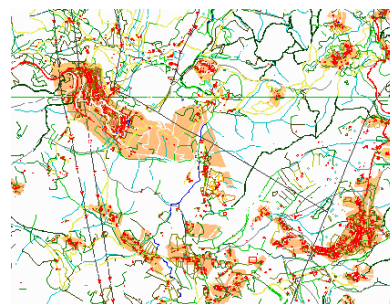
PLANTA DE ORDENAMENTO



PLANTA DE CONDICIONANTES



CART. NUMÉRICA 10000



CART. NUMÉRICA 10000 C/ ESP. URBANO



MULTICODIFICAÇÃO DAS PLANTAS DE ORDENAMENTO E DE CONDICIONANTES

A cartografia numérica à escala 1:10000, da Série Cartográfica Nacional (SCN10k), que serve de base aos estudos de revisão do PDM, tem uma característica específica – multicodificação –, ou seja, cada objeto tem tantos códigos quantas as funções que desempenha no território. Deste modo não é necessária a duplicação de elementos gráficos para representar objetos com funções distintas o que facilita uma representação sintética e realista da superfície terrestre. Todos os elementos que fazem parte desta cartografia estão identificados num catálogo – Catálogo de Objetos – onde é especificada a informação referente a cada objeto (nível, cor, espessura, tipo de elemento, ...). Assim, com a ajuda de um software específico – ngXis – é possível manusear toda a informação de um modo versátil e interativo.

Sendo esta cartografia a base para a elaboração do PDM de 2ª geração seria lógico que os trabalhos gráficos a desenvolver no processo de revisão seguissem a mesma metodologia. Assim sendo, foi necessário estabelecer um catálogo de objetos para o PDM e codificar toda a informação da Planta de Ordenamento e Condicionantes.

CATÁLOGO DE OBJETOS DO PDM

```
catalog {
  name = "PDM - 12outubro/2005"
}

commands {
  cell          = "place cell absolute tmatrix; RC=PDM_NG.CEL"
  line          = "place line constrained"
  line_string   = "place lstring space;dx=0"
  shape         = "place shape icon"
  curve         = "place curve point"
  text          = "place text"
}

features {
  "LIMITES ADMINISTRATIVOS " {
    010101 { name="OLD Limite de Concelho"          LV= 1  LC= 0  WT= 1  CO=2  Types={4,3,11,12}}
    010102 { name="OLD Limite de Freguesia"          LV= 2  LC= 0  WT= 0  CO=2  Types={4,3,11,12}}
  }

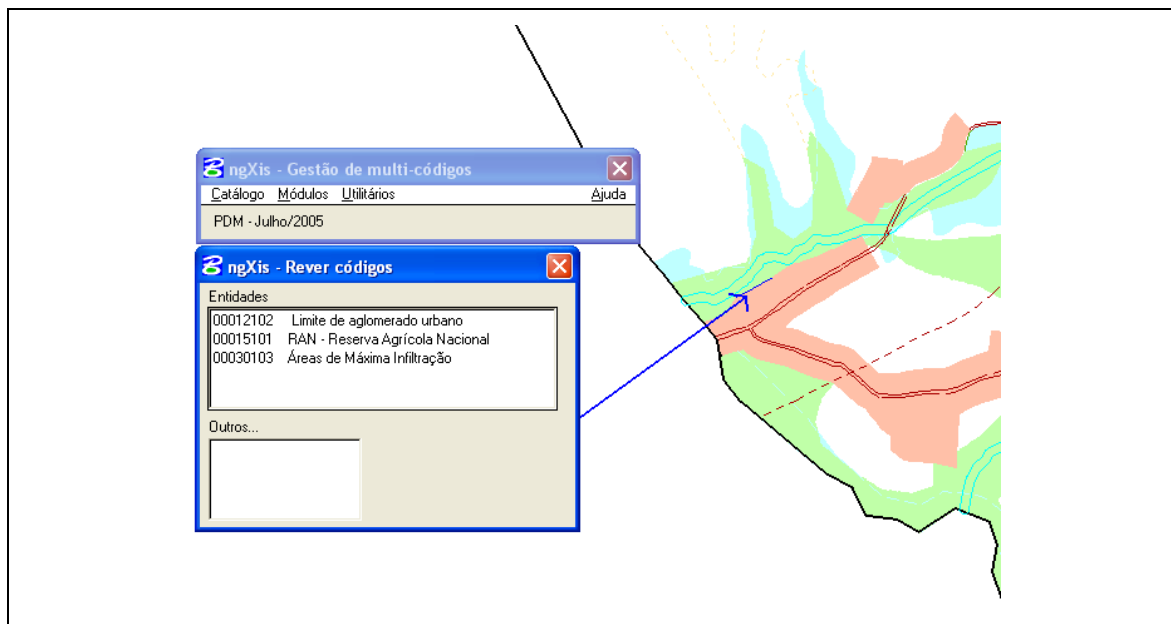
  "OUTROS PLANOS DE ORDENAMENTO " {
    010110 { name="OLD Lim. P.U. Miranda do Corvo"  LV=3  LC=5  WT=4  CO=60  Types={4,3,11,12}}
  }

  "TOPONIMIA " {
    011101 { name="OLD Concelho"                    LV= 57  LC= 0  WT= 0  CO= 57  Types={17}}
    011102 { name="OLD Freguesias"                  LV= 57  LC= 0  WT= 0  CO= 57  Types={17}}
    011103 { name="OLD Lugares"                     LV= 58  LC= 0  WT= 0  CO= 58  Types={17}}
    011106 { name="OLD Rede Viária Nacional"         LV= 59  LC= 0  WT= 0  CO= 59  Types={17}}
    011107 { name="OLD Rede Viária Municipal"        LV= 59  LC= 0  WT= 0  CO= 59  Types={17}}
    011111 { name="OLD Rede Hidrográfica"            LV= 60  LC= 0  WT= 0  CO= 60  Types={17}}
  }

  "ESPAÇOS URBANOS " {
    012101 { name="OLD Limite a estudar em P.U."      LV=3  LC= 1  WT= 3  CO= 3  Types={4,3,12}}
    012102 { name="OLD Limite de aglomerado urbano"  LV=4  LC= 0  WT= 0  CO= 4  Types={4,3,12}}
    012103 { name="OLD Área central (residencial.+equip.+serv.)" LV=5  LC= 0  WT= 0  CO= 5  Types={4,3,12}}
    012104 { name="OLD Aldeias da Serra da Lousã"    LV=6  LC= 0  WT= 0  CO= 6  Types={4,3,12}}
    012105 { name="OLD Equip. principal - existente" LV=7  CO= 7  TYPES={CELL (AC="EQ_E")}}
    012106 { name="OLD Equip. principal - proposto"  LV=7  CO= 7  TYPES={CELL (AC="EQ_P")}}
    012110 { name="OLD Z. Residencial R2 - aglomerado urb." LV=4  LC= 0  WT= 1  CO= 4  Types={4,3,12}}
    012111 { name="OLD Z. Residencial R1 - aglomerado urb." LV=4  LC= 5  WT= 1  CO= 4  Types={4,3,12}}
  }
}
```



PORMENOR DA MULTICODIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS DO PDM



ELABORAÇÃO DE ESTUDOS SECTORIAIS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

Com o objeto de dotar a Câmara Municipal de informação atualizada e detalhada, relativa a equipamentos, serviços, património, turismo e infraestruturas, a Equipa Técnica elaborou 13 Cadernos Sectoriais de caracterização do território municipal:

- Caracterização Física do Território
- Caracterização Socioeconómica e Urbanística
- Educação
- Ação Social
- Desporto
- Cultura e Lazer
- Saúde
- Salubridade Pública
- Segurança e Proteção Civil
- Património Cultural
- Património Paisagístico
- Turismo
- Vias e Transportes.



Cada um destes estudos foi iniciado com a recolha e/ou atualização de informação no terreno, sempre que necessário contando com a colaboração de Técnicos da Câmara Municipal, bem como das Entidades envolvidas. Os relatórios integram principalmente a caracterização da situação atual, de modo a viabilizar a formulação de propostas, fichas detalhadas dos equipamentos e ainda um ou mais cartogramas com as respetivas localizações por lugar.

O pormenor de elaboração dos Cadernos Sectoriais foi muito além das exigências de um Plano Diretor Municipal que, teve como consequência um aumento de trabalhos e morosidade do processo.

Em 2010 procedeu-se à atualização de todos os estudos sectoriais e à elaboração de novos estudos decorrentes do “Guia para a revisão de PDM” da DGOTDU.

Foram elaborados e atualizados os seguintes cadernos sectoriais:

- Enquadramento Territorial
- Sistema Biofísico
- Dinâmica Populacional
- Parque Habitacional e Dinâmica Construtiva
- Atividades Económicas e Emprego
- Rede Urbana
- Equipamentos de Utilização Coletiva
- Rede de Infraestruturas
- Rede viária, Transportes e Mobilidade

PROMOÇÃO DO MAPA DE RUÍDO MUNICIPAL

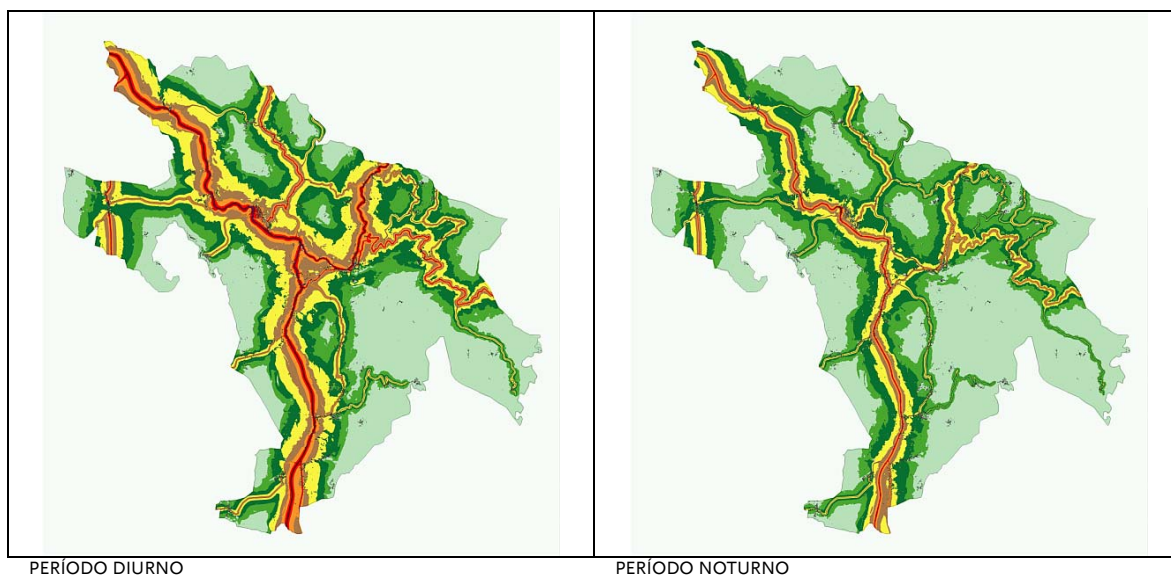
O Regulamento Geral do Ruído, instituído pelo Decreto-Lei nº 292/2000 de 14 de Novembro, refere, na parte ligada aos instrumentos de gestão territorial que *“a execução da política de ordenamento do território e do urbanismo deve assegurar a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada, em especial, das funções de habitação, trabalho e lazer”*, sendo da competência das Câmaras Municipais a classificação das zonas sensíveis e mistas, devendo tais zonas ser delimitadas e disciplinadas no respetivo Plano Municipal de Ordenamento do Território.

Perante esta obrigatoriedade imposta pela Lei, a Câmara Municipal promoveu a elaboração do Mapa de Ruído Municipal, com a colaboração da Equipa de revisão do PDM, nomeadamente em termos de contactos com entidades da especialidade, organização e acompanhamento do processo de concurso e controle de qualidade, de acordo com a seguinte calendarização:



- Convite para apresentação de propostas – Abril 2003;
- Adjudicação – Julho 2003;
- Conclusão – Novembro 2004.

MAPA RUÍDO MUNICIPAL



O novo Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que entrou em vigor em 1 de Fevereiro de 2007, define o Mapa de Ruído como um “*descriptor do ruído ambiente exterior, expresso pelos indicadores L_{den} e L_n , traçado em documento onde se representam as isófonas e as áreas por elas delimitadas às quais corresponde uma determinada classe de valores expressos em $dB(A)$* ”. O RGR determina que na execução da política de Ordenamento do Território e Urbanismo deve ser assegurada a qualidade do ambiente sonoro na habitação, trabalho e lazer. Por isso, estabelece que as áreas vocacionadas para usos habitacionais existentes ou previstos, bem como para escolas, hospitais, espaços de recreio e lazer e outros equipamentos coletivos prioritariamente utilizados pelas populações como locais de recolhimento, existentes ou a instalar, sejam classificados de zonas sensíveis e as áreas cuja vocação seja afeta em simultâneo às utilizações referidas bem como a outras utilizações, nomeadamente comércio e serviços, sejam classificadas de zonas mistas.

De acordo com o novo Regulamento Geral de Ruído, para a análise do ruído num dado local, são considerados três períodos distintos:

- Período diurno – das 07h00 às 20h00;
- Período do entardecer – das 20h00 às 23h00;
- Período noturno – das 23h00 às 07h00.



Decorrente da nova legislação – Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro – foi necessário tratar os dados de acordo com as recomendações do Instituto do Ambiente no documento “Diretrizes para elaboração para mapas de ruído” com o propósito de adaptar a carta de ruído ao novo RGR, trabalho esse que elaborado pela ADAI.

Posteriormente foi elaborada a Carta de Zonamento Acústico, onde se identificaram as zonas sensíveis e mistas, e as zonas de conflito.

CONTACTOS COM DIVERSAS ENTIDADES

No decorrer dos estudos foi necessário estabelecer contactos com diversas entidades no sentido de recolher e atualizar informação, de onde se destacam as seguintes:

- EDP (Eletricidade de Portugal) – Lisboa, Coimbra e Lousã – Recolha de informação relativa à Rede Elétrica no sentido de elaborar a carta da Rede Elétrica do Concelho;
- DGF (Direção Geral de Florestas) – Lisboa, Coimbra e Lousã – Recolha de informação relativa ao Plano Regional de Ordenamento Florestal, Planos Municipais de Intervenção Florestal, áreas ardidas, áreas de risco de incêndio, perímetros florestais (regime florestal), áreas ardidas e legislação afim;
- DGOTDU (Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) – Recolha de informação relativa a elementos sobre Servidões e restrições de utilidade pública, Normas de representação gráfica dos planos municipais de ordenamento do território, Vocabulário de ordenamento do território, Modelo do regulamento do plano diretor municipal, Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos;
- EP, EPE (Estradas de Portugal) – Recolha de informação relativa à Rede Viária do Concelho de Penela, nomeadamente no que diz respeito a traçados de novas estradas (projeto) e estradas e troços de estradas desclassificadas com a indicação da respetiva data;
- CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) – Recolha de informação relativa a áreas de interesse botânico e áreas de interesse arquitetónico;
- ICN (Instituto de Conservação da Natureza) – Recolha de informação relativa à rede natura 2000, Áreas Naturais e legislação afim;



- DGT (Direção Geral de Turismo) – Recolha de informação relativa a circuitos e pontos turísticos com ligação à gastronomia da região, alojamentos e património, terminologia turística e legislação afim;
- DREMN (Direção Regional dos Edifícios e Monumentos Nacionais) – Recolha de informação relativa a processos de classificação desde 1991, zonas de proteção a imóveis classificados, zonas demarcadas (ruínas, grutas, etc.) e legislação afim;
- COTF (Centro de Operações e Técnicas Florestais) – Recolha de informação relativa a Planos Municipais de Intervenção Florestal, áreas ardidas, áreas de risco de incêndio e legislação afim;
- IPPA (Instituto Português do Património Arquitetónico) – Recolha de informação relativa a processos de classificação desde 1991, zonas de proteção a imóveis classificados, zonas demarcadas (ruínas, grutas, etc.) e legislação afim;
- DRE Centro (Direção Regional de Economia do Centro) – Recolha de informação relativa a energia, nomeadamente sobre gás, indústria e legislação afim;
- DRAC (Direção Regional do Ambiente do Centro) – Recolha de informação relativa a legislação na área do ambiente;
- IPA (Instituto Português de Arqueologia) – Recolha de informação relativa a locais/áreas de interesse arqueológico;
- IGM (Instituto Geológico e Mineiro) – Recolha de informação relativa a componente da indústria extrativa, recursos geológicos;
- DREC (Direção Regional de Educação do Centro) – Recolha de informação para elaboração do caderno sectorial da educação;

PROCESSO DA REN

O processo da REN para o Concelho de Penela foi complexo e moroso tendo em diversas alturas entravado o decorrer dos estudos de revisão do PDM.

A Reserva Ecológica para o Concelho de Penela foi concluída em 1993, tendo sido publicada por Portaria nº183/93 de 17 de Fevereiro, no Diário da República nº40, I Série-B. A responsabilidade da elaboração do trabalho foi da então Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC) e atual Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).

Aquando do início dos trabalhos de revisão do PDM a Equipa Técnica procedeu à conversão analógico-digital da REN e ajustes à carta militar em formato raster, para servir de base aos trabalhos a desenvolver. No sentido de ser feita uma aferição do trabalho realizado, procedeu-se à discussão da



metodologia utilizada com técnicos da DRA Centro que resultou na aceitação da mesma. Foi-lhes fornecida cópia dessa REN para compatibilização, tendo posteriormente sido fornecido à equipa do PDM uma **primeira versão da REN**, elaborada sobre a Carta Militar, à escala 1:25000.

A AMVC / GAT da Lousã promoveu, entretanto, a aquisição de cartografia numérica oficial à escala 1:10000, em formato digital, para utilização como base cartográfica na revisão do PDM.

Perante esta nova realidade, e uma vez que a DRAOT se encontrava a desenvolver o processo de reformulação/redefinição de limites da REN a nível da Região Centro, foi entendimento da Equipa do PDM proceder no sentido de que fosse utilizada a mesma base cartográfica, promovida para a revisão do PDM, na redefinição da REN. Esta situação foi aceite pela DRAOTC que em Maio de 2002 entregou uma **segunda versão da “REN bruta”**, elaborada sobre a cartografia numérica à escala 1:10000, fornecida pela AMVCD/ GAT da Lousã.

Da “REN bruta” fornecida pela DRAOTC foram expurgados os aglomerados urbanos do PDM de 1ª geração, da responsabilidade da Equipa Técnica do PDM, de acordo com uma metodologia discutida entre ambas as partes. Daí resultou uma versão da REN que foi utilizada para prosseguir os estudos do PDM e que seria também utilizada nos estudos dos PU's, em elaboração.

No início de 2005, foi decidido elaborar uma nova versão da REN, com base em novos critérios, diferentes dos da REN Maio/2002. O trabalho de reformulação das Cartas da REN foi da responsabilidade da CCDRC, com a colaboração de elementos da Equipa Técnica do PDM, de modo a tornar o processo mais célere. Em Março de 2005 foi entrega mais uma versão da REN para aferição por parte da Equipa do PDM dando origem à **REN semifinal** em Maio de 2005.

No final do ano de 2011, a proposta de delimitação da REN de Penela, elaborada em simultâneo com a revisão do PDM de Penela, foi submetida à apreciação da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional (CNREN), que recomendou um conjunto de retificações necessárias para a instrução do processo.

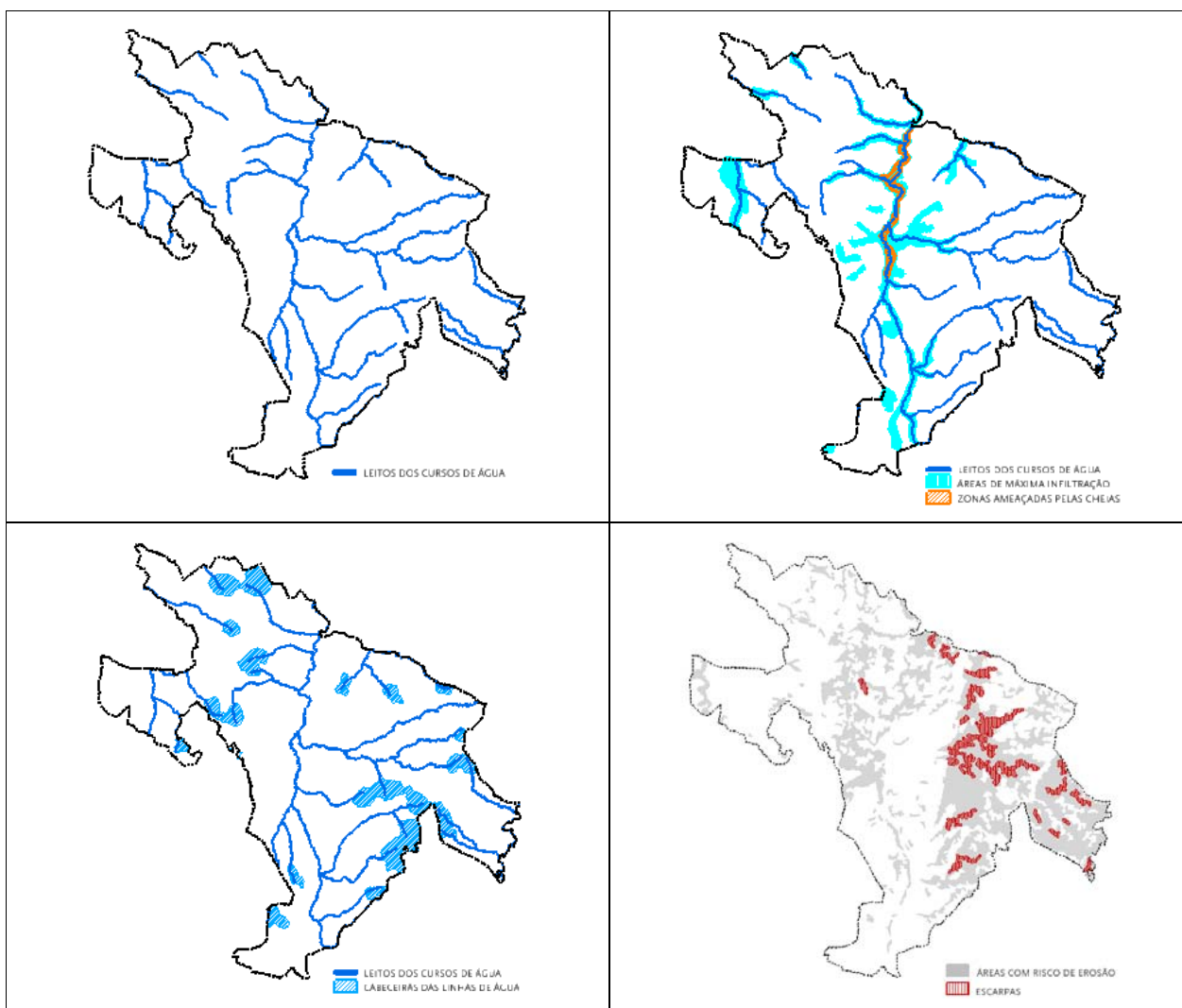
A proposta de delimitação da REN de Penela foi analisada pela CNREN na reunião ordinária realizada no dia 21 de março de 2012, da qual resultou parecer favorável à delimitação dos sistemas biofísicos “leitos dos cursos de água”, “áreas de máxima infiltração”, “cabeceiras das linhas de água”, “áreas com risco de erosão” e “escarpas e faixas de proteção”, bem como a uma parte significativa das exclusões propostas. No entanto, para a emissão de parecer global à proposta de delimitação da REN de Penela, a CNREN



considerou necessário delimitar as “zonas ameaçadas pelas cheias, assim como reconfigurar parte das propostas de exclusão.

O aditamento à memória descritiva e justificativa, estruturado de modo a tratar devidamente cada um dos aspetos mencionados no parecer emitido na reunião de 21 de março de 2012, foi analisado na reunião extraordinária de 31 de julho de 2012, tendo sido delimitados no território municipal seis sistemas biofísicos: “leitos dos cursos de água”, “zonas ameaçadas por cheia”, “cabeceras de linhas de água”, “áreas de máxima infiltração”, “áreas com risco de erosão” e “escarpas e faixa de proteção”.

Proposta de delimitação da REN de Penela, por sistema biofísico





REUNIÕES DE DESAFETAÇÃO DA RAN E DA REN, COM DRABL E CCDRC

A Equipa do PDM apresentou à Comissão da REN uma primeira proposta de redefinição dos limites da RAN e REN, para o Município de Penela, com base nos pedidos de áreas a desafetar, em Dezembro de 2003.

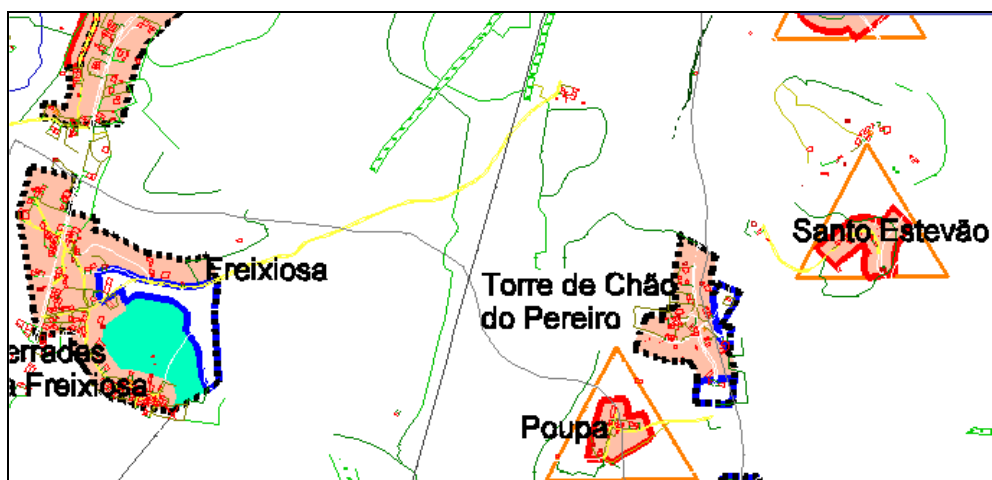
A proposta enquadrou-se no processo de Revisão do PDM que, ao estabelecer o modelo da estrutura espacial do território e sintetizar a estratégia de desenvolvimento e ordenamento, conduziu à reclassificação e requalificação parcial dos solos do município.

Assim, foram identificadas e justificadas todas as áreas que, em consequência da proposta de expansão dos aglomerados urbanos e zonas industriais, se sobrepunham a solos classificados como RAN e REN, neste último caso discriminada pelos subsistemas – leitos dos cursos de água, áreas de infiltração máxima, cabeceiras das linhas de água, escarpas, áreas ameaçadas pelas cheias e áreas com risco de erosão.

Foram apresentadas duas situações, em carta:

- A primeira, relativa à situação atual de espaço urbano, espaço industrial e indústria extrativa, acrescidos das áreas a expandir e a reduzir;

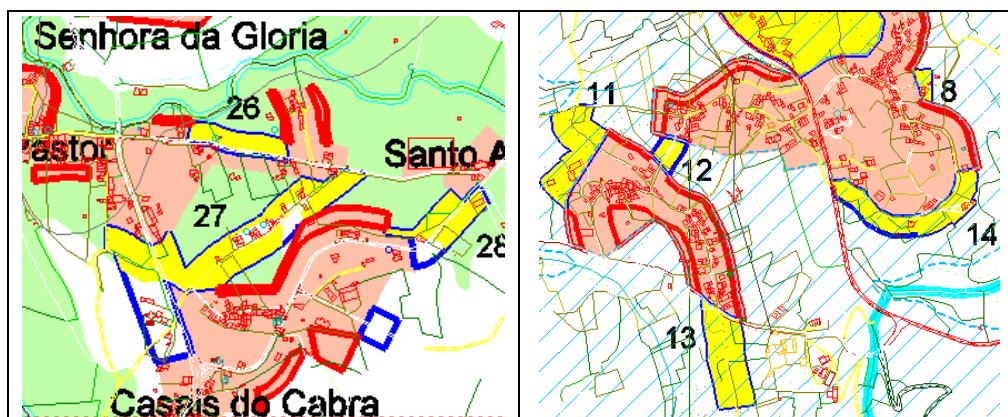
EXPANSÃO E REDUÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS





- A segunda, relativa às áreas a desafetar da RAN e REN, identificadas e com a respetiva justificação em quadro anexo.

DESAFETAÇÕES DA RAN E REN



IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS ÁREAS A DESAFECTAR DA R.A.N.

LUGAR	Nº parcela	JUSTIFICAÇÃO							ÁREA parcela (m²)	OBS.
		Expansão aglomerado urb.	Colimação aglomerado urb.	Construções existentes	Expansão E. Industrial	Equipamento	Sugestão de Município	Outros		
Casal da Azenha	1	•					•		512	
Próximo de Lagoa de Podentes	2							•	10965	Sucata
Legação	3	•							2456	
Camarinha	4			•					3971	
	5	•					•		6924	
Espinheiro	6		•				•		4241	
Ordem	Área do Plano de Urbanização do Rabaçal									
Rabaçal										
Santo Amaro	7	•							4971	
São Sebastião	8	•					•		64836	
Casinha	9	•					•		2882	
Podentes	Área do Plano de Urbanização de Podentes									



IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS ÁREAS A DESAFECTAR DA R.E.N.

LUGAR	N.º parcela	SOPREPOSIÇÃO por subistema				JUSTIFICAÇÃO							ÁREA parcela (m ²)	OBS.
		LCA	AIM	ARE	CLA	Expansão aglomerado urb.	Colmatação aglomerado urb.	Construções existentes	Expansão Industrial	Equipamento	Sucessão de lote	Outros		
próximo de Lagoa de Podentes	1				•							•	103888	Parque de Sicares
Lagoa de Podentes	2				•			•					8481	
	3				•	•							16896	Até à nova Estrada
Camarilha	4				•	•							16386	
	5				•	•							8401	
	6				•			•					4360	
Canalial de Santo Amaro	7				•	•	•						118465	
	8				•			•					1789	
Claiça	9				•			•			•		7833	
	10				•	•					•		4729	
Espilheiro	11				•	•		•					16215	
	12				•	•					•		4241	
	13				•	•							17815	
Santo Amaro	14				•	•					•		18131	
Legação	15			•		•					•		1438	
Ordem Rabagal	Área do Plano de Urbanização do Rabagal													

A metodologia utilizada no processo teve em consideração os seguintes fatores:

- A evolução de conceitos da última década, nomeadamente em termos de espaço urbano vs perímetro urbano, bem como a integração da estrutura ecológica municipal (desde o DL nº69/90 de 2 de Março até ao DL nº380/99 de 22 de Setembro alterado pelo D.L. 310/2003 de 10 Dezembro);
- O regime de uso do solo em termos de classificação e qualificação, os conceitos de solo urbano e solo rural, bem como os procedimentos de reclassificação e requalificação.

Em termos gerais, as justificações das áreas a desafetar da RAN e REN prendem-se com os seguintes motivos:

- Perímetro urbano (expansão) – novas áreas para construção;
- Perímetro urbano (colmatação) – situações de pequenas áreas entre espaços urbanos existentes;
- Construções existentes – situações de conjuntos de habitações, afastados ou adjacentes ao espaço urbano que não se encontravam definidas como tal;
- Aglomerado rural – situações de conversão de aglomerado urbano em aglomerado rural ou criação de aglomerado rural;



- Perímetro industrial (expansão) – necessidade de novas áreas para indústrias;
- Turismo – áreas de aptidão turística a propor, programados ou planeados;
- Outros – Parque de sucatas, indústrias isoladas, espaço de exploração mineira, espaços de usos múltiplos;
- Sugestões de munícipes – sugestões para construção de habitações apresentadas pelos munícipes aquando da fase de recolha de sugestões e reclamações para a revisão do PDM.

Da primeira reunião resultaram algumas situações aceites, no entanto a Câmara Municipal decidiu insistir com mais algumas que considerava importantes e imprescindíveis ao desenvolvimento urbanístico do território municipal. Para tal foi preparado mais um processo de desafetações da RAN e da REN, em Novembro de 2004, que acabou por não ser discutido com as entidades competentes — DRABL e CCDRC — uma vez que entretanto tinha sido decidido alterar a REN.

Depois de a Equipa Técnica ter recebido a nova versão da REN, em Maio de 2005, foi preparado outro processo de desafetações, com a mesma metodologia e o mesmo procedimento, em Junho de 2005, tendo a reunião de desafetação sido realizada em Outubro. Posteriormente, pelo aparecimento de novas situações que assim o exigiam, procedeu-se à elaboração de um processo de aditamento referente à documentação entregue em Junho de 2005 sobre as desafetações da RAN e REN de Penela à CCDRC/DRABL. Este processo foi entregue em Março de 2006 tendo a reunião de desafetação sido realizada em Abril. A RAN para o concelho de Penela foi aprovada pela CRRAC em 28 de Fevereiro de 2008.

Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico da RAN, Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março, houve a necessidade de proceder a uma aditamento ao processo de desafetações da RAN, no sentido de desafetar as áreas que se encontravam dentro de Perímetro Urbano.

REUNIÕES DE COORDENAÇÃO PDM/PU'S

Paralelamente à revisão do PDM, encontravam-se em processo de elaboração, por equipas externas à Câmara Municipal, os Planos de Urbanização (PU's) do Rabaçal, Podentes e Cumieira. Assim e englobada numa estratégia comum a todo o município, foram enquadrados os respetivos limites de PU ou perímetros urbanos, a fim de se discutirem/definirem em conjunto as áreas a desafetar em consequência das propostas de reclassificação e requalificação de solos.



Uma vez que os Planos de Urbanização incidiam sobre áreas que estavam a ser tratadas no âmbito da Revisão do PDM, houve que proceder a conversações entre todas as equipas envolvidas para enquadramento no PDM em vigor assim como compatibilização de limites de estudo.

A Equipa do PDM forneceu diversos elementos às Equipas dos PU's, nomeadamente limites do Espaço Urbano, limites da REN e da RAN, do PDM de 1ª geração, de modo a compatibilizar os estudos realizados por cada uma das equipas.

Em 2008, a Câmara Municipal decidiu descontinuar os processos dos Planos de Urbanização que decorriam para as sedes de Freguesia. Neste sentido, integrou-se no PDM as orientações decorrentes do trabalho já efetuado no âmbito dos PU.

REUNIÕES COM A COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO

1ª REUNIÃO – 8 de Julho de 1999

A primeira reunião, decorreu nas instalações do GAT da Lousã, tendo antes de mais servido para fazer as apresentações de todos os presentes, desde os políticos das quatro Câmaras Municipais, aos técnicos das dez entidades que integram a CTA, passando pelos técnicos da Equipa de revisão dos PDM's e dos Municípios.

A título de conclusões desta primeira reunião, e como orientações para a prossecução dos trabalhos de Revisão dos Planos Diretores Municipais de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares, sintetizou-se o seguinte:

- Adotar uma base cartográfica atualizada e em formato digital (para o que se diligenciou atempadamente no sentido de promover a elaboração da mesma);
- Adotar a escala 1:10000 para tratamento global do Município e eventuais estudos intermédios necessários, bem como para a apresentação final das peças desenhadas, com a possibilidade de apresentação das Sedes de Concelho em “zooms” à escala 1:5.000 por redução da cartografia à escala 1:2.000;
- Seguir uma mesma metodologia e dar uma continuidade aos trabalhos em simultâneo, na Revisão dos quatro PDM's;
- Desenvolver objetivamente os trabalhos conducentes à reformulação da Planta de Ordenamento, da Planta de Condicionantes e do Regulamento, conforme o exigido na legislação em vigor relativamente à Revisão dos PDM's, adicionando sempre que se julgue por



conveniente, outros estudos e documentos gráficos e/ou alfanuméricos: de base, justificativos de opções tomadas, sectoriais ou outros;

- Prever reuniões sectoriais com a Entidade em questão, dependendo da especificidade dos trabalhos em desenvolvimento, sem a necessidade de convocação de toda a CTA.

2ª REUNIÃO – 29 de Novembro de 2000

A segunda reunião da CTA teve como objetivo dar a conhecer o ponto da situação dos trabalhos efetuados, desde a última reunião e conhecer a opinião das diversas entidades acerca das propostas apontadas nos Cadernos Sectoriais e de futuras áreas de expansão urbana.

Como conclusões que serviram para orientação dos trabalhos de Revisão dos Planos Diretores Municipais de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares, sintetizou-se o seguinte:

- Apresentação de três dos Cadernos Sectoriais – Educação, Ação Social e Desporto –, para justificação de novas propostas de equipamentos, infraestruturas e expansão de espaços urbanos e industriais;
- Apresentação de situações-tipo, nas Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, nomeadamente compatibilização de áreas desportivas (campos de golfe) com solos de RAN, expansão de aglomerado urbano em solos de Espaço Florestal, expansão de indústria (extração de barros) e compatibilização com solos de REN, tratamento de áreas de Espaço Urbano sobrepostas a REN, correções gráficas e ajustes de bom senso entre Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes;
- Apresentação da metodologia de trabalho relativamente à conversão analógico-digital das Plantas dos PDM's, ajuste da cartografia e da escala existente para a nova base cartográfica, atualizada, em formato digital e à escala 1:10000.

3ª REUNIÃO – 14 de Julho de 2006

A terceira reunião da CTA teve como objetivo a apresentação dos elementos:

- PEÇAS ESCRITAS

- REGULAMENTO
- RELATÓRIO 1 – ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL
- RELATÓRIO 2 – OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES
 1. Antecedentes
 2. Lançamento do Plano
 3. Enquadramento Técnico e Metodológico



4. Avaliação do Território

5. Composição do Plano

- PEÇAS DESENHADAS

1 – PLANTA DE ENQUADRAMENTO REGIONAL

2 – PLANTA DA SITUAÇÃO EXISTENTE – esc.1:25.000

3 – PLANTA DE ORDENAMENTO – esc.1:10.000; cartas 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6

5 – CARTA DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL – esc.1:10.000; cartas 5.1 a 5.6

6 – ZONAMENTO DA CARTA DE RUÍDO – esc.1:25.000

4ª REUNIÃO – 14 de SETEMBRO de 2007

A quarta reunião da CTA teve como objetivo a apresentação dos elementos:

- PEÇAS ESCRITAS

- REGULAMENTO

- RELATÓRIO 1 – ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

 - 1. Enquadramento Municipal

 - 2. Estudos de Caracterização

- RELATÓRIO 2 – OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES

 - 1. Antecedentes

 - 2. Lançamento do Plano

 - 3. Enquadramento Técnico e Metodológico

 - 4. Avaliação do Território

 - 5. Composição do Plano

 - 6. Objetivos e estratégias de Desenvolvimento

 - 7. Programa de Execuções e Financiamento

- PEÇAS DESENHADAS

1 – PLANTA DE ENQUADRAMENTO REGIONAL

2 – PLANTA DA SITUAÇÃO EXISTENTE – esc.1:25.000

3 – PLANTA DE ORDENAMENTO – esc.1:25.000;

4 – PLANTA DE CONDICIONANTES – esc. 1:25.000; cartas 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.4.1 e 4.4.2

5 – CARTA DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL – esc.1:25.000; cartas 5.1 a 5.6

5ª REUNIÃO – 22 de Fevereiro de 2011

A quinta reunião da CTA teve como objetivo a apresentação dos elementos:

**- PEÇAS ESCRITAS**

- REGULAMENTO
- RELATÓRIO 1 – ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL
 1. Enquadramento Municipal
 2. Estudos de Caracterização
- RELATÓRIO 2 – OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES
 1. Antecedentes
 2. Lançamento do Plano
 3. Enquadramento Técnico e Metodológico
 4. Avaliação do Território
 5. Composição do Plano
 6. Objetivos e estratégias de Desenvolvimento
 7. Programa de Execuções e Financiamento
- ADITAMENTO (Memória descritiva e justificativa):
 1. Proposta de desafetação de áreas de Reserva Agrícola Nacional
 2. Proposta de exclusão de áreas de Reserva Ecológica Nacional

- PEÇAS DESENHADAS

- 1 – PLANTA DE ORDENAMENTO – esc.1:25.000 (1.0, 1.1, 1.2, 1.3, 1.4);
- 2 – PLANTA DE CONDICIONANTES – esc. 1:25.000 (2.0,2.1,2.2,2.3,2.4);
- 3 – PLANTA DE ENQUADRAMENTO REGIONAL
- 4 – PLANTA DA SITUAÇÃO EXISTENTE – esc.1:25.000
- 5 – CARTA DE VALORES NATURAIS DA REDE NATURA 2000
- 6 – MAPA DE RUÍDO (6.1 – Período diurno, entardecer, noturno; 6.2 – Período noturno)

6ª REUNIÃO – 30 de Junho de 2011

A sexta reunião da CTA teve como objetivo a apresentação dos seguintes elementos:

- PEÇAS ESCRITAS

- REGULAMENTO
- RELATÓRIO 1 – ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL
 1. Enquadramento Municipal
 2. Estudos de Caracterização
- RELATÓRIO 2 – OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES
 1. Antecedentes
 2. Lançamento do Plano

**3. Enquadramento Técnico e Metodológico****4. Avaliação do Território****5. Composição do Plano****6. Objetivos e estratégias de Desenvolvimento****7. Programa de Execuções e Financiamento**

- MEMÓRIA DESCRITIVA: 1. Identificação e Justificação de Áreas a desafetar de RAN e de áreas a excluir de REN; 2. Proposta de reclassificação de solos; 3. Perímetros urbanos propostos e em vigor;
- MEMÓRIA DESCRITIVA: Desafetação de áreas de RAN
- CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE PENELA
- RELATÓRIO AMBIENTAL (AAE)
- FICHA DE DADOS ESTATÍSTICOS
- MAPA DE RUÍDO (RELATÓRIO FINAL, RESUMO NÃO TÉCNICO, CENÁRIO FUTURO)

- PEÇAS DESENHADAS

- 1 – PLANTA DE ORDENAMENTO – esc.1:25.000 (1.0, 1.1, 1.2, 1.3, 1.4);
- 2 – PLANTA DE CONDICIONANTES – esc. 1:25.000 (2.0,2.1,2.2,2.3,2.4);
- 3 – PLANTA DE ENQUADRAMENTO REGIONAL
- 4 – PLANTA DA SITUAÇÃO EXISTENTE – esc.1:25.000
- 5 – CARTA DE VALORES NATURAIS DA REDE NATURA 2000
- 6 – MAPA DE RUÍDO (6.1 – Período diurno, entardecer, noturno; 6.2 – Período noturno)
- 7 – PLANTA DE COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

CONFERÊNCIA DE SERVIÇOS

A Conferência de serviços teve como objetivo a apresentação dos seguintes elementos:

- PEÇAS ESCRITAS

- REGULAMENTO
- RELATÓRIO 1 – ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL
 - 1. Enquadramento Municipal
 - 2. Estudos de Caracterização
- RELATÓRIO 2 – OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES
 - 1. Antecedentes
 - 2. Lançamento do Plano
 - 3. Enquadramento Técnico e Metodológico
 - 4. Avaliação do Território
 - 5. Composição do Plano
 - 6. Objetivos e estratégias de Desenvolvimento



7. Programa de Execuções e Financiamento

- MEMÓRIA DESCRITIVA: 1. Identificação e Justificação de Áreas a desafetar de RAN e de áreas a excluir de REN; 2. Proposta de reclassificação de solos; 3. Perímetros urbanos propostos e em vigor;
- MEMÓRIA DESCRITIVA: Desafetação de áreas de RAN
- CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE PENELA
- RELATÓRIO AMBIENTAL (AAE)
- FICHA DE DADOS ESTATÍSTICOS
- MAPA DE RUÍDO (RELATÓRIO FINAL, RESUMO NÃO TÉCNICO, CENÁRIO FUTURO)

- PEÇAS DESENHADAS

- 1 – PLANTA DE ORDENAMENTO – esc.1:25.000 (1.0, 1.1, 1.2, 1.3, 1.4);
- 2 – PLANTA DE CONDICIONANTES – esc. 1:25.000 (2.0,2.1,2.2,2.3,2.4);
- 3 – PLANTA DE ENQUADRAMENTO REGIONAL
- 4 – PLANTA DA SITUAÇÃO EXISTENTE – esc.1:25.000
- 5 – CARTA DE VALORES NATURAIS DA REDE NATURA 2000
- 6 – MAPA DE RUÍDO (6.1 – Período diurno, entardecer, noturno; 6.2 – Período noturno)
- 7 – PLANTA DE COMPROMISSOS URBANÍSTICOS





4. AVALIAÇÃO DO TERRITÓRIO



A definição de propostas de desenvolvimento para o município, passa, entre outros, por uma **avaliação do território**, nas diversas vertentes, como sejam o povoamento e urbanismo, a indústria, a agricultura e floresta, os equipamentos e serviços, as infraestruturas e ambiente e o turismo. Pretende-se ainda detetar carências e pontos fracos e potenciar os pontos fortes.

Uma análise realizada no início do processo de revisão do PDM, designada por “**Avaliação do estado de execução do PDM**”, é também aqui traduzida, no sentido de entender até que ponto as propostas do PDM em vigor foram cumpridas e relevantes para o desenvolvimento do município, ou se continuam por cumprir e/ou deverão ser novamente consideradas. Também nesse documento, são refletidos os domínios de intervenção/investimento da Câmara Municipal na última década.

Para **Avaliação do estado de execução do PDM** foi utilizado o modelo de estrutura de objetivos e programas do plano de atividades definido no Decreto-Lei nº341/83 de 21 de Julho, com adaptação à estrutura da Câmara Municipal, no sentido de facilitar a sua análise, documentado no Quadro - **MODELO DE ESTRUTURA DE OBJETIVOS E PROGRAMAS DO PLANO DE ATIVIDADES – CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS**. A estrutura compreende assim 14 objetivos (10 + 4 da Câmara Municipal, relativo ao Associativismo, Edifícios, Conservação e aprovação dos serviços municipais, e Penela século XXI), subdivididos em diversas ações.

O período analisado entre 1992/2001 permite observar, na generalidade, quais os principais investimentos e as áreas onde foram realizados, com particular destaque para o Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público e Comunicações e Transportes, áreas que recolheram as maiores fatias dos investimentos autárquicos nos últimos anos. Nos restantes objetivos os valores têm-se mantido de forma linear, apenas com algumas oscilações, resultantes de investimentos mais avultados em determinados anos específicos, mas que no conjunto estão refletidos nesta tendência aqui mostrada.



RELATÓRIO 2

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES

PDM PENELA

março de 2013

QUADRO - MODELO DE ESTRUTURA DE OBJETIVOS E PROGRAMAS DO PLANO DE ATIVIDADES – CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS

OBJETIVO		PROGRAMA		OBS.
CÓDIGO e RÚBRICA				
01	Educação	01	Educação pré-escolar	
		02	Ensino básico	Inclui telescola
		03	Educação de adultos	
02	Cultura, desporto e tempos livres	01	Cultura	Inclui bibliotecas, museus, fomento cultural e outras atividades culturais Inclui jardim botânico, teatros, orquestras e grupos artísticos
		02	Desporto e tempos livres	Inclui também parques desportivos, campos de jogos, campos de atletismo, piscinas, circuitos de manutenção, etc.
03	Ação social			Abrange infância, 3ª idade, deficientes e centros de dia
04	Saúde			Abrange centros de saúde
05	Habitação e urbanização e urbanismo	01	Habitação	Inclui também. ligação de esgotos para habitação
		02	Planeamento urbanístico	Abrange planos diretores municipais, planos de pormenor
		03	Iluminação pública	
		04	Urbanização	Inclui também. arruamentos, esgotos e outros encargos com urbanização
06	Saneamento e salubridade	01	Rede de esgotos	
		02	Resíduos sólidos	
		03	Higiene pública	Inclui também. balneários, sanitários e lavadouros
		04	Cemitérios	
07	Proteção civil	01	Bombeiros	
		02	Segurança social	Inclui polícias municipais, instalações de forças de segurança, obras de consolidação de escarpa e muros de suporte com finalidade de segurança
08	Desenvolvimento económico e abastecimento público	01	Água	
		02	Energia	
		03	Turismo	Abrange parques de campismo, pousadas, postos de turismo e outras instalações relacionadas com esta função
		04	Mercados e feiras	
		05	Estabelecimentos industriais ligados ao abastecimento	Inclui também matadouros, centrais de leite, etc.
		06	Fiscalização sanitária	
09	Comunicações e transportes	01	Rede viária e sinalização	Inclui viadutos, construção e conservação de arruamentos, vias e caminhos, sinalização, corredores de transportes públicos
		02	Transportes	Inclui despesas com transportes públicos
		03	Estacionamento	Abrange parques de estacionamento, ordenamento de estacionamento nas vias municipais
10	Defesa do meio ambiente			Abrange parques florestais, jardins, despesas na luta antipoluição

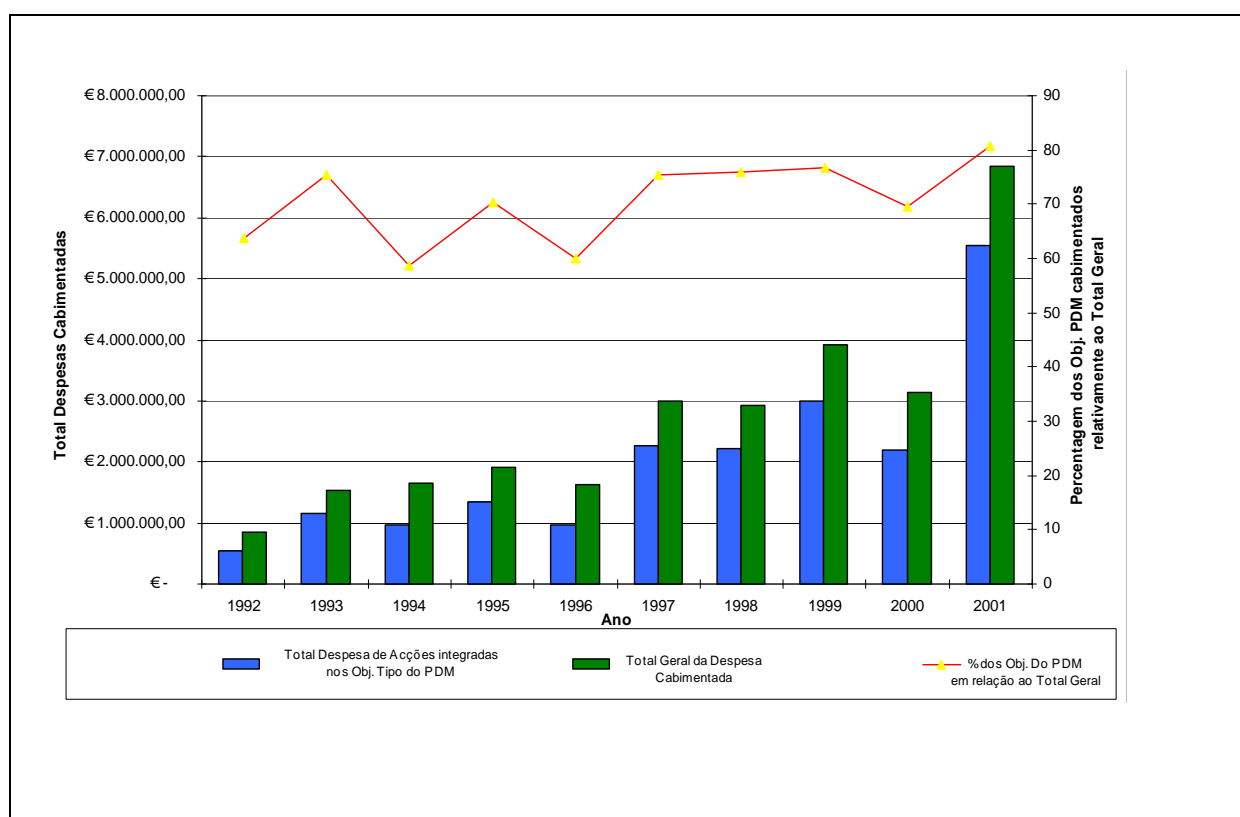
FONTE: DL nº341/83 de 21 de Julho – anexos I e IV



Numa análise ao total das despesas empregues nas ações integradas nos objetivos do PDM, salienta-se um elevado quantitativo que se mantém sempre acima dos 55%, evidenciando-se ainda um elevado esforço para colmatar algumas das necessidades mais básicas do concelho (Figura seguinte).

Importa realçar no entanto, que os objetivos tipos do PDM, previstos no atual PDM em vigor, não foram concluídos na totalidade, reportando assim os dados acima analisados somente aos valores cabimentados para os objetivos cumpridos na íntegra.

FIGURA - TOTAL DAS DESPESAS DAS AÇÕES INTEGRADAS NOS OBJETIVOS DO P.D.M. EM COMPARAÇÃO COM O TOTAL GERAL DAS DESPESAS CABIMENTADAS

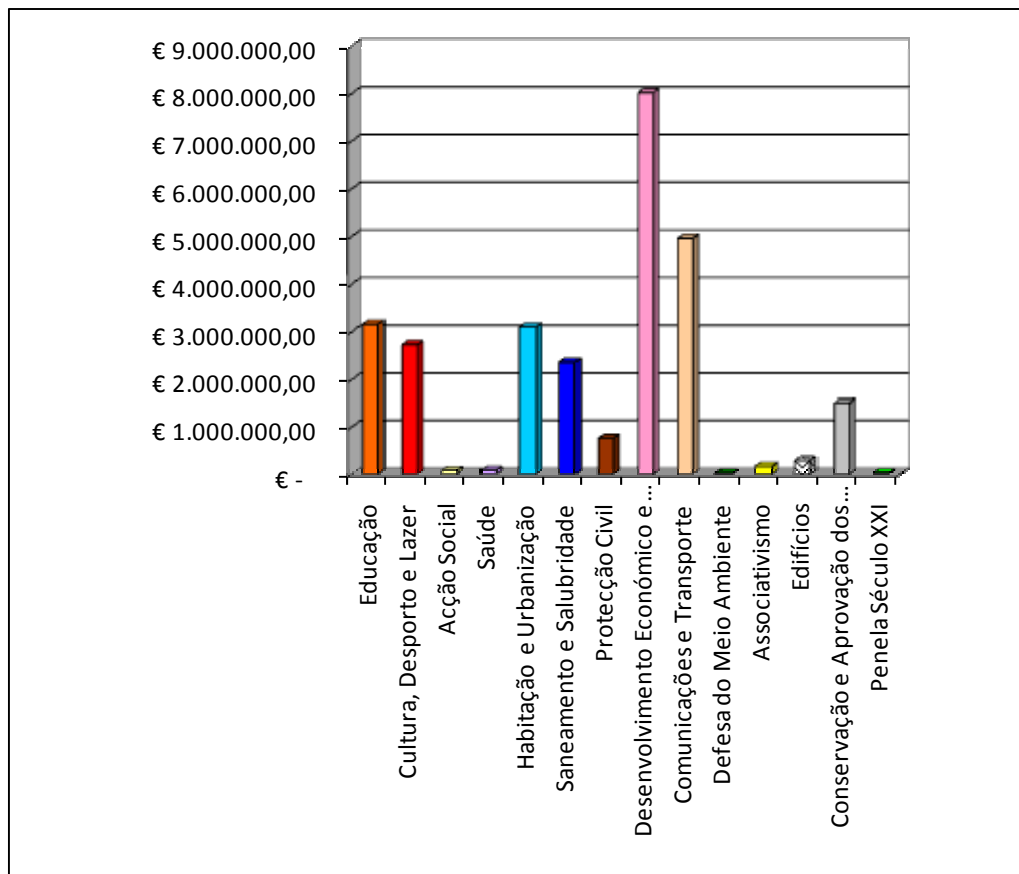


FONTE: Relatório de Atividades da Câmara Municipal de Penela 1992 – 2001

Na figura seguinte é evidenciado o total de despesas cabimentadas para cada objetivo no período compreendido entre 1992 a 2001, de forma a compreender o destino das verbas para atingir os objetivos propostos pelo PDM.



FIGURA - TOTAL DAS DESPESAS CABIMENTADAS POR OBJETIVO NO PERÍODO 1992–2001



FONTE: Relatório de Atividades da Câmara Municipal de Penela 1992-2001

Cumprindo os objetivos gerais delineados para o Concelho da Penela, o montante dos investimentos passou essencialmente por um conjunto de ações e medidas, agrupadas numa estratégia política, que assentou fundamentalmente na supressão e eliminação das principais necessidades básicas da população, quer das zonas rurais, quer dos aglomerados urbanos, ao nível de infraestruturação do território, com uma plêiade de equipamentos coletivos, redes de distribuição de água e de recolha de resíduos, bem como de intervenções fulcrais na hierarquização e reconversão da rede viária municipal.

Apesar do investimento e o cumprimento de muitos dos objetivos propostos no P.D.M., existem ainda algumas ações que necessitam de ser reforçados, pois atualmente não estão concluídos. Outros, devem ser repensados e reformulados devido às transformações sociais e económicas verificadas no concelho ao longo da última década.

A abordagem da avaliação do território passa pela síntese das áreas do PDM publicado em 1993,



nomeadamente classes de espaço identificadas na planta de ordenamento e servidões e restrições ao uso dos solos retratadas na planta de condicionantes. Será também o ponto de partida para comparação com a nova versão do PDM – novas propostas de ordenamento do território –, resultante de novas conjecturas sociais, económicas, ambientais e políticas, bem como da inovação das tecnologias informáticas e da cartografia atualizada e em formato digital.

QUADRO – ÁREAS DO P.D.M. PUBLICADO EM 1993

CLASSES DE ESPAÇO E SERVIDÕES E RESTRIÇÕES AO USO DOS SOLOS		ÁREA (ha)
CLASSES DE ESPAÇO	Espaço urbano	979.7
	Espaço industrial	48.1
	Espaço para Indústria extrativa	7.5
	Espaço agrícola	3296.7
	Espaço florestal	9161.7
SERVIDÕES E RESTRIÇÕES AO USO DOS SOLOS	RAN	2017.3
	REN *	---
	Áreas submetidas ao regime florestal	375.5

* A REN da Região Centro foi alvo de redefinição, com base em novos critérios, pela CCDRC, pelo que a comparação entre os valores da REN publicada em 1993 com a atual não permite tirar conclusões no âmbito desta avaliação.

4.1. AGLOMERADOS URBANOS

4.1.1. AVALIAÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS

O Município de Penela revela uma estrutura de povoamento tradicional, assente numa economia rural que determinava necessariamente um povoamento disperso, assegurando desta forma, uma relação de proximidade entre cada núcleo de lavoura e os campos de cultivo que dependiam desse mesmo centro¹. Nos anos mais recentes tem-se verificado a consubstanciação desta estrutura rural dispersa a par de um fenómeno de consolidação dos principais aglomerados urbanos, nomeadamente das sedes de freguesia.

Se é verdade que se tem vindo a assistir nas últimas décadas a uma diminuição da população e um consequente despovoamento nalgumas áreas do Concelho, verifica-se, igualmente, uma expansão da maioria dos aglomerados populacionais que reflete realidades socioeconómicas muitas particulares. A proximidade à capital de Distrito, o aumento da mobilidade social e profissional, a diminuição do tamanho dos agregados familiares, a transformação dos modos de vida contemporâneos, entre outros, contribuíram para a atual estrutura territorial municipal.

¹ Pardal, Sidónio e Lobo, Manuel Costa (2000), "Estruturas e Lógicas de Povoamento" In *Normas Urbanísticas Vol. IV*, DGOTDU – UTL, Lisboa.



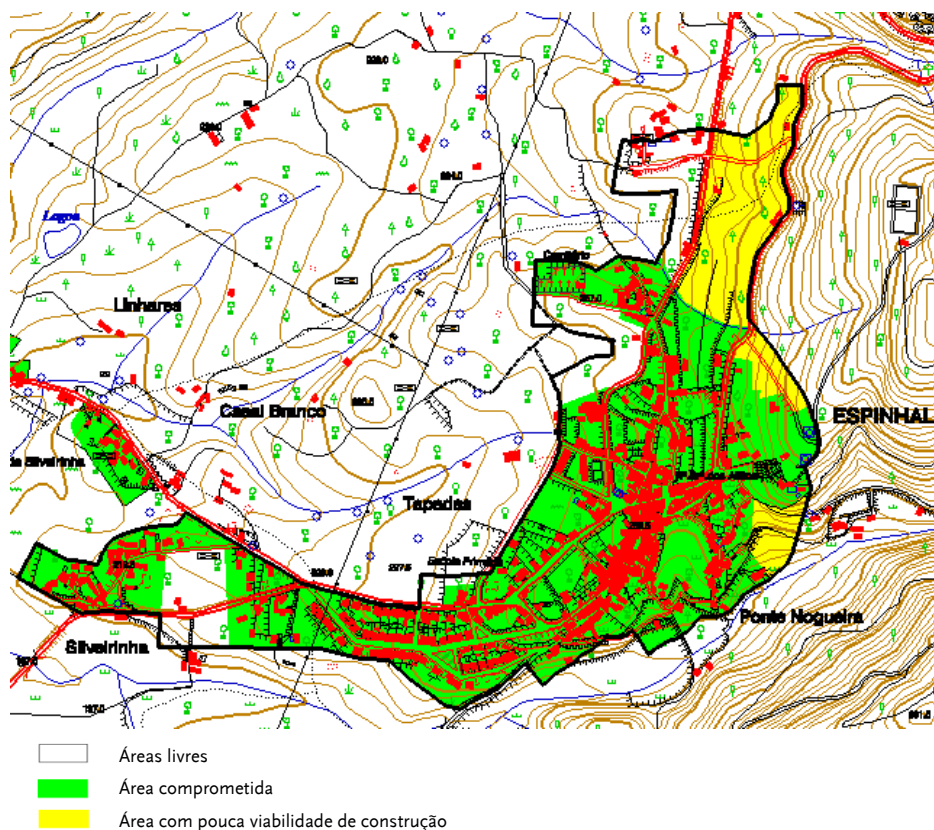
No sentido de verificar a ocupação do solo entre 1993 (ratificação do PDMP) e 2007, procedeu-se à avaliação do grau de concretização do solo urbano em termos de execução física e em termos de comprometimento derivado da aprovação de operações urbanísticas.

A avaliação da ocupação dos aglomerados urbanos do PDM em vigor é realizada sobre a cartografia base – MNT e MNC da Série Cartográfica Nacional, à escala 1:10.000 – e sobre os Ortofotomapas (IGP, 2007), em sobreposição ao espaço urbano, obtendo-se valores para cada aglomerado que se sintetizam no Quadro – CONTABILIZAÇÃO DE ÁREAS DOS AGLOMERADOS URBANOS.

Do mesmo modo, delimitaram-se as áreas que ainda se encontram por ocupar (que não estão disponíveis no mercado por vontade dos seus proprietários), refletindo uma situação mais realista das áreas expectantes.

É apresentada na Figura seguinte, a título de exemplo, a avaliação de um aglomerado urbano.

FIGURA – EXEMPLO DE AVALIAÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS EXISTENTES, DO P.D.M.





A observação do Quadro seguinte, com a contabilização de áreas urbanas dos aglomerados rurais, permite constatar que o espaço urbano do PDM em vigor, perfaziam uma área total de 1.027,8 ha, constituindo cerca de 7,6% da área total do concelho.

QUADRO – CONTABILIZAÇÃO DE ÁREAS DOS AGLOMERADOS URBANOS

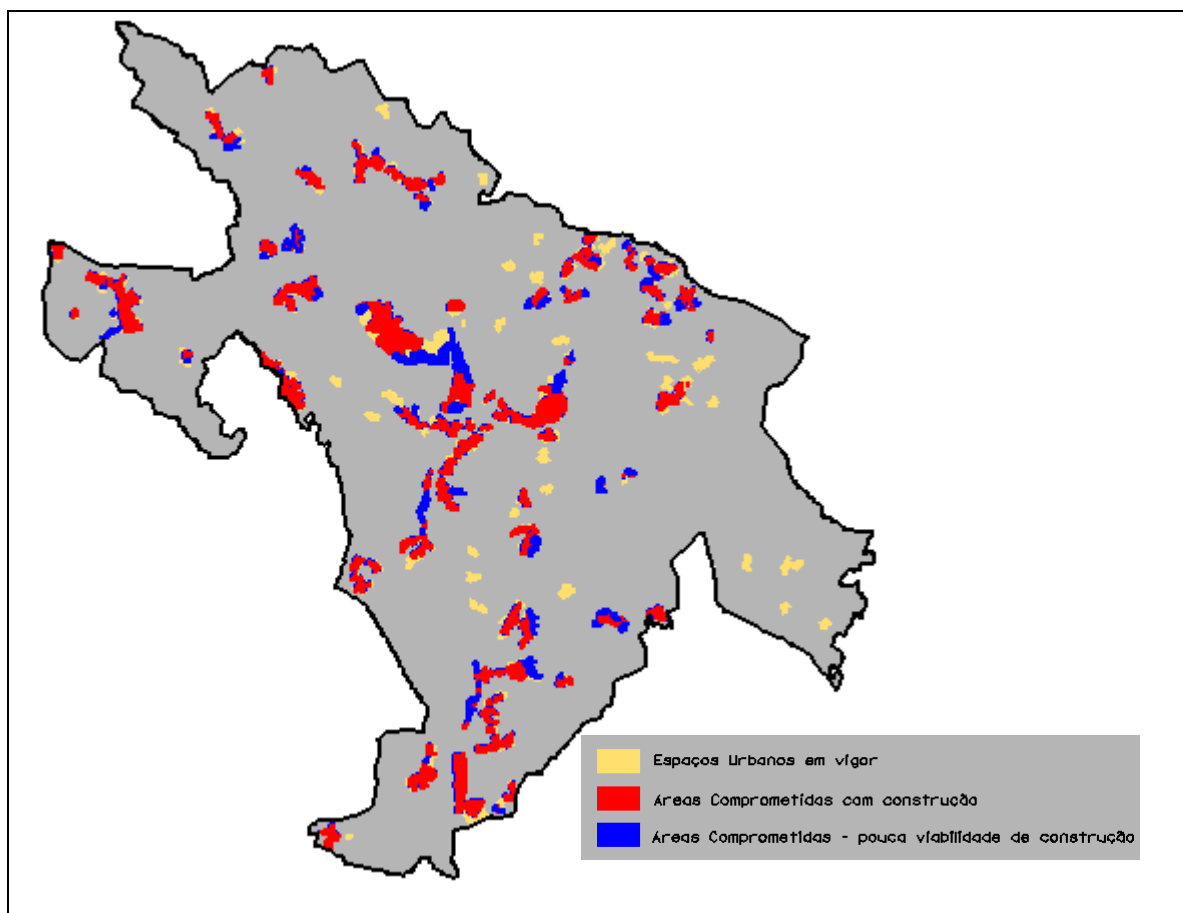
	Áreas (ha)	%
Espaços Urbanos em vigor	979,7	100
Áreas comprometidas com construção	656,5	67,1
Áreas com pouca viabilidade de construção	52,4	5,3
Áreas livres	270,5	27,6

Numa primeira análise aos valores obtidos, destaca-se a área comprometida de 708,9 ha, aproximadamente 72,4% da área urbana total existente, enquanto a área sem qualquer tipo de ocupação, representa um total de 270,5 ha, correspondente a 27,6%.

No entanto, importa considerar que esta percentagem de áreas livres para utilização urbana é bastante inferior aquela que é aqui apresentada, pelo facto de também estas corresponderem, eventualmente, a bolsas de terreno cujos proprietários não têm interesse de as colocar no mercado de solos; por existirem espaços urbanos que são residuais (correspondem a logradouros profundos; a terrenos interiorizados sem possibilidade de ter acesso; a faixas de terreno com grandes profundidades, em relação aos arruamentos, que não consubstanciam, necessariamente uma ocupação posterior às faixas de construção, etc.);



FIGURA – ÁREAS COMPROMETIDAS DOS AGLOMERADOS URBANOS DO P.D.M. EM VIGOR



4.1.2. FUNDAMENTAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO DE SOLO RURAL EM SOLO URBANO

No âmbito da revisão do PDM de Penela, procedeu-se à redelimitação dos perímetros urbanos do concelho com o objetivo de adequar a definição das áreas urbanas ao modelo de desenvolvimento proposto para o concelho.

Para o efeito foi elaborado, em 2007, um relatório com o objetivo de apresentar a proposta de **redefinição dos perímetros urbanos** para o Município de Penela, com base na **proposta de reclassificação de solos urbanos**, considerando as **áreas a desafetar da RAN** (Reserva Agrícola Nacional) e a **excluir da REN** (Reserva Ecológica Nacional).

Considerando a recente legislação e Instrumentos de Gestão Territorial, apresenta-se um breve resumo e atualização do referido relatório da proposta da Reclassificação de Perímetros Urbanos.



De acordo com o **Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial**, a “*reclassificação do solo como solo urbano tem carácter excecional sendo limitada aos casos em que tal for comprovadamente necessário face à dinâmica demográfica, ao desenvolvimento económico e social e à indispensabilidade de qualificação urbanística*”. Os critérios aplicáveis para esta reclassificação estão dispostos no **Decreto Regulamentar nº11/2009, de 29 de Maio**, no seu artigo 7º “*A reclassificação do solo rural como solo urbano concretiza -se através de procedimentos de alteração ou de revisão de plano municipal de ordenamento do território, tem carácter excecional e depende da comprovação da sua necessidade face à dinâmica demográfica, ao desenvolvimento económico e social e à indispensabilidade de qualificação urbanística, obedecendo ao disposto no artigo anterior e ainda aos seguintes critérios complementares:*

- a) Fundamentação na avaliação da dinâmica urbanística e da execução do plano diretor municipal em vigor, suportada em indicadores de execução física da urbanização e da edificação e na quantificação dos compromissos urbanísticos válidos e eficazes;*
- b) Aferição do grau de aproveitamento e da disponibilidade de áreas urbanas suscetíveis de reabilitação, renovação e reestruturação ou de maior densificação e consolidação urbana, suportada em indicadores demonstrativos da situação, devendo o aproveitamento das mesmas prevalecer sobre o acréscimo do solo urbano;*
- c) Aferição da indispensabilidade de estruturação do aglomerado urbano, resultante de fatores de mudança da organização do território ou da necessidade de integração de solo a afetar à estrutura ecológica municipal necessária ao equilíbrio do espaço urbano;*
- d) Compatibilidade com os planos sectoriais com incidência territorial e com as orientações dos planos regionais de ordenamento do território, bem como conformidade com os limiares máximos de expansão do solo urbano nestes estabelecidos;*
- e) Programação da execução da urbanização e da edificação do solo a reclassificar;*
- f) Necessidade de realocização ou redistribuição de áreas de urbanização programada sem acréscimo da superfície total do perímetro urbano.”*

A **Política Nacional de Ordenamento do Território** aponta orientações para o desenvolvimento dos espaços urbanos, a saber:

- contrariar o desenvolvimento “tentacular” dos aglomerados, isto é, o desenvolvimento ao longo das vias, sempre que tal é possível;
- procurar justificar as alterações aos perímetros urbanos com base no crescimento populacional;
- contrariar a dispersão do povoamento e a consequente expansão não controlada da ocupação edificada do solo;



- justificar todas as alterações que colidam com as Condicionantes;
- seguir os critérios apresentados como justificação da revisão Plano Diretor Municipal;
- atender, quando possível, às pretensões e intenções apresentadas pelas Juntas de Freguesia, Câmara Municipal e particulares (resultantes do período inicial de consulta pública).

Por outro lado, o **PROT-C**, que se encontra em discussão pública, define também normas para a reclassificação do solo:

A criação de novas áreas urbanas ou a expansão dos perímetros urbanos existentes deverá ser demonstrada tendo em conta os seguintes critérios cumulativos:

- A avaliação da dinâmica urbanística e da execução do plano diretor municipal em vigor, suportada no relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível municipal e sustentado em indicadores de execução física da urbanização e da edificação, níveis de infraestruturação, equipamentos, acessibilidades, quantificação dos compromissos urbanísticos válidos e eficazes, reservas disponíveis de solo urbano e outros critérios relevantes para o município;*
- O somatório das áreas urbanas consolidadas e legalmente comprometidas, incluindo a estrutura ecológica municipal, tenham atingido um valor igual ou superior a 70% dos perímetros urbanos atuais;*
- O somatório das áreas livres dos atuais perímetros urbanos, mais a ampliação proposta, não exceda 40% do perímetro urbano atual (não contabilizando as áreas de estrutura ecológica municipal e as zonas industriais/empresariais);*
- Nas situações em que haja redefinição de perímetro urbano, os limiares referidos nas subalíneas b) e c) anteriores referem-se ao perímetro urbano proposto;*
- Para efeito de expansão urbana, o cálculo das áreas nos termos previstos no presente normativo deverá ser feito perímetro a perímetro. Nos aglomerados urbanos que o justifiquem, poder-se-á exceder o valor previsto, desde que seja efetuada a respetiva compensação noutros aglomerados, assegurando dessa forma que não é ultrapassado o valor acumulado das áreas de expansão para a totalidade do território municipal;*
- Para efeitos da subalínea b), podem ser incluídos na estrutura Ecológica Municipal, parques e jardins (públicos ou privados), linhas de água e respetivas margens, hortas ou áreas agrícolas urbanas, matas, espaços verdes educativos e desportivos, entre outros.*

Neste sentido, considerando todas as orientações relativas à expansão de perímetros urbanos plasmadas nos diversos Instrumentos de Gestão Territorial, apresenta-se seguidamente a justificação para a transformação do solo rural em solo urbano no concelho de Penela.

Apontam-se alguns aspetos que fundamentam a proposta de expansão de perímetros urbanos:

- Os perímetros urbanos do PDM em vigor foram definidos de forma muito contida, deixando de fora, nalguns casos, inúmeras situações, que já na altura da sua elaboração apresentavam



características urbanas. Este facto obrigou a que no âmbito da revisão do PDM de Penela, se tivesse que corrigir estas situações, com a integração nos novos perímetros urbanos, o que contribuiu para aumentar significativamente a sua área;

- Degradação do parque edificado existente acompanhado das exigências de qualidade e desafogo das habitações e equipamentos coletivos;
- Apesar do concelho ter apresentado crescimento demográfico negativo, apresentou entre 1991 e 2001, um aumento do número de famílias residentes, acompanhado da redução do número de pessoas por família, o que refletiu no aumento do número de alojamentos;
- Melhoria significativa das condições de acessibilidade do concelho;
- Aumento substancial da procura de 2ª habitação no concelho de Penela. Os preços mais baixos das habitações, aliados à proximidade espacial a Coimbra e à melhoria da rede viária de ligação (IC3), bem como a existência de uma forte componente natural, são fatores importantes de atração de novos residentes, bem como de residências para segunda habitação para lazer (férias e fins de semana);
- A necessidade da constituição de uma reserva de fogos em condições de serem adquiridos no mercado, que permitam a mobilidade da população e um bom funcionamento do mercado da habitação, é, também, uma situação considerada na definição dos perímetros urbanos;
- A quase totalidade das áreas urbanas destina-se a ocupação de baixa densidade, logo com maior necessidade de espaço.
- Resultando dos ajustes introduzidos aos perímetros em vigor algumas áreas deixarão de integrar o Solo Urbano e serão novamente devolvidas ao Solo Rural.

Por outro lado, assumindo os pressupostos que estão na base da revisão do PDM de Penela:

- Promover a notoriedade e oferta de eventos do Município;
- Melhorar a oferta de serviços e equipamentos coletivos;
- Reforço dos níveis de mobilidade intra e extra concelhia;
- Dinamização e qualificação da base económica local promovendo a cooperação e parcerias entre agentes de desenvolvimento;
- Promoção de Zonas de Atividades Económicas;
- Dinamizar o aproveitamento económico dos recursos endógenos;
- Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer sustentadas nos valores endógenos;
- Salvaguarda e valorização do Património Natural, Arqueológico e Histórico-Arquitetónico;
- Desenvolvimento das atividades turísticas e de lazer sustentadas nos valores naturais com o aumento da capacidade de alojamento turístico de qualidade;
- Promoção da agricultura de qualidade e valorização dos recursos florestais;



- Desenvolvimento de estratégias de Gestão da Inovação e do Conhecimento;
- Dinamização das atividades de inovação e formação profissional, através da aposta nas tecnologias de informação e na inovação adaptada aos sectores tradicionais e na exploração das sinergias entre o sector empresarial e a I&D.

Pensa-se desta forma contrariar a atual estagnação económica do concelho, com o aumento da atratividade que a revisão do PDM de Penela pretende impulsionar.

Assim sendo, apesar de ser um aspeto importante, não se pode afirmar que existe uma relação direta entre a evolução da população e a necessidade de espaço urbano, na medida em que o grau de dotação de equipamentos e questões fundiárias e sociais (logradouros profundos, terrenos interiorizados, especulação imobiliária), conduzem, por falta de espaço para urbanizar, à dispersão dos aglomerados com o desenvolvimento ao longo das vias, principalmente em locais já infraestruturados.

Compreende-se assim a integração de expansões não planeadas, mas que constituem espaço urbano consolidado, nos perímetros urbanos propostos.

4.1.2.1. METODOLOGIA

A metodologia de revisão dos perímetros urbanos baseou-se nos seguintes elementos de base:

- A evolução de conceitos da última década, nomeadamente em termos de espaço urbano *versus* perímetro urbano, bem como a integração da estrutura ecológica municipal;
- A RAN publicada e em vigor;
- A redefinição de limites da REN, pela CCDRC / DRAOT Centro, com obtenção da designada REN Bruta que contempla as “exclusão” do espaço urbano e industrial em vigor;
- A introdução do conceito de aglomerado rural, como categoria de solo rural, pelo DL nº380/99 de 22 de Setembro, permitindo integrar diversos lugares do Município nesta categoria de solo rural, reduzindo em número e área o solo urbano, concretamente o perímetro urbano.
- As propostas de novos perímetros urbanos vão também no sentido de integrar algumas situações de estrutura ecológica urbana (EEU), nomeadamente leitos dos cursos de água, áreas de infiltração, áreas declivosas, cuja capacidade/apetência construtiva será reduzida ou mesmo nula. Estas áreas terão funções de proteção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações, dando ainda continuidade à estrutura ecológica municipal (EEM).



A reclassificação de solos envolve uma redefinição daquilo que era o espaço urbano, no PDM em vigor, podendo implicar o seu aumento, ou mesmo a sua diminuição, de modo a definir o atual perímetro urbano. Ao mesmo tempo permite o estabelecimento dos aglomerados rurais.

Assim, consideraram-se os perímetros em vigor como base de partida para a sua redelimitação, avaliando a adequação de cada perímetro às características físicas e funcionais dos espaços em análise, bem como o grau de execução das áreas urbanas, em termos de preenchimento de áreas e espaços comprometidos, tendo esta avaliação sido apresentada no ponto anterior. Consideraram-se igualmente as pretensões dos munícipes, apresentadas no âmbito do inquérito público efetuado pela Câmara Municipal para revisão do PDM, tendo sido consideradas as pretensões recebidas na Câmara Municipal até à data de revisão dos perímetros;

Foram redefinidos os perímetros de todos os aglomerados urbanos do concelho, procurando evitar o seu alargamento, mas abrangendo áreas mais adequadas à urbanização, quer do ponto de vista morfológico, quer em termos das relações funcionais que interessa promover entre os aglomerados e no seu interior. Procurou-se atender a fatores tais como a extensão e área do tecido urbano consolidado, a densidade habitacional e de ocupação global, a existência de áreas disponíveis para a expansão do aglomerado, a dinâmica na ocupação do solo, a existência de pretensões.

A redelimitação dos perímetros urbanos teve, em grande parte, como objetivo corrigir alguns desajustes verificados, nomeadamente no que respeita à inclusão no perímetro urbano de pequenos conjuntos edificados, que não tinham sido contemplados no PDM em vigor, tendo em atenção o grau de dotação em infraestruturas básicas, a consolidação urbana, e a proximidade a áreas de maior dinâmica. Integraram-se os solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana todas as áreas de maior sensibilidade ecológica.

Noutras situações procedeu-se à redução do perímetro urbano, retirando áreas que tinham condições menos favoráveis à edificação. Por outro lado, nos casos em que se verificou que alguns perímetros urbanos em vigor não reuniam condições, face às suas características atuais, para continuarem a ser classificados como urbano, remeteram-se para o Solo Rural, nomeadamente para Aglomerados Rurais.

Considerando estas questões, encontram-se no quadro seguinte os perímetros urbanos em vigor, as áreas comprometidas, os perímetros urbanos propostos, apresentando-se de seguida a justificação para cada um deles.



RELATÓRIO 2

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES

PDM PENELA

março de 2013

QUADRO – CONTABILIZAÇÃO DE ÁREAS DOS PERÍMETROS URBANOS EM VIGOR E PROPOSTOS

Lugar/local	Perímetro urbano em vigor (m²)	Áreas comprometidas (m²)		Perímetro urbano proposto (m²)	Estrutura Ecológica Urbana Proposta (m²)	Variação dos Perímetros Urbanos	
		(m²)	%			(m²)	%
Alfagar	183219	106156	57,94	176957	7085	-6262	-3,42
Casal da Azenha	48131	31648	65,75	48110		-21	-0,04
Lagoa de Podentes	107788	69405	64,39	134976		27188	25,22
Podentes	217316	143569	66,06	291736	30773	74420	34,25
Casinha/Badanais	203808	135920	66,69	232820		29012	14,23
Vendas de Podentes	37315	27911	74,80	24767		-12548	-33,63
Chainça	78972	54722	69,29	78972		0	0,00
Camarinha	114181	85956	75,28	160031		45850	40,16
Rabaçal/Ordem	515345	335001	65,01	634324	103029	118979	23,09
Chanca	70840	49761	70,24	94013		23173	32,71
Covão/Carvalho de St.Amaro/St.Amaro	179005	132995	74,30	221774		42769	23,89
Espinheiro	76880	62736	81,60	164951	12085	88071	114,56
Infesto	123171	72208	58,62	123171	18001	0	0,00
Nogueira das Cerejeiras/Cerejeiras/Cerrada das Cerejeiras	254865	140746	55,22	303955	51162	49090	19,26
Casal Pinto	63853	49376	77,33	66440		2587	4,05
Carvalhinhos	61954	40232	64,94	48597		-13357	-21,56
Relvas/Bajancas Cimeiras	169232	109399	64,64	147810	8191	-21422	-12,66
Louçãinha	13875	13996	100,87	34151		20276	146,13
Cancelas	113850	69352	60,92	115295		1445	1,27
Fetais Fundeiros	180666	90241	49,95	171265		-9401	-5,20
Fojo	81688	54404	66,60	78980		-2708	-3,32
Fetais Cimeiros	123325	79431	64,41	123177	1801	-148	-0,12
Tola	91888	68697	74,76	104970		13082	14,24
Vieiros	63285	36608	57,85	51684		-11601	-18,33
Besteiro/São Sebastião	324933	241629	74,36	340158		15225	4,69
Penela	1260429	842761	66,86	1316689	249947	56260	4,46
Vale do Espinhal	22149	18080	81,63	23872		1723	7,78
Ponte do Espinhal/Senhora da Glória	166932	134037	80,29	95257		-71675	-42,94
Cova da Lapa	34332	14585	42,48	55064		20732	60,39
Espinhal	601486	500748	83,25	695223	28998	93737	15,58



RELATÓRIO 2

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES

PDM PENELA

março de 2013

Trilho	60149	35012	58,21	77490	24051	17341	28,83
Pastor/St. António	170546	92994	54,53	183129	9139	12583	7,38
Casais do Cabra/São Simão	223273	144892	64,89	245889		22616	10,13
Ferrarias	67613	47738	70,60	63977		-3636	-5,38
Serradas da Freixiosa	132301	109199	82,54	163966		31665	23,93
Torre Chão do Pereiro	50291	32097	63,82	63042		12751	25,35
Carvalhais	186221	146761	78,81	207035	3007	20814	11,18
Galega	35751	23306	65,19	35751		0	0,00
Chão de Ourique/Póvoa	116916	78563	67,20	156524	11838	39608	33,88
Estrada de Viavai	129501	82143	63,43	152308		22807	17,61
Viavai	158718	130379	82,15	177633		18915	11,92
Bouça	50521	36920	73,08	51326		805	1,59
Favacal	138828	130153	93,75	123144		-15684	-11,30
Ferraria de São João	69243	64996	93,87	71136		1893	2,73
Câneve	209322	166275	79,44	236980		27658	13,21
Grocinas /Venda dos Moinhos	380959	323013	84,79	312793	9157	-68166	-17,89
Cumieira	222090	165359	74,46	301271	28059	79181	35,65
Louriceira	99010	49917	50,42	132223		33213	33,55
Taliscas /Dueça/Carregã	161068	140801	87,42	163284		2216	1,38
Gagos	51437	21125	41,07	51437		0	0,00
Esquio	36973	18096	48,94	36973		0	0,00
Pessegueiro	32418	29431	90,79	32418		0	0,00
Freixial/Venda das Figueiras /Comareiros	243871	237838	97,53	257743	2569	13872	5,69
Cabeça Redonda	89912	80521	99,39	155190		65278	72,60
Pardieiros Fundeiros	31947	26116	68,65	31947		0	0,00
Sub-Total	8733592	6225955	71,29	9643798	598892	910206	10,42
Aglomerados Urbanos em vigor que passam para solo rural							
Legação	17549	13110,37	74,71	-	-	-	-
Fartosa	56888	20281,3	35,65	-	-	-	-
Gateira	35159	10486,56	29,83	-	-	-	-
Cheira	31162	7312,58	23,47	-	-	-	-
Fórneas	23132	0	0	-	-	-	-
Casal Ruivo	29323	3166,72	10,80	-	-	-	-
Tolica	42036	15924,65	37,88	-	-	-	-
Fonte Perquina	12403	7387,88	59,57	-	-	-	-
Ponte da Veia	4413	0	0	-	-	-	-



RELATÓRIO 2

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES

PDM PENELA

março de 2013

Caldeirão	29873	6975,33	23,35	-	-	-	-
Coidel	37049	3139,37	8,47	-	-	-	-
Porto Judeus	47356	11360,6	23,99	-	-	-	-
Carvalho da Serra	48607	24041,45	49,46	-	-	-	-
Bajancas Fundeiras	40961	26665,4	65,10	-	-	-	-
Malhada Velha	67223	22910,5	34,08	-	-	-	-
Traquinai	23261	10443,78	44,90	-	-	-	-
Senhora do Outeiro	25230	5497,26	21,79	-	-	-	-
Vale do Infesto	57013	21497,7	37,71	-	-	-	-
Torre de D. Jerónima	30710	18497,67	60,23	-	-	-	-
Chãs	44634	8525,37	19,10	-	-	-	-
Santo Estevão	24188	6002,33	24,82	-	-	-	-
Poupa	19360	10877	56,18	-	-	-	-
Ferrarias	23690	9938,19	41,95	-	-	-	-
Revalvito	22418	4234,67	18,89	-	-	-	-
Casalinho	34597	13824,46	39,96	-	-	-	-
Várzea Longa	40389	7361,4	18,23	-	-	-	-
Farelo	59602	23145,49	38,83	-	-	-	-
Tarrasteira	37613	10832,94	28,80	-	-	-	-
Silveira Pequena	72171	15126	20,96	-	-	-	-
Vale das Carvalhas	25080	0	0	-	-	-	-
TOTAL	9796682	6564522	67,01	9643798	598892	-152884	-1,56

Lugar/local	Perímetro industrial em vigor (m²)	Áreas comprometidas (m²)		Perímetro industrial proposto (m²)	Variação dos Perímetros Urbanos	
		(m²)	%		(m²)	%
Z.I. Penela	281289	237008	84,26	348665	67376	23,95
Z.I. Louriceira	200105	84190	42,07	134943	-65162	-32,56
PENELI	0			856158	856158	100,00
Total	481394	321198	66,72	1339766	858372	178,31

	Perímetro urbano em vigor (m²)	Áreas comprometidas (m²)		Perímetro urbano proposto (m²)	Estrutura Ecológica Urbana Proposta (m²)	Variação dos Perímetros Urbanos	
		(m²)	%			(m²)	%
Total Geral	10278076	6885719,97	74,72	10983564	598892	705488	6,86



4.1.2.2. EVOLUÇÃO GERAL DOS PERÍMETROS URBANOS DO CONCELHO

Em termos gerais pode verificar-se que o perímetro urbano proposto pela revisão do PDM de Penela representa um **acréscimo de 6,86 %**, relativamente ao PDM em vigor, considerando aqui as áreas industriais.

De facto, se forem considerados apenas os espaços urbanos propostos, verifica-se a diminuição da área em cerca **de 1,56 %**, relativamente aos espaços urbanos em vigor.

O concelho de Penela apresenta, no seu conjunto, **1098,36 ha** de solo abrangido pelo novo perímetro urbano, correspondendo acréscimo de **70,46 ha** em relação ao espaço urbano existente. No entanto deve referir-se que no perímetro urbano proposto, estão incluídos **59,89 ha**, classificados como solo afeto à estrutura ecológica urbana, não consagrado no anterior PDM, e que **133,97 ha** constituem espaços de atividades económicas.

Considerando as áreas que se encontram comprometidas, **656,5 ha**, e a área de estrutura ecológica urbana, **59,89 ha**, o espaço urbano efetivamente livre para edificação no concelho é de **248,03 ha** (Espaço Urbano Proposto – Áreas Comprometidas – Estrutura Ecológica Urbana), correspondente a 25,72 % dos espaços urbanos propostos.

É claro que nesta análise foram incluídos os espaços que se encontram classificados como urbanos que na proposta de revisão do plano passam a constituir espaço rural, já que a sua delimitação apresenta características que não se coadunam com o desenvolvimento dos territórios urbanos.

Passam a descrever-se as alterações propostas aos perímetros urbanos, por aglomerado, salientando-se de forma muito sistemática e sucinta as principais intervenções.

Neste aspeto, é importante realçar que a disponibilização de levantamentos aerofotogramétricos atualizados e de grande pormenor permitiu uma análise mais rigorosa das condições dos terrenos, em termos de ocupação atual, topografia, acessos, etc. Desta análise resultaram muitas vezes ajustamentos que acabaram por se traduzir em ligeiros aumentos da área do anterior perímetro, o qual tinha sido demarcado grosseiramente sobre bases cartográficas desatualizadas.



QUADRO – JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PERÍMETROS URBANOS

Lugar/local	Justificação dos perímetros urbanos propostos
PENELI	Atendendo ao facto da Zona Industrial de Penela estar totalmente comprometida, e em grande parte já construída, face à crescente procura junto da autarquia de novas áreas para a fixação de atividades económicas, é necessário criar uma nova zona empresarial gozando de boas acessibilidades. É neste contexto que se propõe o Plano de Pormenor do Parque Empresarial para Novas Estratégias de Localização do Investimento (PENELI), apoiada no IC3, e na proximidade ao nó da A1.
Alfagar	Efetuu-se redução do perímetro urbano em zonas bastante declivosas e com pouca viabilidade para a edificação e expansão de forma a colmatar o perímetro urbano com a criação de estrutura ecológica para enquadramento do lugar.
Casal da Azenha	Efetuu-se redução do perímetro de forma a ajustar à via existente, e expansão para consolidação do aglomerado urbano com base nas infraestruturas existentes.
Lagoa de Podentes	Expansão do perímetro urbano de forma a consolidar o aglomerado urbano com base nas construções e infraestruturas existentes e no crescimento do número de indivíduos residentes.
Podentes	Expansão do perímetro urbano por proposta inicial de Plano de Urbanização. Após o fim do procedimento do PU as áreas foram integradas no perímetro urbano proposto.
Casinha/Badanais	Expansão do perímetro urbano de forma a enquadrar situações já existentes e consolidação do aglomerado urbano.
Vendas de Podentes	Efetuu-se redução do perímetro urbano numa área periférica sem dinâmica construtiva.
Chainça	Sem alteração de perímetro urbano.
Camarinha	Expansão do perímetro urbano para consolidação do aglomerado urbano com base nas infraestruturas e construções existentes.
Rabaçal/Ordem	Expansão do perímetro urbano por proposta inicial de Plano de Urbanização. Após o fim do procedimento do PU as áreas foram integradas no perímetro urbano proposto.
Chanca	Expansão do perímetro urbano para enquadramento de situações existentes. Ajustes do perímetro urbano face ao novo limite administrativo, definido na CAOP (Carta Administrativa Oficial de Portugal).
Covão/Carvalhal de St.Amaro/St.Amaro	Expansão do perímetro urbano para enquadrar situações já existentes e ampliação do aglomerado urbano dada a existência de arruamento urbano infraestruturado e de construções existentes. Redução do perímetro urbano para ajuste do aglomerado urbano de modo a manter-se uma profundidade contínua de construção relativamente ao arruamento.
Espinheiro	Expansão do perímetro urbano para colmatar o perímetro urbano, enquadrar situações existentes e integração de estrutura ecológica urbana. Grande parte do aumento do perímetro deve-se à necessidade de expansão de uma unidade de indústria agroalimentar, instalada desde 1988, com elevado peso económico do município, quer ao nível da faturação, quer ao nível de emprego, mas que se considera compatível com espaço residencial.
Infesto	Sem alteração do perímetro Urbano. Integração de estrutura ecológica urbana.
Nogueira das Cerejeiras/Cerejeiras/Cerrada das Cerejeiras	Expansão do perímetro urbano para colmatação do perímetro urbano e enquadramento de situações existentes e de forma a manter-se uma profundidade contínua de construção relativa ao arruamento, e integração de estrutura ecológica urbana. Redução do perímetro urbano com redução da área periférica sem dinâmica construtiva e com declive acentuado;
Casal Pinto	Expansão do perímetro urbano de forma a enquadrar situações já existentes.
Carvalinhos	Redução do perímetro urbano para ajuste à via que atravessa o aglomerado urbano, com redução da área periférica sem dinâmica construtiva e com declive acentuado. Expansão do perímetro urbano com pequenos ajustes de modo a manter-se uma profundidade contínua de construção relativamente ao arruamento.
Relvas/Bajancas Cimeiras	Redução do perímetro urbano com redução da área periférica sem dinâmica construtiva e com declive acentuado; Expansão do perímetro urbano para consolidação do aglomerado urbano, com base nas construções existentes e infraestruturas, e integração de estrutura ecológica urbana.
Louçaíinha	Expansão do perímetro urbano para enquadrar construções existentes em zona já consolidada.



Cancelas	Expansão do perímetro urbano dada a existência de arruamento urbano infraestruturado. Redução do perímetro urbano numa área não infraestruturada e com pouca viabilidade de construção.
Fetais Fundeiros	Redução do perímetro urbano em área periférica sem dinâmica construtiva e com declive acentuado; Ajustes de modo a manter-se a mesma profundidade de espaço urbano à via existente. Expansão do perímetro urbano para colmatar o perímetro urbano e ampliação do aglomerado urbano dada a existência de arruamento urbano infraestruturado.
Fojo	Redução do perímetro urbano em área periférica sem dinâmica construtiva e com declive acentuado; Expansão do perímetro urbano para enquadramento de situações existentes.
Fetais Cimeiros	Redução do perímetro urbano em área periférica sem dinâmica construtiva e com declive acentuado; Expansão do perímetro urbano para enquadramento de situações existentes e integração de estrutura ecológica urbana.
Tola	Expansão do perímetro urbano com pequenos ajustes de modo a manter-se uma profundidade contínua de construção relativamente ao arruamento.
Vieiros	Expansão do perímetro urbano para enquadramento de situações existentes e integração de estrutura ecológica urbana. Redução do perímetro urbano em área periférica sem dinâmica construtiva e com declive acentuado;
Besteiro/São Sebastião	Expansão do perímetro urbano para colmatação do aglomerado urbano, contemplando construções existentes e ampliação do aglomerado urbano com base nas infraestruturas existentes.
Penela	Expansão do perímetro urbano. Trata-se de uma expansão da sede de concelho, para poente, em detrimento de área a nascente, afastada do centro da vila e com exposição e inclinações desfavoráveis à urbanização. Pretende-se uma nova área urbana, com uso predominante residencial, de habitação unifamiliar, a ser alvo de UOPG. Ajustes para enquadramento de situações já existentes. Integração de estrutura ecológica urbana. Redução do perímetro urbano em área com exposição e inclinações desfavoráveis à edificação.
Vale do Espinhal	Expansão do perímetro urbano para enquadramento de situações existentes.
onte do Espinhal/Senhora da Glória	Redução do perímetro urbano. Trata-se de uma redução de uma área da zona industrial e transformação da mesma em expansão do aglomerado urbano para enquadramento de situações existentes. Reduziram-se áreas não infraestruturadas. Expansão do perímetro urbano para enquadramento de situações existentes e integração de estrutura ecológica urbana.
Z.I. Penela	Expansão do perímetro urbano para prolongar a área industrial existente, de modo a satisfazer as necessidades sentidas por falta de espaços industriais.
Cova da Lapa	Expansão do perímetro urbano para colmatação do aglomerado urbano, contemplando construções existentes e ampliação do aglomerado urbano com base nas infraestruturas existentes. Redução do perímetro urbano com pequenos ajustes de modo a manter-se uma profundidade contínua de construção relativamente ao arruamento.
Espinhal	Expansão do perímetro urbano para enquadrar situações já existentes, integrar estrutura ecológica urbana, e ampliação do aglomerado urbano dada a existência de arruamento urbano infraestruturado. Redução do perímetro urbano em área com exposição e inclinações desfavoráveis à edificação.
Trilho	Expansão do perímetro urbano para colmatar o perímetro urbano e ampliação do aglomerado urbano dada a existência de arruamento urbano infraestruturado, e integração de estrutura ecológica urbana.
Pastor/St. António	Expansão do perímetro urbano para enquadramento de situações existentes e integração de estrutura ecológica urbana.
Casais do Cabra/São Simão	Expansão do perímetro urbano com base nas construções e infraestruturas existentes. Redução do perímetro urbano para ajuste do aglomerado urbano de modo a manter-se uma profundidade contínua de construção relativamente ao arruamento.
Ferrarias	Redução do perímetro urbano em área periférica sem dinâmica construtiva; Expansão do perímetro urbano para consolidação do aglomerado urbano, com base nas infraestruturas e nas construções existentes.
Serradas da Freixiosa	Expansão do perímetro urbano para consolidação e ampliação do aglomerado urbano, com base nas infraestruturas e nas construções existentes.

**RELATÓRIO 2**

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES

PDM PENELA

março de 2013

Torre Chão do Pereiro	Expansão do perímetro urbano para consolidação e ampliação do aglomerado urbano, com base nas infraestruturas e nas construções existentes.
Carvalhais	Expansão do perímetro urbano para consolidação e ampliação do aglomerado urbano, com base nas infraestruturas e nas construções existentes. Redução do perímetro urbano em área periférica sem dinâmica construtiva;
Galega	Sem alteração de perímetro urbano.
Chão de Ourique/Póvoa	Expansão do perímetro urbano para consolidação e ampliação do aglomerado urbano enquadramento de construções existentes e integração de estrutura ecológica urbana.
Estrada de Viavai	Expansão do perímetro urbano para consolidação do aglomerado urbano com base nas infraestruturas existentes e no crescimento do número de indivíduos residentes
Viavai	Expansão do perímetro urbano para consolidação e ampliação do aglomerado urbano enquadramento de construções existentes. Redução do perímetro urbano para ajuste do aglomerado urbano de modo a manter-se uma profundidade contínua de construção relativamente ao arruamento.
Bouçã	Expansão do perímetro urbano para enquadramento de construções existentes. Redução do perímetro urbano para ajuste do aglomerado urbano de modo a manter-se uma profundidade contínua de construção relativamente ao arruamento.
Favacal	Redução do perímetro urbano em área periférica sem dinâmica construtiva;
Ferraria de São João	Expansão do perímetro urbano para consolidação do aglomerado urbano com base nas infraestruturas e construções existentes. Redução do perímetro urbano para ajuste do aglomerado urbano de modo a manter-se uma profundidade contínua de construção relativamente ao arruamento.
Câneve	Expansão do perímetro urbano para enquadrar situações já existentes e ampliar o aglomerado urbano dada a existência de arruamento urbano infraestruturado.
Grocinas /Venda dos Moinhos	Redução do perímetro urbano em área periférica sem dinâmica construtiva e sem viabilidade. Expansão do perímetro urbano para colmatação e ampliação do aglomerado urbano com vista à integração das construções existentes e de estrutura ecológica urbana.
Cumieira	Expansão do perímetro urbano por proposta inicial de Plano de Urbanização. Após o fim do procedimento do PU as áreas foram integradas no perímetro urbano proposto. Posteriormente ampliou-se uma área junto a arruamento infraestruturado, com integração de áreas de estrutura ecológica urbana. Redução do perímetro urbano a Norte, numa área com pouca viabilidade de construção.
Louriceira	Expansão do perímetro urbano com colmatação do aglomerado urbano com base nas construções e infraestruturas existentes.
Taliscas /Dueça/Carregã	Sem alteração de perímetro urbano.
Gagos	Sem alteração de perímetro urbano.
Esquio	Sem alteração de perímetro urbano.
Pessegueiro	Sem alteração de perímetro urbano.
Freixial/Venda das Figueiras /Comareiros	Sem alteração de perímetro urbano.
Cabeça Redonda	Expansão do perímetro urbano com o enquadramento de construções existentes e ampliação do aglomerado urbano com base nas infraestruturas existentes. Integração de estrutura ecológica urbana. Ajustes ao novo limite concelhio, definido na CAOP (Carta Administrativa Oficial de Portugal), com integração de solos do município de Ansião. Redução do perímetro urbano com redução da área periférica sem dinâmica construtiva e de modo a manter-se uma profundidade contínua de construção relativamente ao arruamento. Ajustes ao novo limite concelhio, definido na CAOP (Carta Administrativa Oficial de Portugal).
Z.I. Louriceira	Redução do perímetro urbano com redução da área industrial, transformando-se em área destinada a exploração de recursos geológicos.



4.1.2.3. SÍNTESE CONCLUSIVA – COMPATIBILIZAÇÃO COM O PROTC

A associação de todos estes fatores permite que se considerem adequados os limites dos perímetros urbanos propostos. Devemos ter em consideração todas as necessidades que vão para além dos aspetos demográficos, com todas as consequências decorrentes da escassez de terreno urbano para as diferentes utilizações, que se traduz vastas vezes em especulação imobiliária e dificuldade em promover todas as atividades económicas necessárias à auto sustentabilidade do Município e capacidade de fixação de população, como alternativa aos grandes centros urbanos.

Considera-se que, apesar dos novos perímetros urbanos sofrerem um aumento, este se justifica pelas razões já enumeradas, obedecendo também às orientações preconizadas pelos diversos documentos normativos, nomeadamente pelo PROT-C.

O somatório das áreas urbanas consolidadas e legalmente comprometidas, incluindo a estrutura ecológica urbana é de 682,48 ha, correspondentes a 78,14% do perímetro urbano em vigor.

O somatório das áreas livres dos atuais perímetros urbanos (250,76 ha), mais a ampliação proposta (91,02 ha), excluindo a estrutura ecológica urbana (59,89 ha) é de 281,89 ha, correspondente a 32,28 % do espaço urbano atual.



4.2. INDÚSTRIA

4.2.1. AS DINÂMICAS INDUSTRIAIS

Procurando enquadrar as **dinâmicas industriais**, com os processos de ocupação territorial, destacam-se três tendências principais:

- A primeira encerra um conjunto de **pequenas indústrias associadas ao sector agro-florestal e à alimentação e bebidas**, dispersas um pouco por todo o território concelhio que, dada a sua importância, não produzem grandes condicionalismos na estruturação e distribuição do povoamento. São sobretudo indústrias de importância local, que desenvolvem a sua atividade assente num conjunto de relações que se estabelecem no seio de uma pequena área de influência e que se adaptam e enquadram no contexto rural onde se inserem;
- A segunda assume-se como **zona industrial**, com uma tendência mais industrializante e que obedece a uma estratégia de concentração industrial. Situada entre as Vilas de Penela e do Espinhal, junto ao principal eixo rodoviário – IC3 (347/110) –, que estrutura em termos de acessibilidades toda a região, beneficiando assim de uma localização estratégica quer em termos concelhios, quer em termos regionais. Tem registado uma evolução positiva que se traduz numa expansão física, sobretudo apoiada por um conjunto de medidas de crescimento e desenvolvimento concretizadas pela autarquia de Penela.
- A terceira, o **Parque Empresarial para Novas Estratégias de Localização de Investimentos**, pretende responder à estratégia delineada no Programa Diretor de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Concelho de Penela. Trata-se de uma área com cerca de 80 hectares, estrategicamente localizado num contexto regional, a Noroeste do Concelho de Penela, junto ao IC3/EN347 e a aproximadamente 7 km do IP1/A1. Através desta nova área para a instalação de atividades económicas pretende-se reforçar e diversificar a base produtiva do tecido industrial e empresarial, conferindo-lhe consistência e competitividade no quadro das vantagens comparativas que o Concelho pode oferecer, nomeadamente ao nível da rede de acessibilidades existentes e futuras, o que revela uma convergência de recursos endógenos para a atração de investimentos e para a criação de emprego e fixação de população.



Contudo esta dinâmica de crescimento industrial tem sido um pouco contrariada por um processo de despovoamento de algumas áreas eminentemente rurais, demonstrando algumas debilidades que os espaços rurais continuam a apresentar, ao que não será alheia a escassez de infraestruturas de apoio e as necessidades e modos de vida da população.

4.2.2. ANÁLISE SWOT

INDÚSTRIA	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">• Zona Industrial infra estruturada, com bons acessos – adjacente à estrada nacional IC3 (347/110) – e com lotes de terreno a preços acessíveis;• Posição estratégica do município, no quadro das conexões inter-regionais;• Proximidade a Coimbra facilitando o acesso a serviços de apoio a empresas;• Interesse da autarquia em dotar o município de condições para dar resposta às solicitações dos investidores, no quadro da sua competência – ampliação da zona industrial e condições atrativas para fixação de pequenas e médias empresas;• Valor significativo de área florestal no município, proporcionando implantação de indústrias do sector.	<ul style="list-style-type: none">• Acessibilidade extra-municipal, com deficiências em algumas ligações;• Escassez de solo industrial infraestruturado no concelho;• Insuficiência de mão-de-obra qualificada;• Baixa taxa de escolaridade da população ativa no sector;• Pouca diversidade de indústrias no concelho.• Envelhecimento da população e saldo natural negativo: fragilização dos tecidos produtivos e sociais.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Política nacional de incentivo a pequenas e médias empresas;• Política nacional de desburocratização dos procedimentos de licenciamento de empresas;• Criação de redes de cooperação interempresarial de âmbito Nacional e Comunitário;• Adoção de atitudes de cooperação entre os centros de conhecimento e as empresas;• A importância das novas tecnologias de comunicação como fator indutor de novos padrões de consumo;• Novos fatores de localização assentes numa lógica de melhoria das acessibilidades e de serviços avançados;• Financiamento no âmbito do QREN (2007-2013);• Estratégia definida no PD-ICE• Existência do Mini-Habitat, de apoio à iniciativa empresarial, com recurso a incubadora de empresas;	<ul style="list-style-type: none">• Conjuntura económica desfavorável;• Agravamento da situação económica nacional como resultado da conquista do mercado por agentes económicos externos que oferecem os mesmos produtos a menor preço;• Política económica nacional que não favoreça a conquista de nichos de mercado inovadores e de grande procura;• Burocracia dos procedimentos de licenciamento industrial;• Dinâmica industrial dos concelhos limítrofes;• Ameaça crescente dos fatores que levam à deslocalização das indústrias sedeadas no concelho;



4.3. AGRICULTURA E FLORESTA

4.3.1. AVALIAÇÃO DE RECURSOS

A análise dos **espaços florestal e agrícola** do território municipal resulta, não só da própria natureza do plano, como também da sua representatividade e das respetivas potencialidades/funções, de âmbito económico, turístico e ambiental.

Esta análise recorreu à interpretação de dois instrumentos distintos existentes para o município:

- Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, publicado em 1993;
- Carta de Ocupação de Solos (COS) – obtida do MNT da cartografia à escala 1:10000 da SCN10K.

Entre estes dois instrumentos existe uma diferença fundamental, isto é, enquanto o PDM define as classes de espaço de acordo com as potencialidades existentes, a COS retrata o tipo de ocupação efetivamente existente.

O Quadro seguinte traduz a análise comparativa entre os dois instrumentos, em termos de áreas agrícola e florestal.

QUADRO – ÁREAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO AGRÍCOLA E FLORESTAL – Potencial e Efetiva

OCUPAÇÃO DO SOLO		COS Carta de Ocupação do Solo			PDM Plano Diretor Municipal	
		Área Parcial (ha)	Área Total (ha)	%	Área Total (ha)	%
Área Florestal	Eucalipto	1 871.5	9 121.3	68.8	9161.7	68.0
	Pinheiro	3 841.2				
	Castanheiros	30.2				
	Sobreiro	10.5				
	Carvalhos	891.0				
	Outros	2 476.9				
Área Agrícola		3 342.3		25.2	3296.7	24.5
Área Total do Município		13 249 *			13 479 **	

FONTE: MNT da cartografia 1:10000 (2000) e Plano Diretor Municipal de Penela (1993).

* Área correspondente ao limite administrativo das Cartas Militares, 2ª Edição / 1985

** Área correspondente ao limite administrativo da CAOP (Carta Administrativa Oficial de Portugal, versão 3, Dezembro/2004)



No município de Penela a **ocupação florestal** domina sobre qualquer outro tipo, representando aproximadamente 68,8% da área total, valor equivalente ao definido no PDM.

Quanto ao coberto vegetal que traduz uma influência tipicamente mediterrânea, encontram-se em vertentes de baixa altitude, abrigadas e com exposição predominantemente ao quadrante sul, espécies características como o carvalho português, o sobreiro, o medronheiro e algumas plantas aromáticas.

Em complemento a estas espécies e traduzindo, embora de forma menos vincada, algumas características, também elas mediterrâneas, surgem espécies introduzidas pelo homem, como o pinheiro bravo e mais recentemente o eucalipto, que se encontram, regra geral, relacionados com os solos pobres, arenosos ou argilosos, que dominam muitos dos solos deste concelho. Com efeito, as áreas de **pinheiro bravo** ocupam uma área significativa do coberto florestal do concelho, embora de uma forma mais consistente nas áreas centrais do concelho e com altitudes intermédias. Nas restantes áreas surge em pequenas manchas de solo, embora sem uma continuidade digna de registo. Também o **eucalipto**, uma espécie com evidência, surge disseminado um pouco por todo o lado, registando-se no entanto as maiores manchas na zona leste do concelho, nomeadamente na Serra do Espinhal, como consequência de áreas que foram mais assoladas pelos incêndios florestais, originando, por um lado, uma regeneração rápida por via desta espécie, e por outro lado, um aumento na plantação florestal desta espécie. As **zonas de mato**, de características subarbustivas, ocupam algumas grandes manchas da serra, mas com especial incidência no quadrante ocidental do concelho, nos materiais mais calcários.

A gestão florestal do concelho tem sido alvo, nos anos mais recentes, de uma série de planos de incidência municipal que têm procurado estabelecer uma gestão mais equilibrada e rentável. A criação de uma associação florestal e a inclusão de técnicos especializados na edilidade camarária têm contribuído para uma melhoria gradual na gestão e utilização do espaço florestal concelhio.

No que diz respeito à **ocupação agrícola**, regista-se uma predominância no quadrante ocidental do concelho. A oliveira aparece como a cultura dominante, nomeadamente nas encostas calcárias e na depressão do Rabaçal. É igualmente nestas áreas que se encontram as maiores culturas de sequeiro, revelando a condição hidrográfica própria dos terrenos calcários. Nas colinas dolomíticas, a Norte do Concelho, evidencia-se a vinha como a cultura com maior implementação e extensão. Encontram-se também, com frequência, os pomares, dispersos, quer nas bordaduras dos campos ou mesmo no seu interior, quer, igualmente, nos quintais contíguos às habitações. Por sua vez, o regadio e hortas marcam presença ao longo da principal linha de água do Concelho, o Rio Dueça, ocupando uma faixa central do Concelho de orientação N-S.



4.3.2. ESPAÇO FLORESTAL

Com a publicação do **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROFPIN)**, foram preconizados um conjunto de objetivos estratégicos que visam orientar o correto ordenamento dos espaços florestais. Da necessidade de transpor as orientações estratégicas de um plano regional, resulta que este documento enuncie os principais elementos a reter do plano, nomeadamente a sua visão estratégica, as principais funções dos espaços florestais, modelos e normas a aplicar e, por último, os seus objetivos específicos.

O conjunto de intervenções preconizadas pelo PROFPIN, tem como objetivo a condução dos povoamentos com fins produtivos. No entanto, pretende-se que estes modelos abranjam mais do que silvicultura pura e que tenham um carácter mais abrangente de gestão florestal, onde se pressupõe também a existência de uma intervenção ativa para outros fins que não os produtivos, como a conservação, a proteção e o recreio.

Tendo por base estes fatores o PROF do Pinhal Interior Norte aponta como **visão estratégica**: espaços florestais desenvolvidos no sentido de aumentar a sua diversidade, garantindo, de modo sustentável, o seu equilíbrio multifuncional.

Deste modo, os modelos de silvicultura perspectivados devem ter em conta determinadas condições específicas, que dizem respeito:

- À defesa dos espaços florestais mais vulneráveis aos agentes bióticos e abióticos, principalmente aos incêndios, sendo retratados nas restrições ao uso do solo do regulamento, um conjunto de normas técnicas de intervenção para a defesa da floresta, incluindo infraestruturas de apoio ao combate de incêndios;
- À preservação de valores ecológicos e biológicos que levaram à classificação dos habitats e das espécies de fauna e flora existentes como relevantes em termos de conservação;
- À conservação de ecossistemas de singular valor natural e à manutenção da diversidade biológica específica;
- À sensibilidade de determinadas áreas do ponto de vista da proteção do solo e da água.

Este objetivo é atingido tendo em conta um conjunto de normas técnicas a considerar na intervenção nos espaços florestais, de acordo com as suas cinco funções principais:

1. Produção;
2. Proteção;
3. Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;



4. Suporte à silvo-pastorícia, caça e pesca;
5. Suporte ao recreio, enquadramento e estética da paisagem.

Com efeito, e tendo em consideração o PROF, este realça que os espaços florestais do Pinhal Interior Norte têm uma grande importância na região PROF, na medida em que ocupam uma extensa área, superior a 80% do total. Nessa área cerca de metade encontra-se arborizada, sendo as espécies florestais dominantes produtoras de lenho, o pinheiro bravo e o eucalipto, que constituem o suporte da economia florestal desta região.

Pese embora a predominância de povoamentos mono específicos, resultantes da forte ação humana, esta região apresenta, igualmente, um elevado potencial produtivo para várias espécies arbóreas, nomeadamente as folhosas autóctones (carvalho alvarinho, carvalho negral, carvalho cerquinho e sobreiro), podendo contribuir para a diversificação das espécies florestais exploradas e, dessa forma, oferecer madeira com qualidade para transformação em produtos de maior valor acrescentado, tendo em consideração o uso múltiplo dos recursos e a sua sustentabilidade.

Mas, para além desta potencialidade, o PROF salienta também a oferta de espaços florestais vocacionados para atividades de recreio, enquadramento e estética da paisagem, designadamente o turismo florestal de montanha, considerando importante o seu desenvolvimento. Para o PROF, o enquadramento dos espaços florestais em percursos de turismo, constituem por si só um recurso para o desenvolvimento do turismo florestal de montanha e do turismo de natureza, enquanto espaços de usufruto da paisagem, vocacionados para a interpretação ambiental, assumindo um papel relevante para aqueles que apreciam a observação da natureza e dos espaços florestais, proporcionando ao visitante o conhecimento dos valores florestais e naturais através de um contacto direto com os espaços florestais.

Para além dos pontos focados anteriormente, o PROF reconhece igualmente as atividades da silvo-pastorícia, caça, pesca em águas interiores e apícola como aspetos relevantes nos espaços florestais, uma vez que representam um elevado potencial para o desenvolvimento sustentável e integrado com as outras atividades, designadamente de produção, proteção, recreio, paisagem e conservação.

De salientar as zonas montanhosas, presentes no Pinhal Interior Norte, que carecem de cuidados específicos no sentido da proteção contra as diversas formas de erosão a que estão sujeitas. De igual modo, a conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos englobadas nas áreas de conservação previstas na Rede Natura 2000 ou nos espaços naturais definidos nos municípios, revelam-se como áreas fundamentais na preservação da biodiversidade presentes nos territórios municipais.



Contudo, a existência de 5 classes de funções nos espaços florestais são apresentadas no PROFPIN como áreas classificadas segundo a sua potencialidade. Por conseguinte, coube à equipa do PDM a avaliação das classes de potencialidades e o seu cruzamento com a restante informação contida no plano. Dessa análise resultou que das 5 funções previstas, apenas se considerou, para o município de Penela, a necessidade de representar graficamente duas áreas, mais concretamente os espaços florestais afetos à produção e proteção, dado que as restantes funções já se encontram incluídas na proposta de classificação. Todavia, se em termos de representação gráfica apenas houve lugar à classificação em espaços florestais de produção e espaços florestais de proteção, os restantes espaços consagrados no PROFPIN mantém a sua importância e as suas disposições no que respeita às normas genéricas de intervenção florestal. Assim, este conjunto de normas genéricas inclui normas de intervenção ativa e restrições, sendo que as primeiras devem atuar pela positiva, formulando claramente quais as recomendações de gestão e, sempre que necessário e adequado, o que é que as fundamenta. Já as segundas devem, pelo contrário, atuar pela negativa, identificando o que não pode ou não deve fazer-se, fundamentando-se essa posição.

Com base nos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças foram definidos objetivos estratégicos que se pretendem atingir na região PROF. Assim, tendo em conta a visão estratégica delineada para o PIN, selecionaram-se, entre os objetivos estratégicos gerais, aqueles que apresentam uma maior prioridade de concretização, com vista a uma maior dinamização das potencialidades dos espaços florestais desta região PROF.

1. Explorar o potencial produtivo da região, na produção de madeira com qualidade para transformação em produtos de maior valor acrescentado;
2. Reconverter os povoamentos e diversificar as espécies florestais exploradas;
3. Incentivar a exploração dos produtos da silvo-pastorícia (ovinos e caprinos), dos produtos não-lenhosos (frutos secos, cogumelos e medronho) e apícolas;
4. Desenvolver os espaços florestais com vista à sua utilização para recreio, lazer e enquadramento paisagístico, nomeadamente para o aproveitamento do turismo florestal;
5. Desenvolver o potencial da caça maior e da pesca;
6. Aproveitar a possibilidade da conversão da biomassa em energia, reduzindo os custos de manutenção e exploração dos espaços florestais;
7. Criar e executar planos de gestão para as áreas públicas tornando-as modelos a seguir pelos proprietários privados;



8. Tornar mais atrativos os espaços florestais para recreio e lazer com vista a desenvolver o turismo;
9. Adequar os espaços florestais com o objetivo da prevenção do risco de incêndio;
10. Promover a multifuncionalidade dos espaços florestais;
11. Aproveitar a apetência por madeiras de qualidade e o potencial da floresta autóctone para aumentar a diversidade de espécies florestais;
12. Fomentar modelos de silvicultura que permitam a maior valorização dos produtos florestais;
13. Formar os produtores florestais em técnicas de condução e gestão de espaços florestais, de modo a aumentar os conhecimentos técnicos;
14. Promover uma visão empresarial da exploração dos espaços florestais e incentivar a certificação de gestão florestal sustentável;
15. Dinamizar a criação de fundos imobiliários florestais;
16. Incentivar o associativismo e o aproveitamento das competências técnicas das associações;
17. Promover formas de exploração dos espaços florestais que sejam geradoras de emprego;
18. Consolidar a rede de primeira deteção e fomentar a prevenção de incêndios florestais;
19. Promover a criação de áreas com dimensão que viabilize a gestão florestal;
20. Desenvolver espaços florestais que garantam a proteção do solo e da água, sobretudo nas zonas montanhosas e cársicas;

Embora a metodologia seguida na elaboração do PROF preveja a especificação dos objetivos a seguir por cada sub-região homogénea, existem um conjunto de objetivos que, pela sua importância e abrangência geográfica, se revelam comuns a todas as unidades territoriais. Por conseguinte, o PROF salienta um conjunto de objetivos específicos e respetivas medidas, aplicáveis a toda a região PROF. São eles:

a) Incêndios florestais:

- Diminuição do número de ignições de incêndios florestais;
- Diminuição da área queimada.

b) Estrutura da propriedade e melhoria da gestão:

- Promoção do redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão;
- Divulgação de informação relevante para o desenvolvimento da gestão florestal;
- Realização do cadastro das propriedades florestais;
- Redução das áreas abandonadas;
- Criação de áreas de gestão única de dimensão adequada;
- Aumento da incorporação de conhecimentos técnico-científicos na gestão através da sua divulgação ao público-alvo.



c) Investigação sobre silvicultura das espécies florestais da região:

- Aumento do conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais;

d) Monitorização do desenvolvimento florestal e do cumprimento do plano:

- Monitorização do desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano.

O concelho de Penela está inserido em três sub-regiões homogéneas definidas no âmbito da elaboração do PROFPIN:

- Lousã e Açor;
- Floresta da Beira Serra;
- Sicó e Alvaiázere.

Os espaços florestais da **sub-região homogénea da Lousã e Açor** apresentam um grande potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio, enquadramento e estética da paisagem devido à existência de paisagens notáveis, tendo também potencial para a silvo-pastorícia, caça e pesca em águas interiores, devendo no entanto, o desenvolvimento destas potencialidades ser realizado de forma integrada. No entanto, esta sub-região é a menos representativa no município de Penela, não deixando, por isso, de se considerar as suas orientações e objetivos.

Por se tratar da sub-região mais montanhosa do Pinhal Interior Norte, deverá ter-se em conta medidas de proteção do solo e da água, com especial incidência nas vertentes mais declivosas. A importância destas potencialidades e condicionantes reflete-se na hierarquização das funções desta sub-região, apresentando-se na seguinte sequência:

1ª função: Recreio, enquadramento e estética da paisagem

2ª função: Proteção

3ª função: Silvo-pastorícia, caça e pesca em águas interiores.

A potencialidade do recreio e interesse paisagístico nesta sub-região é importante para o desenvolvimento dos objetivos da região PROF, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento dos espaços florestais com vista à sua utilização para recreio, lazer e enquadramento paisagístico. Nesta sub-região existe uma extensa área de espaços florestais sob gestão da administração pública, com um elevado potencial que deverá ser aproveitado para o desenvolvimento de atividades relacionadas com o turismo florestal de montanha.

Também o potencial de desenvolvimento das atividades associadas à silvo-pastorícia, caça e pesca nas águas interiores desta sub-região se enquadra nos objetivos principais da região PROF, onde estas atividades assumem alguma importância. A atividade associada à caça, nomeadamente a caça maior,



pode ter um enquadramento associado à atividade de recreio, por despertar bastante interesse na sociedade a observação de espécies cinegéticas, tais como o veado e o corso.

No caso da função de proteção nesta sub-região, esta adquire uma importância bastante significativa à escala da região PROF, pois trata-se de uma zona montanhosa, que faz parte da Cordilheira Central (o bloco montanhoso mais importante de Portugal Continental) e é caracterizada pela sua acentuada altitude, fortemente sulcada por uma rede ramificada de vales e declives abruptos. Os espaços florestais sob gestão da administração pública adquirem uma importância bastante relevante no que se refere à proteção do solo e da água, por se tratar de perímetros florestais de montanha que foram sujeitos ao regime florestal com o objetivo de proteção das zonas de cabeceira das bacias hidrográficas

Com vista à prossecução das funções definidas no âmbito do PROF, é assim definido um conjunto de objetivos específicos que visam estabelecer os critérios de organização e aproveitamento dos espaços florestais:

1. Adequar os espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico;
2. Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;
3. Aumentar a atividade associada à caça, enquadrando-a com o aproveitamento para recreio nos espaços florestais;
4. Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio nos espaços florestais;
5. Desenvolver a atividade silvo-pastoril;
6. Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados;
7. Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados;
8. Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente a castanha, o medronho, os cogumelos e as ervas aromáticas, condimentares e medicinais;

Os espaços florestais da **sub-região homogénea da Floresta da Beira Serra** apresentam um elevado potencial para a produção lenhosa de diversas espécies arbóreas, tanto pioneiras como de crescimento lento, tendo também um grande potencial para as atividades da silvo-pastorícia, caça e pesca em águas interiores. O desenvolvimento destas potencialidades pode e deve ser feito de forma integrada, tendo-se no entanto de ter em consideração as medidas de proteção do solo nas vertentes dos principais cursos



de água e nas encostas da Serra da Lousã. A importância destas potencialidades e condicionantes reflete-se na hierarquização das funções desta sub-região, apresentando-se na seguinte sequência:

1ª função: Produção

2ª função: Silvo-pastorícia, caça e pesca em águas interiores

3ª função: Proteção.

A Floresta da Beira Serra é a sub-região mais significativa, na região PROF do Pinhal Interior Norte, em que o potencial para a produção lenhosa se reflete na primeira função. Embora não seja a mais representativa no concelho de Penela, o potencial produtivo lenhoso desta sub-região é bom para várias espécies, sendo importante para o desenvolvimento dos objetivos da região PROF, nomeadamente no que diz respeito à diversificação dos povoamentos e à maior valorização dos produtos lenhosos.

Também o potencial de desenvolvimento das atividades associadas à silvo-pastorícia, caça e pesca nas águas interiores desta sub-região se enquadra nos objetivos principais da região PROF, onde estas atividades assumem alguma importância, nomeadamente no que respeita à exploração dos produtos da silvo-pastorícia e ao aumento das atividades associadas à caça e à pesca.

No caso da função de proteção nesta sub-região, ela tem essencialmente expressão local, não adquirindo importância significativa à escala da região PROF, onde se salientam grandes áreas nas quais esta função é de primordial importância, nomeadamente as zonas montanhosas e cársicas. De salientar a importância dos espaços florestais sob gestão da administração pública, que adquirem um interesse bastante relevante no que se refere à proteção do solo e da água nas encostas mais declivosas, por se tratar de perímetros florestais de montanha que foram sujeitos ao regime florestal com o objetivo de proteção das zonas de cabeceira das bacias hidrográficas.

Com vista à prossecução das funções definidas no âmbito do PROF, é assim definido um conjunto de objetivos específicos que visam estabelecer os critérios de organização e aproveitamento dos espaços florestais:

1. Ocupar a totalidade dos espaços florestais arborizados com espécies que apresentem bom potencial produtivo;
2. Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente a castanha, o medronho, os cogumelos e as ervas aromáticas, condimentares e medicinais;
3. Desenvolver a atividade silvo-pastoril;
4. Aumentar a atividade associada à caça;



5. Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores;
6. Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados;
7. Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;

Tomando em consideração a **sub-região homogénea de Sicó e Alvaiázere**, área onde maioritariamente se insere o Concelho de Penela, os seus espaços florestais apresentam um grande potencial para o desenvolvimento da Silvo-pastorícia, caça e pesca em águas interiores, reconhecendo o PROF, de igual modo, potencialidades nas atividades de recreio, enquadramento e estética da paisagem, sem no entanto deixar de chamar a atenção para a necessidade de promover o seu desenvolvimento de forma integrada.

Acrece também o especial cuidado neste tipo de região montanhosa, com recurso a medidas de proteção do solo e da água, com especial incidência nas vertentes mais declivosas. Assim, a importância destas potencialidades e condicionantes reflete-se, segundo o PROF, na hierarquização das funções desta sub-região, apresentando-se na seguinte sequência:

- 1.ª função: Silvo-pastorícia, caça e pesca em águas interiores;
- 2.ª função: Proteção;
- 3.ª função: Recreio, enquadramento e estética da paisagem.

A sub-região homogénea de Sicó e Alvaiázere é uma das mais significativas áreas, dentro da região do PROF do Pinhal Interior Norte, em que o potencial para a silvo-pastorícia, caça e pesca nas águas interiores se reflete como primeira função. Este potencial é de vital importância no que diz respeito à exploração dos produtos da silvo-pastorícia e ao aumento das atividades associadas à caça menor e à pesca em águas interiores.

No caso da função de proteção, esta assume uma importância bastante significativa à escala da região PROF, pois ao tratar-se de uma zona cársica, os seus solos, de natureza muito porosa e sujeitos à erosão, quer da água, quer do vento, merecem elevada atenção por parte dos instrumentos do plano pela considerável área de solos calcários suscetíveis à erosão, salientando-se ainda as vertentes das linhas de água.

A potencialidade do recreio e o interesse paisagístico consideram-se importantes para o desenvolvimento dos objetivos da região PROF, uma vez que as formações calcárias, únicas na região do



Pinhal Interior Norte, revelam-se de elevado valor paisagísticos, e passíveis de aproveitamento para recreio e lazer.

Com vista à prossecução das funções definidas no âmbito do PROF, é assim definido um conjunto de objetivos específicos que visam estabelecer os critérios de organização e aproveitamento dos espaços florestais:

1. Desenvolvimento da atividade silvo pastoril;
2. Aumento da atividade associada à caça, enquadrando-a com o aproveitamento para recreio nos espaços florestais;
3. Desenvolvimento da prática da pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio nos espaços florestais;
4. Aumento do nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados;
5. Recuperação das áreas em situação de maior risco de erosão;
6. Adequação dos espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico.

PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL

Reconhecendo o elevado interesse económico e ambiental, mas também cultural e cívico do sector florestal, o Município de Penela, continua apostado na organização deste sector a nível concelhio.

Com o objetivo de por em prática um modelo de gestão florestal sustentável, que possa incluir, designadamente, as necessárias medidas de proteção e prevenção dos fogos florestais, estratégias de reestruturação fundiária, gestão e boas práticas dos espaços florestais, nomeadamente na ocupação do solo e noutras ações e instrumentos que possam contribuir para a defesa e sustentabilidade da floresta concelhia, o município de Penela decidiu regular um conjunto de normativos que garantam a sustentabilidade dos recursos da floresta e dos sistemas naturais a ela associados.

Este documento considera as estratégias do município de desenvolvimento local e articula-se e com as opções definidas no âmbito do Plano Diretor Municipal.



4.3.3. ESPAÇO AGRÍCOLA

4.3.3.1. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O concelho de Penela está integrado num dos doze Grupos de Ação Local (GAL) reconhecidos ao nível da Região Centro, designado por “Terras de Sicó”. Este GAL elaborou a sua Estratégia Local de Desenvolvimento (ELD) que tem como principal desígnio a construção e implementação de um programa de desenvolvimento local, alinhado com os novos paradigmas e modelos de competitividade. A visão e os objetivos estratégicos de ELD definidos para esta região procuram enfatizar as possibilidades de cooperação e parcerias com instituições de IDI e outras, numa perspetiva de fortalecimento do capital intelectual e incremento de uma economia baseada no conhecimento.

O território da Terras de Sicó pretende distinguir-se pela aposta na inovação e na promoção integrada dos seus recursos, valorizando a excelência e a sustentabilidade ambiental, social e económica. Para tal é fundamental a identificação dos fatores identitários que marcam a imagem e a presença de Sicó a nível nacional e internacional. A **vertente natural** (biodiversidade de Sicó) e o **sector agroalimentar** (queijo, mel, vinho, carne e frutos secos) são sem dúvida os principais produtos de Sicó e que podem sustentar um novo ciclo de desenvolvimento local onde o **turismo** é uma atividade de destaque. Para maximizar a probabilidade de sucesso da ELD é fundamental trazer para o mesmo palco todos os agentes de desenvolvimento, do sector público e privado, que se comprometem em garantir o sucesso desta nova agenda. Esta mudança, já iniciada pela Terras de Sicó e agora com a constituição do GAL, deve operar-se nas lógicas funcionais e organizacionais, através da difusão de uma cultura de inovação e trabalho concertado entre instituições de ensino e IDI, tecido empresarial, administração pública e sociedade civil, com uma aposta clara nas TIC enquanto ferramenta de difusão do conhecimento.

Objetivos Específicos

A promoção do desenvolvimento deverá centrar-se nas pessoas e em sectores de atividade selecionados, com especial ênfase naqueles a que, alinhado com os desígnios nacionais, está associado um maior potencial competitivo, sejam eles sectores já perfeitamente implantados ou sectores emergentes, que possam beneficiar, para o seu crescimento, das condições favoráveis existentes localmente. A cooperação entre entidades municipais e supramunicipais, entre agentes económicos (agricultores, empresas, etc.), administração e instituições de ensino e IDI é um fator indispensável para que se consolide uma economia de conhecimento de base regional/concelhia e se dinamize o mercado de trabalho. Atualmente, a competitividade tem de ser equacionada através de uma perspetiva de mercado global. Como tal, a criação de redes entre agentes assume especial relevância no desenvolvimento de



massa crítica. O associativismo é, ao nível local, o sinal evidente da capacidade de organização institucional em torno de um objetivo comum. Sendo o objeto de estudo um território intermunicipal, é fundamental fomentar a criação de redes entre os concelhos que o constituem e entre estes e a região envolvente.

Um dos objetivos específicos (OE) considerados fundamentais para o território Terras de Sicó centra-se na Valorização das Produções Endógenas de Qualidade como Alicerces da Base Económica Local – Sicó, Espaço de Produção.

Este objetivo específico visa essencialmente qualificar o território da Terras de Sicó enquanto espaço de produção, valorizando o tecido económico local e reforçando a aposta na inovação e na criação de novas atividades económicas. No território da Terras de Sicó existem três fatores diferenciadores que podem ser também identificados como sectores económicos estratégicos e que não devem ser negligenciados quando se pretende estruturar e reforçar uma base económica local forte e inovadora:

- A existência de **produtos de qualidade comprovada**, em especial no **sector agroalimentar** e que têm vindo a ser fortemente apoiados pelos projetos desenvolvidos pela Terras de Sicó, nomeadamente em feiras e mostras da associação e por organismos como a Sicó-Qualidade enquanto entidade certificadora. O sector agroalimentar sustenta um tecido empresarial diversificado em termos de dimensões de unidades e modos de produção e que, independentemente da escala, sendo certificada a sua qualidade, passa a pertencer ao universo de produções passíveis de “exportar” e que garantem assim o robustecimento do tecido económico, ancorado na diversificação da economia rural;
- A existência de um território com **características bio geomorfológicas singulares** (Serra de Sicó) é um potencial económico por explorar, quer numa abordagem de turismo natureza como numa abordagem associada à investigação em ciências naturais (geologia, biologia, botânica, etc.);
- A existência de diferentes testemunhos da apropriação humana – atualmente num legado associado à dicotomia rural urbano, mas que, em tempos mais remotos, deixou um legado ainda hoje passível de desfrutar. Considera-se neste ponto o inimitável património arquitetónico e arqueológico associado à romanização.

Para a concretização deste objetivo é necessário partir da sensibilização e coresponsabilização dos intervenientes locais e do desenvolvimento de protocolos e parcerias com entidades de IDI e municípios ou regiões que, a nível nacional ou internacional, se identifiquem como pares estratégicos. Pretende-se enfatizar que a aposta no território da Terras de Sicó enquanto espaço de produção não poderá comprometer a abordagem a Sicó como espaço de consumo, sob pena de comprometer a promoção e



divulgação deste como sendo um território de acolhimento por excelência. Este Objetivo Específico é materializado, essencialmente, nos objetivos operacionais 1, 2 e 3, respetivamente, Programa de Valorização e Inovação para as Produções Endógenas, Programa de Promoção e Escoamento de Produções (Sicó Marketing), Rede Colaborativa de microempresas (Recriar Sicó), alinhados com as medidas 3.1.1. - Diversificação de atividades na exploração agrícola, 3.1.2. Criação e desenvolvimento.

Objetivos Operacionais

Da materialização do objetivo estratégico e dos objetivos específicos decorre a definição dos objetivos operacionais, correspondentes às várias áreas de atuação e das metas que se pretende alcançar através da concretização da ELD. Em seguida, descrevem-se os objetivos operacionais propostos elencando, para cada um deles, uma descrição sucinta, as despesas elegíveis e os beneficiários.

Sendo os produtos endógenos, nomeadamente, o vinho Terras de Sicó, o mel Serra de Sicó, o queijo Rabaçal, o azeite Terras de Sicó, os frutos secos e leguminosas, as ervas aromáticas, o cabrito e o borrego, de grande potencial na economia do território, pretende-se inovar, modernizar e torná-los uma mais-valia competitiva, fomentando a cooperação entre entidades, de maneira a gerar conhecimento e valor. Deste modo, este projeto tem como principais objetivos:

- Estímulo ao desenvolvimento de novos produtos e à capacitação competitiva de produtos existentes (e.g. vinho, mel, queijo, azeite, frutos secos e leguminosas, ervas aromáticas, cabrito e borrego), fomentando a aposta na inovação e nas parcerias entre diferentes atores com vista ao aumento da quota de mercado dos produtos Sicó;
- Criação de novas fontes de rendimento e de emprego (e.g. desenvolvimento de novos produtos, IDI, certificação de produtos, controlo de qualidade), contribuindo diretamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população;
- Ocupação do território e o reforço da economia rural relacionada com produções endógenas;
- Incentivo à criação e desenvolvimento de empresas direcionadas para a produção endógena e para o apoio à inovação;
- Densificação do tecido económico e criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social do território.

Os principais destinatários são agricultores ou membros do seu agregado familiar e microempresas conforme definição na recomendação da Comissão 2003/361/EC (empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros). Neste



Objetivo Operacional serão consideradas elegíveis as despesas previstas nas medidas 3.1.1. e 3.1.2. do PRODER.

Programa de Promoção e escoamento de Produções (Sicó Marketing)

A aposta na valorização e inovação das produções endógenas será mais bem-sucedida se for complementada pelo apoio à promoção externa e escoamento das mesmas. Este objetivo operacional visa apoiar ações individuais e coletivas de promoção, marketing e escoamento dos produtos de Sicó, que sejam levadas a cabo por produtores/agricultores ou membros do seu agregado familiar e que poderão ser a base de novas microempresas, conforme definição da recomendação da Comissão 2003/361/EC ou qualquer pessoa singular ou coletiva de direito privado (nesta tipologia de destinatários apenas ações alinhadas com a Medida 3.1.3.). Este objetivo operacional deverá contribuir para o aumento da quota de mercado da marca Sicó e consequentemente, aumento de diferentes indicadores económicos, como o VAB, o volume de negócios das empresas ou número de postos de trabalho criados.

Neste Objetivo Operacional serão consideradas elegíveis as despesas previstas nas Medidas 3.1.1., 3.1.2. e 3.1.3. do PRODER.

Rede Colaborativa de Micro Empresas (ReCriar Sicó)

Este projeto visa incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas. Este objetivo deverá incidir no apoio à criação ou reestruturação de microempresas que, para além dos sectores considerados estratégicos como o agroalimentar endógeno e o turismo, podem ser de qualquer outro CAE desde que demonstrem o seu carácter estruturante para a vitalidade económica e social do território onde se inserem e que identifiquem também a complementaridade com o tecido económico já existente.

Os principais destinatários são as microempresas conforme definição na recomendação da Comissão 2003/361/EC e, de acordo com a Medida 3.1.2. do PRODER, serão consideradas elegíveis as despesas relacionadas a constituição da empresa, elaboração do projeto, aquisição de equipamentos, construção ou obras de adaptação ou remodelação de edifícios, viaturas indispensáveis à boa execução do projeto e despesas imateriais diretamente associadas.



4.3.3.2. PD-ICE – PROGRAMA DIRETOR DE INOVAÇÃO, COMPETITIVIDADE E EMPREENDEDORISMO PARA O MUNICÍPIO DE PENELA

A elaboração do PDICE teve como principal desígnio a construção e implementação de estratégias de desenvolvimento alinhadas com os novos modelos de competitividade. Neste estudo consideram-se como sectores estratégicos e prioritários a indústria agroalimentar, o turismo (património/cultura/ambiente), a exploração florestal e energias alternativas. No documento que se apresenta são considerados apenas os projetos mobilizadores relacionados com o sector agroalimentar e com a exploração florestal, apresentando-se na tabela seguinte os sectores estratégicos e os recursos locais.

QUADRO – SECTORES ESTRATÉGICOS E RECURSOS LOCAIS

Sectores Estratégicos	Recursos Locais
Produtos endógenos Agroalimentar	Queijo, Noz, e Mel Vinho, Azeite, produção alimentar (caprinos, ovinos)
Exploração Florestal	Extensão da mancha florestal
Energias alternativas	Biomassa florestal residual

FONTE: Plano de Desenvolvimento Integrado para o Território de Intervenção do concelho de Penela

A concretização das linhas de orientação estratégica assenta num conjunto de projetos mobilizadores, entre os quais são considerados apenas os que estão relacionados com o sector primário.

QUADRO – PROJETOS MOBILIZADORES – SECTOR PRIMÁRIO

Projetos	Atividades/Metas
Estratégia Municipal para as Energias renováveis – Biomassa Florestal residual	Redução da fatura energética dos edifícios públicos
	Aumento do nº de empresas a utilizar fontes renováveis de energia
	Desenvolvimento de projetos-piloto
Habitat de Inovação Empresarial em Sectores Estratégicos	Criação de uma rede de excelência focalizada nas potencialidades dos produtos endógenos – Rede de I&D do mel; Rede de I&D do queijo do Rabaçal; Rede de I&D dos recursos florestais
Formação e Qualificação para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo	Reforço das capacidades dos recursos humanos nos sectores estratégicos do sector primário

FONTE: Plano de Desenvolvimento Integrado para o Território de Intervenção do concelho de Penela

O modelo de desenvolvimento rural que se pretende para a implementação destes projetos e linhas estratégicas assenta na participação de um conjunto de entidades que garantem a sua efetiva envolvimento na execução dos diversos projetos, nomeadamente:



- LOUSAMEL – Cooperativa Agrícola dos Apicultores da Lousã e concelhos limítrofes, CRL;
- SERRAMEL – Associação de apicultores da Serra do Espinhal;
- VINISICO – Associação de Vitivinicultores da ADSICÓ;
- COPRORABAÇAL – Cooperativa de Produtores do Rabaçal, CRL;
- FLOPEN – Associação de Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Penela;
- DUEÇEIRA - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça

4.3.3.3. PLANOS DE AÇÃO

Para além destes dois planos estratégicos de desenvolvimento rural, o município de Penela define anualmente um plano de ação, sustentando-se o presente documento nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2010, que contempla a execução de um conjunto de tarefas que incidem nos espaços agrícolas e florestais de forma a garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado dos mesmos.

A agricultura e a floresta desempenham um papel determinante na preservação do ambiente e da paisagem rural. Os riscos de marginalização e abandono do território, aliados ao risco de incêndio, apresentam-se como principais fragilidades à sua sustentabilidade e consequentemente são assumidos como áreas de intervenção estratégica em termos de plano de ação. O apoio à manutenção destas atividades, patente no quadro que a seguir se apresenta, faz-se numa perspetiva de sustentabilidade social e local com a promoção da evolução estrutural da agricultura através de ganhos de escala e de produtividade.

A promoção da melhoria da gestão do sector florestal, enquadrada num melhor ordenamento do território, tem como objetivo o aumento da sua competitividade através da promoção da certificação, e contribuir para a diminuição do risco de incêndio e para a valorização multifuncional dos espaços florestais. As orientações estratégicas definidas por este município no sentido de promover a gestão sustentável dos espaços florestais têm subjacente o cumprimento de orientações de diversos documentos de carácter geral, regional e local como são: A Estratégia Nacional para a Floresta, O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte e O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Na tabela seguinte apresenta-se um resumo das ações e projetos em desenvolvimento.



QUADRO – PLANO DE AÇÃO (GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010)

Sector	Projetos/Planos	Objetivos	Metas
Agrícola	Empreendedorismo Agrícola - Bolsa de terras	Criação e implementação no concelho de uma bolsa de terras, e sua divulgação. Combater o abandono dos terrenos agrícolas.	Implementação de um empreendedor no ano de 2010
	Mercado da Agricultura Familiar e Tradicional	Divulgar e comercializar os produtos endógenos, motivando assim os produtores para a continuidade da atividade agrícola	Aumentar o número de expositores por mercado realizado anualmente
	Construção de regadios e recuperação de açudes e pequenas levadas	Melhoramento do caudal disponível para rega coletiva	Aumentar o número de regadios tradicionais coletivos
	Centro Experimental de caprinicultura Ferraria de S. João	Produção de carne e leite	Constituição de um centro experimental de produção de pequenos ruminantes com produção animal biológica e queijo tradicional.
	Parque Leilão de Gado	Escoamento com a venda de cabeças de gado, nomeadamente pequenos ruminantes	Implementar um espaço com um n.º significativo de expositores e de cabeças de gado
	Projeto Agri. Consumir Local	Escoamento e venda de produtos agropecuários entre os produtores agrícolas e restauração	Constituição de uma bolsa significativa de aderentes.
	Beneficiação/construção de caminhos agrícolas	Melhorar as acessibilidades às propriedades agrícolas	Intervencionar 4 km
Agro-indústria	Centro de Extração de Mel	Criar Condições para a extração primária do mel	Recuperação as instalações e melhorar as condições de extração.
Florestal	Gestão Florestal	No âmbito do PRODER foram apresentadas candidaturas com o objetivo de melhor a produtividade dos povoamentos florestais e ao nível da prevenção estrutural	Intervencionar 23 hectares de espaços florestais do município de Penela e construir 3 pontos de água
	Criação de faixas de gestão de combustível	Diminuição da continuidade horizontal e vertical de combustíveis para aumentar o nível de segurança de pessoas e bens em relação aos incêndios florestais	Intervencionar 10 hectares ao longo da rede viária florestal e municipal junto a lugares e aldeias inseridas em zonas críticas
	Silvicultura preventiva	Gestão ativa dos espaços florestais com o objetivo de modificar o comportamento do fogo	Intervencionar 30 ha com recurso à técnica de fogo controlado
	Beneficiação/construção de caminhos florestais	Melhorar as acessibilidades e garantir o escoamento dos produtos florestais	Regularização da plataforma em 30 km de caminhos florestais
	Beneficiação/construção de rede de pontos de água	Melhorar as condições de combate a incêndios florestais	Beneficiar e tornar operacionais 3 pontos de água
	Vigilância florestal	Assegurar no maior curto espaço de tempo a deteção e a comunicação de eventuais focos de incêndio.	Constituição de uma equipa móvel, composta por 5 pessoas e assegurar o funcionamento do posto de vigia pertencente ao município.
	Formação/Fóruns de debate	Sensibilizar e informar os produtores florestais para a criação de mais-valias e potenciar a multifuncionalidade dos espaços florestais	Realização de seminário/fórum integrados na feira do mel do Espinhal e na Feira Agrícola Industrial e Comercial de Penela
	Informação e sensibilização ambiental e florestal	Sensibilizar para a responsabilização na proteção e preservação dos espaços florestais	Realização de sessões informativas em cada sede de freguesia com o objetivo de divulgar um conjunto de boas práticas florestais e da legislação em vigor.
	Acompanhamento técnico ao produtor florestal	Promover o cumprimento das diretrizes legais com vista a uma gestão ativa dos espaços florestais	Cumprimento por parte dos proprietário das normas e regras definidas para uma correta gestão da floresta.

FONTE: Plano de Desenvolvimento Integrado para o Território de Intervenção do concelho de Penela



4.3.3.4. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA O TERRITÓRIO DO CONCELHO DE PENELA

A elaboração deste Plano de Desenvolvimento Integrado para o Território de Penela insere-se na aplicação da ação 1.6.5 “Projetos estruturantes” no âmbito da medida nº 1.6 “Regadio e outras infraestruturas coletivas” integrada no Subprograma nº 1 “Promoção da Competitividade do Programa de Desenvolvimento Rural “– PRODER.

O concelho de Penela possui recursos naturais, ambientais e patrimoniais de elevado valor (produtos agropecuários; recursos florestais; paisagem; fauna e flor; água) e que são fundamentais para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento a nível local e regional. Em função das mudanças ocasionadas pela reestruturação do sistema produtivo global, pela modernização tecnológica dos processos produtivos agrícolas e pelo crescente acesso das famílias rurais locais aos diversos mercados - de trabalho, de bens e serviços, os sistemas produtivos agroalimentares deste território rural, onde a estrutura agrária é caracterizada pela agricultura familiar, vêm caminhando para uma crescente integração social e económica, principalmente do seu segmento de produção agrícola.

O reforço da capacidade de competição do sector agrícola passa também pela criação de condições que melhorem a acessibilidade às explorações e às pequenas unidades agroindustriais, facilitando o acesso e o escoamento dos produtos agrícolas, bem como a circulação de pessoas e equipamentos.

Neste sentido, este plano contempla a realização de um conjunto de ações com vista a promover a construção e a beneficiação de caminhos agrícolas, que vão de encontro às necessidades locais identificadas e têm em conta as características específicas e as necessidades e potencialidades de desenvolvimento para este território.

Este plano de desenvolvimento integrado enquadra-se nas necessidades locais identificadas pelo Grupo de Ação Local – GAL Terras de Sicó, na Estratégia Local de desenvolvimento (ELD). O território de Terras de Sicó pretende distinguir-se pela aposta na inovação e na promoção integrada dos seus recursos, valorizando a excelência e a sustentabilidade ambiental, social e económica, sendo o sector agroalimentar através da produção do queijo, do mel, do vinho e da carne, o que pode sustentar um novo ciclo de desenvolvimento local.



4.3.3.4.1. CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE CAMINHOS AGRÍCOLAS

O projeto de construção e requalificação de caminhos agrícolas visa melhorar as condições de acessibilidade às explorações agrícolas, florestais e às pequenas agroindústrias e assim facilitar a circulação de pessoas e equipamento com o objetivo aumentar a capacidade competitiva, a produtividade das explorações e contribuir para o ordenamento dos espaços florestais.

O município de Penela vê nesta medida de apoio no âmbito do PRODER a possibilidade de atingir um conjunto de metas e objetivos definidos, integrado na sua política estratégica de desenvolvimento rural, nomeadamente no que se refere ao apoio e reforço da competitividade da agricultura e da silvicultura.

Neste sentido é proposto um plano de ação com as intervenções de requalificação e construção de caminhos agrícolas considerados prioritários, para período de 2010 a 2013. O projeto contempla a beneficiação de 12 caminhos agrícolas e a construção de 1, totalizando 9,62 km de intervenção, distribuídos pelas diferentes freguesias do concelho.

Trata-se de caminhos localizados em áreas agrícolas e florestais, onde são evidentes as atividades de produção agrícola e de produção florestal, desde ações de plantação até operações de exploração do material lenhoso. Apesar de repetidas operações de beneficiação realizadas, quer pelas juntas de freguesia quer pela câmara municipal, estas infraestruturas encontram-se num estado de degradação bastante acentuado, que exige uma intervenção mais estruturante que garanta uma circulação mais segura aos diversos utilizadores.

Entre o diverso tipo de práticas e atividades agrícolas, que confinam com os caminhos identificados, destaque para a pastorícia, associada ao fabrico de Queijo Rabaçal, para a vitivinicultura e para a olivicultura.

No quadro seguinte apresenta-se a identificação e localização dos caminhos e as suas características principais



QUADRO – IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS A INTERVENCIAR

Freguesia	Designação do caminho	Comprimento (km)	Tipo de Intervenção
Cumieira	Grocinas- Azenha	0,320	Beneficiação
Espinhal	Bajancas Fundeiras	0,487	
Podentes	Casal da Azenha	0,505	
Rabaçal	Fartosa	1,240	
	Fartosa/Tamazinhos	1,453	
	Rabaçal/Cruzamento da Fartosa	0,717	
Santa Eufémia	Soito/Escoural	0,265	Construção
	Santo Estêvão à Ponte do Soito	0,909	
	Ponte de Viavai	0,300	
São Miguel	Chainça/Centro da Chainça	1,048	Beneficiação
	Covão/Santo Amaro	0,700	
	São Sebastião/Cruzamento Parque Eólico	0,255	
	Vale de Arinto/Hortas	1,417	

FONTE: Plano de Desenvolvimento Integrado para o Território de Intervenção do concelho de Penela



4.3.3.5. ANÁLISE SWOT

AGRICULTURA E FLORESTA	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">• Existência de lagar de azeite com produção integral por processos mecânicos;• Associação de vitivinicultores (Vinisicó);• Produtos regionais de qualidade (queijo DOP, mel DOP e vinho IGP);• Elevada percentagem do espaço florestal no território municipal;• Elevado potencial produtivo para o desenvolvimento de floresta de folhosas autóctones;• Potencial para a exploração de produtos não-lenhosos;• Elevada produção de material lenhoso (pinheiro-bravo e eucalipto);• Existência de atividades silvo-pastoril (essencialmente de gado ovino e caprino) e apícola;• Elevado potencial para o recreio e valor paisagístico nos espaços florestais;• Potencial de diversidade, riqueza e desenvolvimento ambiental, paisagístico e económico da floresta;• Potencial para a caça e para a pesca;• Existência de espaços florestais sob gestão da administração pública;• Quadro técnico vocacionado para a temática florestal;• Gabinete Técnico Florestal (GTF) na Câmara Municipal;• Associações florestais (FLOPEN);• Planos de gestão florestal e planos de defesa da floresta.	<ul style="list-style-type: none">• Estrutura fundiária restritiva à rentabilização da mão-de-obra e à implementação de novas tecnologias na produção;• Resistência ao associativismo por parte dos produtores agrícolas;• Povoamentos florestais desajustados às características fisiográficas do território;• Povoamentos florestais com deficiente desenvolvimento vegetativo;• Produção de material lenhoso, centrada na baixa diversidade de espécies florestais;• Produção abaixo do rendimento potencial;• Pobreza paisagística resultante de utilização permanente da mesma espécie florestal;• Pobreza do sub-coberto florestal;• Risco de incêndio elevado - manchas florestais sensíveis e muito sensíveis quanto ao grau de sensibilidade ao fogo;• Existência de grandes manchas contínuas de vegetação, originando uma elevada suscetibilidade à propagação de incêndios;• Fragmentação e reduzida dimensão da propriedade florestal privada;• Gestão florestal incipiente;• Elevado risco de erosão nas zonas montanhosas e cársicas.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Tradição e capacidade da região para produzir vinho e azeitona de qualidade;• Associação de olivicultores (Olivisicó);• Plantação de novos olivais e recuperação de olivais tradicionais;• Apetência dos mercados por madeira com qualidade para transformação em produtos de maior valor acrescentado;• Apetência dos mercados por produtos silvo-pastoris, apícolas e não-lenhosos;• Valorização do papel ambiental da floresta, nas políticas nacionais;• Potencial para o desenvolvimento do turismo de natureza (ecoturismo);• Aumento da procura pela gestão e produtos florestais certificados.• Promoção de fontes de energia renováveis;• Criação de fundos imobiliários florestais;• Apetência para utilização/produção de fontes de energia renováveis, nomeadamente biomassa.	<ul style="list-style-type: none">• Não existe uma concentração na produção e comercialização de produtos de qualidade, limitando a sua promoção;• Estratégia coletiva ainda imatura entre os diversos agentes (associações e produtores);• Sobrevalorização do peso económico da floresta nas políticas nacionais, conducentes ao excesso de utilização de espécies florestais de rápido crescimento e grande rendimento, com repercussões no esgotamento da capacidade dos solos;• Aumento do risco de incêndio florestal associado às alterações climáticas previstas.• Incerteza quanto à continuidade do nível de apoios financeiros ao sector;• Cadastro dos prédios rústicos desatualizado;• Polos de atração turística alternativos localizados no litoral e no interior;• População agrícola envelhecida, em decréscimo e com baixo



<ul style="list-style-type: none">• Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa (RCM27/99);• Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI);• Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);• Plano Regional de Ordenamento Florestal;• Planos de Gestão Florestal (DL205/99 de 9 de Junho);• Zonas de Intervenção Florestal – ZIF (DL 127/2005 de 5 de Agosto);• Financiamento QREN (2007-2013);• Apoios financeiros ao sector florestal e medidas de incentivo à formação profissional;	<ul style="list-style-type: none">• nível de instrução e formação;• Baixa sensibilização na proteção da floresta contra incêndios (metade das causas são intencionais, seguindo-se a negligência devido a queimadas).
--	--

4.4. EQUIPAMENTOS

Não é possível determinar a estruturação do território municipal sem uma breve análise dos equipamentos existentes. Para este relatório foram utilizados, essencialmente, os critérios de programação fornecidos pela DGOTDU², onde se consideram equipamentos coletivos como sendo edificações destinadas à prestação de serviços à coletividade (*saúde, educação, assistência social, segurança, proteção civil, etc.*), à prestação de serviços de carácter económico (*mercados, feiras, etc.*) e à prática pela coletividade, de atividades culturais, desportivas, ou de recreio e lazer³. Neste sentido, só são considerados aqueles para os quais existe uma *rede de equipamentos coletivos públicos*.

Cabe salvaguardar o facto dos referidos critérios serem somente de carácter indicativo, pelo que devem ser tidas em consideração as características morfológicas, demográficas e socioeconómicas do respetivo município.

Assim, são analisados de forma global os equipamentos em termos da sua área de influência, população servida e localização, destacando-se os seguintes:

- Desporto;
- Educação;
- Ação Social;
- Saúde;
- Segurança e Proteção Civil;
- Cultura e Lazer.

² DGOTDU (2002) – Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos

³ DGOTDU (2000) – Vocabulário do ordenamento do território



4.4.1. EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

No território municipal verifica-se uma maior centralização de equipamentos desportivos nas áreas com maior concentração de população. Com efeito, a sede de concelho e as sedes de freguesias são os aglomerados que concentram a quase totalidade dos equipamentos desta natureza. Embora numa primeira leitura se possa admitir o desequilíbrio desta concentração, a análise com base nos critérios de programação de equipamentos da DGOTDU, permite-nos verificar que estes se encontram nas proximidades de equipamentos escolares (alguns integrados nestes), complementados com espaços verdes e áreas de recreio, servidos de vias de acesso e de transportes públicos. Dada a dimensão dos aglomerados, estes equipamentos acabam por não se encontrar muito distanciados dos principais núcleos urbanos, muitos encontram-se mesmo no interior destes, o que permite um fácil acesso por parte das populações que serve. De igual modo, os critérios sobre a população base que estes equipamentos devem servir encontram-se perfeitamente preenchidos.

Em termos concelhios, verifica-se uma predominância dos equipamentos desportivos localizados nas sedes de freguesia. Nesta lógica, destacam-se os **grandes campos de jogos**, nomeadamente os campos de futebol, que marcam presença em todas as sedes de freguesia e no aglomerado de São Sebastião, contabilizando um total de seis, o que responde largamente aos critérios apontados em termos de população e de distâncias. Estes equipamentos, dada a sua dimensão, ocupam tendencialmente espaços exteriores aos aglomerados urbanos, sendo servidos por vias de comunicação. A sua localização permite o acesso rápido a partir da maior parte dos aglomerados urbanos de cada uma das freguesias.

Relativamente aos **pequenos campos de jogos**, concretamente os campos polidesportivos, nos quais é possível praticar diversas modalidades, seguem a mesma lógica de localização dos anteriores. Neste sentido, parecem estar satisfeitas as necessidades da maioria da população, referência apenas para os residentes dos aglomerados da Serra do Espinhal e dos aglomerados a sul da freguesia de Santa Eufémia que estão sujeitos a uma maior deslocação para a prática desportiva nestes equipamentos.

Por sua vez, os **pavilhões polidesportivos, piscina e campo de ténis** materializam-se apenas na sede de Concelho, revelando alguma dificuldade na satisfação de toda a população relativamente a este tipo de equipamentos.

Relativamente aos **pavilhões polidesportivos**, existem dois na sede de concelho, um deles de acesso mais restrito, pertencente ao Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro. A sua área de influência permite cobrir as necessidades das freguesias adjacentes, quer em termos de distância a percorrer no acesso ao



equipamento, quer no total de população base que serve.

Quanto à **piscina coberta**, está situada na sede do município e a sua área de influência não dista mais do que os 30 minutos de tempo de deslocação, em transporte público, das restantes sedes de freguesia. Localizada no núcleo urbano da sede de concelho, esta piscina encontra-se integrada na área adjacente aos equipamentos de educação, devidamente integrada em zona residencial.

Existem ainda as **piscinas naturais da Louçainha**, ao ar livre, localizadas na Serra da Lousã, a uma distância mais elevada dos principais aglomerados urbanos, sem no entanto comprometer, quer os critérios de população base que serve, quer, igualmente, os critérios de distância preconizados pela DGOTDU, constituindo um importante polo de atração turística para toda a população, especialmente jovens em férias escolares.

Em relação aos **espaços naturais** ou adaptados, a DGOTDU considera, nas normas de programação, que são espaços que permitem a realização de algumas atividades sem que para tal se imponha necessariamente uma construção ou arranjo material. Nessa perspetiva, a qualificação ou grau de adaptação de tais espaços naturais decorre essencialmente das características da sua utilização regular e consciente, mais do que de trabalhos de construção ou de modelação artificial das condições locais.

O concelho de Penela, pelas condições naturais que possui, citando apenas as mais importantes, a Serra da Lousã, as serras calcárias e o Rio Dueça, encontra-se dotado de espaços que preenchem este tipo de exigências. Contudo, a sua utilização regular ainda não se encontra materializada por meio de construções de apoio ou modelação desses espaços para a prática das atividades desportivas. Por esse motivo, considera-se importante dotar esses espaços dos equipamentos e das características fundamentais e imprescindíveis ao aproveitamento e potencialização dos mesmos.

4.4.2. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

Os equipamentos educativos existentes no Concelho de Penela revelam, na maioria dos casos, uma realidade herdada de uma conjuntura muito diferente da atual. As realidades sociodemográficas dos anos mais recentes transformaram a realidade social e educativa, exigindo que os equipamentos sejam adaptados e estruturados de forma a satisfazer as necessidades contemporâneas. Vários cenários têm vindo a ser referidos pelos vários governos, através do Ministério da Educação, no sentido de reestruturar o ensino e respetivos equipamentos, desde o pré-escolar ao secundário. Várias hipóteses



têm sido apontadas, como sejam as Escolas Integradas que comportam todos os níveis de ensino (do pré-escolar ao secundário), os polos escolares nas sedes de freguesia que integram a população escolar do 1ºCEB e do ensino pré-escolar de toda a freguesia, com a vantagem de usufruírem de melhores condições, ao nível de biblioteca, refeitório, atividades culturais e desportivas, ocupação de tempos livres, transportes escolares, entre outros.

O Estado, através de normativas legislativas, nomeadamente a Lei de Bases do sistema Educativo e o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, considerou decisiva a elaboração das Cartas Educativas Municipais. A elaboração da carta educativa deve ser entendida num contexto de afirmação do poder local enquanto nível mais próximo da realidade, assumindo, desta forma, um papel cada vez mais importante no seu próprio desenvolvimento, o que, naturalmente, se reflete na educação.

A **Carta Educativa** promovida pela autarquia, aprovada pela assembleia Municipal e ratificada pelo governo, apresenta-se como um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo a nível municipal, com vista a uma melhor utilização dos recursos existentes, de acordo com o desenvolvimento demográfico e socioeconómico do município de Penela.

Relativamente **aos Jardins-de-Infância**, verifica-se uma centralização, sobretudo na sede de concelho e nas sedes de freguesia. Com a dinâmica demográfica ocorrida no último período censitário (Censos 2001), verificou-se um duplo envelhecimento da população, fator que leva à necessidade de otimizar os meios existentes. Em termos de critérios de localização e enquadramento dos equipamentos desta natureza pode-se afirmar, de um modo geral, que satisfazem os critérios preconizados pelas normas da DGOTDU, quer na localização e na envolvente urbana, quer, igualmente, nos critérios da irradiação dos equipamentos.

No que concerne aos estabelecimentos **do 1º ciclo do Ensino Básico**, regista-se uma rede distribuída pelo território concelhio, proporcionando uma boa cobertura em termos quantitativos. Contudo, alguns destes equipamentos têm a sua atividade suspensa ou foram transformados para comportar novas funções, devido ao decréscimo da população jovem no concelho. É principalmente a este nível de ensino que a rede escolar carece de reestruturação, nomeadamente em termos de localização, diversidade de atividades, equipamento e transportes, bem como compatibilização com outro tipo de equipamentos e com o horário laboral dos pais das crianças e jovens.

Tendo em conta os critérios definidos pelas normas estabelecidas, conclui-se que os equipamentos respeitam a distância e o tempo máximo de deslocação permitido e que a irradiação dos lugares servidos



cobre a totalidade do concelho.

A Escola Básica Integrada, localizada na sede de concelho, que assegura o ensino dos **2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário** dos jovens do município, em regime diurno e noturno, funcionou sempre ao nível de um só estabelecimento escolar localizado na sede de concelho, a Escola Básica Integrada Infante D. Pedro. Este equipamento respeita os princípios e os critérios de localização, bem como as normas previstas para a sua irradiação ao situar-se numa área central da vila. A escola é servida por uma rede viária competente, complementada com transportes públicos e com uma relação distância/tempo inferior a 60 minutos a partir de qualquer ponto do concelho. Garante assim todos os requisitos exigidos pela DGOTDU na sua localização.

O **Ensino Técnico-Profissional** é representado no Concelho de Penela pela Escola Técnica e Profissional de Sicó, equipamento de carácter e irradiação supramunicipal, a qual funciona desde 1991 e faz parte de um dos projetos desenvolvidos pela Associação de Desenvolvimento das Terras de Sicó. Esta escola está disseminada pelos concelhos de Alvaiázere, Ansião e Penela, existindo em cada um deles um polo onde é lecionado um ou mais cursos de âmbito técnico-profissional (com equivalência ao 10º, 11º e 12º ano de escolaridade).

O **Ensino Especial** no Concelho de Penela é desenvolvido na Unidade Educativa da CERCIPENELA, que procura promover a integração das crianças e jovens com necessidades especiais. Localizado na Vila de Penela, possui valências ao nível do Ensino/Formação e da Ação Social, prestando apoio a pessoas com deficiências mentais e com problemas de inserção social, oriundas de mais 4 concelhos (Ansião, Alvaiázere, Soure e Figueiró dos Vinhos).

Todas estas atividades de formação profissional e de emprego protegido, funcionam em regime de protocolos com o Centro de Emprego e Formação Profissional e diversas instituições locais e regionais, sendo os utentes remunerados pela atividade que desempenham, beneficiando ainda de medidas de apoio por parte do estado.

4.4.3. EQUIPAMENTOS DE AÇÃO SOCIAL

Os equipamentos que servem de suporte às políticas de ação social revelam uma enorme variedade devido às transformações registadas nas últimas décadas. Desta forma, enquadram-se nesta secção todos os equipamentos que procuram colmatar as eventuais situações de pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais. Embora as sedes de freguesia já apresentem alguns equipamentos



que cobrem parte das necessidades relativas a esta área, é contudo a sede de concelho, devido ao maior número de habitantes, que acolhe os equipamentos mais importantes de ação social. Na verdade, a vila de Penela possui, para além de centro de dia e lar de idosos, apresenta equipamentos de natureza mais específica, como são o caso do lar para estudantes e creche.

É a sede de Concelho que concentra a grande maioria dos equipamentos de ação social, como sejam o **Lar de Idosos, Centro de Dia e Creche da Santa Casa da Misericórdia, e a CERCÍ Penela (Centro de Atividades Ocupacionais e Unidade Residencial)**. Localizam-se nas proximidades das estruturas de saúde e outros equipamentos complementares e todos eles cumprem os critérios da DGOTDU no que respeita à área de influência e na capacidade evidenciada.

Também a Vila do Espinhal dispõe de dois **Lares de Idosos** bem equipados, procuram dar resposta aos desafios acarretados pelos elevados índices de envelhecimento e de dependência dos idosos registados na região.

Deve ser ressaltado que estes equipamentos são sempre complementados com uma variedade de serviços, como o **Apoio Domiciliário e Atividades de Tempos Livres**, que não são materializados num equipamento específico. O primeiro está associado aos Lares de Idosos e é muito importante no acompanhamento da população idosa que pode continuar a residir nas próprias habitações, e o segundo é uma mais-valia no acompanhamento de crianças e jovens no horário pós-escolar.

4.4.4. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Na área da saúde, o Município de Penela regista valores acima dos indicados pelos organismos que tutelam o Serviço Nacional de Saúde. Assim, dispõe de um **Centro de Saúde**, cujas funções incluem serviços preventivos, curativos, de reabilitação e promoção da saúde. Localizado na sede de Concelho, goza de grande centralidade, bem como de uma boa acessibilidade a outros equipamentos de maior dimensão na sede de Distrito, sendo a área de influência alargada a todo o município, cumprindo os critérios estabelecidos quanto à sua localização e enquadramento na malha urbana, bem como à articulação funcional com os restantes equipamentos com quem mantém relações de complementaridade.

Para a prestação de cuidados de saúde primários, registam-se, ainda, a existência de três **extensões do Centro de Saúde**, localizados nas sedes de freguesia de Rabaçal, Cumieira e Espinhal. Somente a



freguesia de Podentes não dispõe de uma unidade na sua área administrativa, o que é actualmente colmatado pela unidade na sede de Concelho.

4.4.5. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL

Em termos de equipamentos de Segurança e Proteção Civil, o Município de Penela tem localizado na sede os dois principais meios de atuação. Ao nível da segurança pública, a Guarda Nacional Republicana (GNR) dispõe de um posto de irradiação municipal, no centro da Vila de Penela. Por sua vez, o Quartel dos Bombeiros Voluntários (BV) localiza-se no limite do lugar, adjacente à estrada nacional, o que lhe proporciona uma acessibilidade privilegiada às infraestruturas rodoviárias do município. A centralidade de ambos os equipamentos confere-lhes bom raio de ação a todo o município.

4.4.6. EQUIPAMENTOS DE CULTURA E LAZER

No que respeita aos equipamentos de cultura e lazer encontram-se dispersos um pouco por todo o concelho, com especial incidência na sede de concelho.

Os principais **equipamentos culturais** encontram-se dispersos pelo concelho, com particular destaque para as ruínas e o museu da “*Villa Romana*” do Rabaçal. Estes constituem a base fulcral para a maior parte dos eventos de cariz cultural que ocorrem no concelho.

No entanto, as coletividades existentes no concelho, sobretudo nas sedes de freguesia, são igualmente responsáveis por eventos desta natureza, essencialmente por via da constituição de grupos de teatro, música e folclore e que são responsáveis pela recolha, preservação e divulgação das características culturais mais marcantes do concelho. Deste modo, a oferta cultural é satisfatória, mantendo uma diversidade e uma periodicidade que procura abranger os diferentes segmentos de população do concelho.

Quanto aos **equipamentos de lazer** a sua dispersão é mais elevada e é fácil encontrar-se diversos equipamentos desta natureza distribuídos pelas sedes de freguesia e pelos principais aglomerados urbanos.



A Praia Fluvial, Parque de Campismo, Grutas e outros locais de interesse constituem atualmente o conjunto de equipamentos/sítios destinados à atividade cultural e de lazer no concelho, dado que o seu carácter é essencialmente destinado a atividades/ações lúdicas.

4.4.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Concelho de Penela evidencia uma lógica de centralização na distribuição dos vários equipamentos existentes. Desta forma, verifica-se uma lógica de otimização e racionalização destes equipamentos através da sua implantação preferencial nas sedes de freguesia. Neste sentido, procura-se que os equipamentos sedeados nestes aglomerados tenham uma irradiação suficiente para colmatar as necessidades das populações, contando eventualmente com o apoio de transportes públicos apropriados.

Esta lógica de distribuição dos equipamentos procura potenciar a proximidade da rede viária, atenuando as distâncias reais de algumas povoações relativamente a estes mesmos estabelecimentos. É de salientar novamente que muitos destes equipamentos são reforçados na sua atuação através da existência de toda uma série de serviços que completam a rede de equipamentos coletivos públicos. Os casos mais evidentes são os da área da saúde e da ação social, que contam com várias unidades e serviços descentralizados. Por sua vez, os restantes equipamentos revelam uma cobertura satisfatória nas suas vertentes e valências, possibilitando a oferta de uma rede de equipamentos bem distribuída e estruturada pelo território municipal.

4.4.8. ANÁLISE SWOT

EQUIPAMENTOS	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">• Equipamentos culturais de relevo no contexto económico e social do concelho;• Rede de bibliotecas escolares implementada no 1.º CEB;• Diversidade de clubes culturais e desportivos e respetivas atividades;• Polidesportivos em todas as sedes de freguesia;• Piscinas cobertas e descobertas na sede de concelho;• Infraestruturas desportivas existentes;• Enquadramento paisagístico e ambiental proporcionado pela Serra da Lousã;	<ul style="list-style-type: none">• Desfasamento entre a estruturação territorial das redes de equipamentos sociais e as dinâmicas de ocupação do território;• Ensino Básico com fortes assimetrias entre equipamentos;• Ensino Secundário com elevadas taxas de abandono escolar;• Carências de recursos humanos no sector da Saúde e equipamentos desadaptados;• Inexistência de um parque desportivo na sede de concelho;• Degradação da Serra da Lousã decorrente de atividades desportivas mal estruturadas.



OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Carta Educativa com estratégia e reorganização ao nível da educação;• Promoção turística e cultural do território;• Melhoria das acessibilidades ao concelho;• Organização de eventos culturais e desportivos de âmbito nacional/internacional;• Financiamento QREN (2007-2013).	<ul style="list-style-type: none">• Conjuntura económica desfavorável a investimentos públicos e/ou privados;• Custos de manutenção dos equipamentos;• Decréscimo da população em idade escolar;• Envelhecimento da população;• Degradação ambiental decorrente das atividades desportivas mal estruturadas.

4.5. INFRAESTRUTURAS

São avaliados os principais aspetos das seguintes infraestruturas do município, identificando carências, pontos fracos e potencialidades:

- Abastecimento de água;
- Drenagem e tratamento de águas residuais;
- Recolha e tratamento de resíduos sólidos;
- Energia (rede elétrica e eólica)
- Rede viária e transportes.

4.5.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento de água ao concelho engloba a rede geral, as redes distribuidoras e elementos integrantes, nomeadamente captações, estações elevatórias (EE), estação de tratamento de água (ETA) e reservatórios, garantindo atualmente o abastecimento à quase totalidade dos aglomerados urbanos com população.

Os lugares de Cumieira, Venda das Figueiras, Louriceira e Cabeça Redonda, da freguesia da Cumieira, são atualmente abastecidos a partir do município de Ansião, através de uma captação na Ribeira D'Alge.

A rede geral de abastecimento de água é constituída por 23 sistemas principais, de entre os quais se destaca o sistema da ETA, quer pelo volume de água captado, quer pela população e aglomerados urbanos abastecidos – 3397 dos 6186 habitantes (Censos2001) –, bem como pela quantidade de elementos que o integra, e tem como captações principais a Barragem da Louçainha I e a Barragem da Louçainha II, ambas captações superficiais. Os restantes 21 constituem pequenos sistemas, existindo



ainda os sistemas isolados compostos por captação própria e um pequeno reservatório de abastecimento a um só aglomerado urbano.

Tem-se assim uma multiplicidade de pequenos sistemas – e uma multiplicidade de captações e de reservatórios), em geral integrando uma captação e um reservatório de baixa capacidade que se prevê continuarem operacionais e independentes do Sistema Multimunicipal de Água e de Saneamento do Baixo Mondego-Bairrada, mesmo após a entrada em funcionamento deste.

Prevê-se a curto-prazo a integração do sistema de abastecimento de água do município no Sistema Multimunicipal de Água e de Saneamento do Baixo Mondego-Bairrada, da responsabilidade das Águas do Mondego, S.A..

A integração no sistema em alta permitirá a redução substancial do número de sistemas e a eliminação da maioria das origens de água subterrânea existentes no concelho. O município efetuará um reforço do sistema primário (adutor e de reserva), de forma a permitir a distribuição à maioria da área territorial do município a partir dos pontos de entrega disponibilizados pelo sistema em alta.

4.5.2. DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

O concelho de Penela encontra-se parcialmente servido pela rede de águas residuais, sendo a sua recolha em baixa da responsabilidade da Câmara Municipal.

No ano de 2006 o sistema de saneamento de águas residuais do concelho tinha uma taxa de cobertura de 29,4% (1728 habitantes) e uma taxa de adesão que, face à população coberta se situava em 93,02% (1607 habitantes), correspondente a 27,35% da população concelhia.

A rede de águas residuais do concelho integra nove sistemas de saneamento de águas residuais, que são recolhidas em vários emissários e tratadas em quatro Estações de Tratamento de Águas Residuais (Quinta de Cima, Rabaçal, Cumieira e Cerejeiras). As redes de drenagem de águas residuais são quase na sua totalidade gravíticas, existindo apenas duas Estações elevatórias (EE de Quinta da Boiça e EE de Vendas de Podentes).

Todos os sistemas de saneamento de águas residuais se encontram em funcionamento, incluindo o sistema de Cerejeiras que, apesar de ter sido construído em 2002, só muito recentemente foi dotado de



ETAR, no âmbito da integração do sistema de saneamento do município no Sistema Multimunicipal de Água e de Saneamento do Baixo-Mondego e Bairrada, da responsabilidade das Águas do Mondego, S.A..

No âmbito da integração no Sistema Multimunicipal, procedeu-se a uma considerável ampliação do sistema de Penela / Quinta de Cima, com a construção da nova ETAR de Quinta de Cima, passando a antiga ETAR de Quinta da Boiça a funcionar como EE. Procedeu-se também à integração do sistema já existente em Podentes, incluindo a construção de EE de Vendas de Podentes e à integração do subsistema criado nas Cerejeiras em 2002, que entrou em funcionamento com a recente construção da respetiva ETAR. A ETAR de Cumieira será desativada, após a ligação ao respetivo emissário, que drenará as águas residuais para a ETAR de Quinta de Cima. O subsistema do Rabaçal será englobado, mantendo-se independente, com a ETAR existente.

4.5.3. RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O **sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos** do município está sob responsabilidade da Câmara Municipal em cooperação com a ERSUC (Empresa de Resíduos Sólidos do Centro S. A.), prevendo-se a continuação de funcionamento deste sistema.

Atualmente é da competência da Autarquia de Penela a recolha dos resíduos, respetivos circuitos pelos aglomerados urbanos, viaturas e equipamentos de recolha dos lixos – contentores –, bem como o encaminhamento dos resíduos até à Estação de Triagem de Resíduos Sólidos (ETRS), localizada no município de Ansião. A ERSUC é responsável pela transferência dos resíduos sólidos da ETRS para os Aterros Sanitários de Coimbra ou da Figueira da Foz.

A recolha de resíduos sólidos urbanos abrange a totalidade dos aglomerados urbanos do concelho, embora com frequências diferenciadas dependentes das necessidades da população da cada lugar, pelo que se regista maior frequência de recolha nas vilas de Penela e Espinhal. Para o efeito os serviços municipais estão equipados com viaturas de recolha, complementadas com outro tipo de viaturas de serviços específicos.

Em termos de **recolha seletiva**, a Autarquia dispõe de uma rede de ecopontos, que incluem vidro, papelão e embalão, distribuídos pelos lugares de Penela, Espinhal, Rabaçal, Cumieira, Podentes, Alfafar, Lagoa de Podentes, Camarinha, Santo Amaro, São Sebastião, Ponte da Veia, Cerejeiras, Cancelas, Louçainha, Casais do cabra, Serradas da Freixiosa, Carvalhais, Viavai, Grocinas, Cabeça Redonda e Venda



das Figueiras. Os ecopontos instalados em Penela, Espinhal e São Sebastião, bem como os que estão instalados nos estabelecimentos escolares são complementados por pilhão.

É também assegurado pela Autarquia a recolha de monos, a recolha de veículos em fim de vida e a recolha de óleos alimentares.

4.5.4. ENERGIA

Relativamente à rede elétrica, existem no concelho as seguintes infraestruturas da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade:

- Subestação de Penela 220/60 KV;
- Linha Penela – Tábua 1, a 220 KV;
- Linha Penela – Tábua 2 a 220 KV;
- Linha Pereiros – Penela 1 de 220 KV;
- Linha Penela – Zêzere 1 de 220 KV;
- Linha Zêzere – Pereiros 1 de 150 KV (fora de serviço);

De acordo com o Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte, relativa ao período 2012 – 2017 (2022), estão previstas para a área do concelho de Penela as seguintes infraestruturas:

- Remodelação da Subestação de Penela de modo a incluir o nível de tensão de 400 KV;
- Construção de uma nova linha de 400 KV ligando a subestação de Penela a uma nova subestação na zona de Vila Chã;
- Abertura da atual linha Batalha-Paraímo a 400 Kv para a subestação de Penela.

O concelho de Penela é servido na sua totalidade por rede de distribuição de **energia elétrica**, através de uma vasta rede de linhas aéreas de média tensão (15 KV), convertidas em linhas subterrâneas em parte do tecido urbano das vilas de Penela e Espinhal.

As energias renováveis apresentam nos dias de hoje uma crescente importância, devendo ser consideradas no estabelecimento de políticas e estratégias energéticas também a nível municipal. Neste âmbito, referência para os dois **parques eólicos** instalados no município, prevendo-se, a curto/médio prazo, investimentos semelhantes no território municipal. Encontram-se em funcionamento o parque



eólico de Malhadizes, na freguesia do Espinhal, e o parque eólico de Monte de Vez, na freguesia de São Miguel.

Para além dos parques eólicos existentes, o concelho de Penela dispõe ainda de um enorme potencial nesta área, dispondo de condições naturais que permitem a produção de energia eólica. Estão em elaboração estudos técnicos que permitam avaliar quais os melhores locais para a instalação de novos parques no concelho.

Para além da energia eólica, afigura-se também como oportunidade o aproveitamento da biomassa resultante da exploração florestal para sistemas de aquecimento, nomeadamente de edifícios públicos.

Tendo por base a Agenda 21 Local, importa também definir uma estratégia que permita a utilização da energia solar, através da instalação de painéis solares nos edifícios públicos e possível injeção de excedentes na rede elétrica.

4.5.5. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES

Em termos de enquadramento geográfico, o município de Penela apresenta uma localização razoavelmente privilegiada relativamente aos acessos aos principais eixos viários nacionais, principalmente aos IP1/A1, IP3/A25.

A existência de boas ligações regionais e inter-regionais é de importância fundamental para o desenvolvimento do território. O IP1/A1 (Autoestrada do Norte), a oeste do Concelho, dista 16 km da sede e permite uma ligação segura e rápida a Lisboa (para **sul**) e Porto (para **norte**), bem como a todo o **litoral**. A ligação através do IP3/A25 (Autoestrada das Beiras Litoral e Alta) permite o acesso ao interior norte da Região bem como a ligação à **fronteira** por Vilar Formoso. A ligação ao interior sul da Região também é facilitada, através do IC3-IC8 – Tabela 2.

De salientar que, embora a distância geográfica do município à **capital de Distrito** – Coimbra – seja reduzida, a atual estrada nacional – IC3/EN347 – não responde às necessidades, nem corresponde ao grau de importância que lhe é atribuída pela sua classificação como itinerário complementar. A autoestrada 13, recentemente construída, dotou o município de excelentes condições de ligação aos mais importantes eixos rodoviários do país.



A rede viária do Município abrange vias classificadas – nacionais e municipais – e uma vasta rede caminhos que não tem atualmente qualquer classificação ou estrutura hierárquica que permita uma fácil identificação.

Ainda integrada na rede viária não classificada e sendo parte do território de características marcadamente florestais, de salientar a grande extensão de **caminhos florestais** e de **caminhos rurais**, não contabilizados nem identificados explicitamente, mas que fazem parte da informação geográfica da cartografia de base do concelho. De salientar a importância destes no combate aos incêndios florestais, no acessos às propriedades e no transporte de madeiras provenientes da exploração florestal, sendo ainda utilizadas em raides de todo-o-terreno e passeios a pé.

Os vários instrumentos de planeamento, quer a nível nacional – Planos Rodoviários Nacionais – quer a nível municipal – Plano Diretor Municipal –, têm prevista a remodelação da rede viária, quer a nível de construção de novas estradas quer em termos de alteração de classificação. Assim, têm decorrido **processos de municipalização de estradas** e de troços de estradas, de nacionais para municipais, passando a responsabilidade de jurisdição da empresa pública EP (Estradas de Portugal) para a Câmara Municipal. Durante este processo, a estrutura hierárquica irá sofrendo contínuas remodelações. Deste modo, conclui-se haver atualmente no concelho 29.397 metros de estradas nacionais, 23.168 metros de regionais, 7.019 metros de municipais coletoras e 79.551 metros de municipais distribuidoras.

A mobilidade de pessoas, no município de Penela, pode ser tipificada em:

- Sistema de transportes coletivos – rodoviário e ferroviário;
- Transporte escolar.

O sistema de **transportes coletivos de passageiros** no território municipal engloba os meios rodoviários intermunicipais e é assegurado por um operador de transporte privado de utilização pública.

O concelho de Penela é servido por diversas carreiras interurbanas que procuram assegurar a ligação aos concelhos limítrofes, designadamente Condeixa-a-Nova, Coimbra, Miranda do Corvo, Ansião, Soure e Figueiró dos Vinhos, com uma periodicidade e frequência variável, que procura ajustar a oferta de transporte às necessidades da população. A regularidade, periodicidade e frequência das carreiras depende em grande parte dos padrões de mobilidade da população. Há que ter em consideração dois



aspectos fundamentais, por um lado a satisfação das necessidades da população, por outros padrões mínimos de rentabilidade do serviço que é oferecido.

A complementar ou em alternativa ao transporte coletivo de pessoas, existe nos principais lugares o serviço de transporte privado de aluguer de Táxi, localizadas em Penela, Podentes, Rabaçal, Espinhal, Cumieira e Casais do Cabra.

O sistema de transportes em vigor tem características não urbanas, isto é, serve toda a área do município na generalidade e ainda com ligações entre municípios, atravessando os lugares, não existindo um sistema de transportes exclusivamente urbano, nem mesmo na sede de concelho.

O **transporte escolar** é assegurado pelas Juntas de Freguesia e pela Câmara Municipal, através de viaturas próprias e através de contratos de aluguer com empresas de transportes privadas de utilização pública, que têm sido estabelecidos com a Rodoviária da Beira Litoral.

4.5.6. ANÁLISE SWOT

INFRAESTRUTURAS	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">• Parques eólicos implementados e condições favoráveis à localização de mais infraestruturas da mesma natureza no concelho;• Projetos de redes de recolha de águas residuais para as sedes de freguesia;• Sistema de monitorização do abastecimento de água;• Implementação de sistemas de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos, conducente à reciclagem de materiais;• Integração num sistema multimunicipal de tratamento de resíduos sólidos urbanos – ERSUC;• Serviço de recolha de objetos domésticos inúteis – “monos”;	<ul style="list-style-type: none">• Multiplicidade e dispersão de locais de captação de água e pequenos sistemas de abastecimento que dificultam a monitorização, manutenção e controlo da qualidade da água;• Sub dimensionamento dos sistemas de abastecimento de água;• Possibilidade de quebra no abastecimento de água devido a situações de seca prolongada;• Predominância de sistemas de drenagem de águas residuais de pequena dimensão com soluções apenas a nível de aglomerado populacional;• Sobrecarga da capacidade dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais• Sistemas de tratamento dos efluentes sem soluções integradas;• ETAR's do concelho a funcionar aquém da sua capacidade e das necessidades;• Inexistência de um sistema de monitorização da rede viária municipal;



OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Constituição de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos;• Conjuntura política favorável à implementação/aproveitamento de energias alternativas;• Forte investimento da administração central nas redes ligadas às novas tecnologias;• Criação de instituições e programas responsáveis pela implementação e desenvolvimento das TIC;• Financiamento no âmbito do QREN (2007-2013) – Quadro Estratégico de Referência Nacional.	<ul style="list-style-type: none">• Conjuntura económica desfavorável a grandes investimentos;• Redireccionamentos dos fundos comunitários para projetos que não contemplam infraestruturas;

4.6. TURISMO

4.6.1. AVALIAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS

Relativamente aos **equipamentos, serviços e recursos turísticos** existentes, a Câmara Municipal tem assumido um papel catalisador neste sector, realizando um grande investimento, de forma a dotar o Município dos instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística no Concelho. Neste contexto, referência para os investimentos realizados no Centro de Interpretação do Sistema Espeleológico do Dueça, no Parque das Águas Romanas, na “Villa Romana” do Rabaçal, no Castelo do Germanelo, nas piscinas naturais da Louçainha, na reabilitação de diversos espaços públicos, na reabilitação do restaurante D. Sesnando e envolvente, no Centro de BTT da Ferraria de São João, na identificação/sinalização de percursos pedestres e de BTT, bem como na organização e participação em eventos promotores do município.

A **paisagem natural** do Município insere-se na lógica do aproveitamento e exploração do Turismo “Verde”. Por um lado, as paisagens de xisto, características da região da Serra da Lousã, por outro, as paisagens calcárias, que revelam contornos imponentes marcados, quer pelo seu relevo, quer pelos acentuados declives, característicos da topografia complexa e rica. A preservação destas paisagens e a sua consolidação em termos de percursos e atividades de lazer permitem garantir um produto de elevada qualidade, assegurando, deste modo, a biodiversidade da estrutura ecológica. Também os **locais de Recreio e lazer**, tais como miradouros, parques de merendas, aldeias serranas, piscinas naturais e



percursos pedestres têm recebido uma atenção regular por parte de edilidade, dotando-os com os equipamentos necessários para o seu aproveitamento turístico.

O **património cultural** do Município, na sua vertente **histórico-arquitetónica**, revela uma longa tradição de ocupação do território e de encontros entre várias culturas. O legado da presença romana e árabe, da reconquista cristã e da afirmação da identidade nacional deve ser articulado de forma a criar circuitos e atividades que explorem a riqueza cultural do Município de Penela. O núcleo histórico da vila de Penela e do Espinhal, bem como as aldeias de xisto e calcário apresentam um considerável número de imóveis passíveis de classificação, em quantidade e sobretudo em qualidade, propícios à elaboração de um roteiro turístico credível, voltado para os valores patrimoniais. O património edificado é marcado por estilos e arquitetura diversas, expressivos da influência das respetivas épocas de construção, que pode, nalguns casos, ser reabilitado em equipamentos culturais diversos, tais como museus ou centros de arte e exposição, permitindo uma animação cultural mais abrangente e contínua, valorizando-se, simultaneamente, o edifício e o espaço público envolvente.

De igual modo, o **Património Paisagístico** representa no Município um papel fundamental no que diz respeito aos recursos naturais de elevado valor turístico. Destacam-se no Concelho duas unidades paisagísticas principais, compreendidas pela **Serra do Espinhal e envolvente** e pelas **Serras Calcárias e a depressão do Rabaçal**. Para além destas unidades paisagísticas individualizadas, salienta-se um conjunto de elementos paisagísticos classificados/protegidos pela sua biodiversidade e estrutura biofísica que apresentam uma enorme riqueza no contexto dos recursos naturais do Concelho. Especial destaque para a criação do **Centro de Interpretação do Sistema Espeleológico do Dueça**, como equipamento de apoio às atividades espeleológicas que se realizam no Concelho.

Por sua vez, os **produtos endógenos** existentes são a melhor forma de criar fileiras de valor acrescentado. O Concelho de Penela dispõe atualmente de um leque de produtos importa afirmar no mercado regional e nacional:

- O mel com Denominação de Origem Protegida (DOP) “Serra da Lousã”;
- O queijo do Rabaçal com DOP;
- O vinho Terras de Sicó;
- A noz;
- O artesanato;
- A gastronomia.



A **divulgação** destes produtos é assumida como prioritária na estratégia delineada pela autarquia. A promoção de produtos endógenos é concretizada através da organização de eventos, de carácter municipal e intermunicipal, alguns deles objetivamente direcionados (feira da gastronomia e mostras de produtos endógenos), através da participação em eventos de âmbito regional, bem como da sua comercialização no posto de turismo.

A oferta de **alojamento** no concelho de Penela é escassa, o número de camas é limitado, evidenciando carências em termos de equipamentos hoteleiros, que condicionam o efetivo desenvolvimento da atividade turística no concelho.

No que se refere aos **equipamentos de restauração**, existe no concelho alguma diversidade, quer na quantidade e dimensão dos estabelecimentos, quer na qualidade do serviço que oferecem, promovendo-se nalguns casos a gastronomia característica do concelho e da região.

O Turismo constitui uma das principais apostas do Município, tirando partido das grandes potencialidades, quer naturais, quer construídas. Dispõe de potencial para se afirmar como destino turístico para estadias de curta duração (fins-de-semana, feriados ou férias de curta duração), vocacionado para desenvolver um conjunto de produtos turísticos sustentados na paisagem natural e construída, no património e na gastronomia. Alguns dos produtos turísticos que se apresentam com um maior potencial de desenvolvimento no Concelho são o Turismo Ativo/Desportivo, Turismo Cinegético, Escapadinhas de fim de semana, Circuitos Turísticos (associados a roteiros temáticos, como a “Rota da Romanização”, “Rede de Aldeias de Xisto” e “Rota dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego”), Turismo de 2ª Habitação, Turismo de Eventos, Visitas em Grupo/Excursionismo ou Pedestrianismo e atividades ao ar livre.

No entanto, para o desenvolvimento da atividade turística no Concelho é premente que se invista numa oferta qualificada no domínio do alojamento e dos equipamentos e serviços de apoio ao Sector. Num contexto de elevada competitividade deve-se procurar oferecer um produto de qualidade e diferente da oferta existente atualmente.

Neste sentido, encontram-se em desenvolvimento vários projetos que visam colmatar as deficiências identificadas, como sejam uma unidade hoteleira de 4 estrelas, com capacidade para 69 camas, denominada Hotel Dueça e Spa. Esta unidade hoteleira situa-se na Ponte do Espinhal, a cerca de 2km da Vila de Penela. Outro grande projeto turístico, totalmente investimento privado, refere-se à recuperação das aldeias de Pessegueiro e Esquio, situadas na Serra do Espinhal. A aldeia do Pessegueiro será



reconvertida em “aldeia desportiva”, apostando-se em trilhos pedestres e de bicicleta, enquanto a aldeia do Esquio irá albergar equipamentos turísticos.

A existência de um leque variado de recursos permite que o turismo seja encarado como um sector importante, impulsionador do desenvolvimento local, com potencial gerador de receita para o município, devendo adotar-se uma estratégia que valorize o território, tirando proveito dos seus fatores diferenciadores. Esta afirmação das potencialidades locais reveste-se de várias formas, mas é na **herança histórico-cultural**, na **beleza e singularidade paisagística**, nos **produtos naturais** e nos **eventos desportivos** que se deve apostar para assegurar os objetivos desejados.

4.6.2. ANÁLISE SWOT

TURISMO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">• Localização geográfica favorável;• Diversidade de locais com interesse turístico;• Imagem de tradição e história;• Riqueza cultural, arqueológica, espeleológica e paisagística;• Serra da Lousã;• Serras e vales calcários;• Aldeias da serra;• Investimento da Câmara Municipal na organização e divulgação de eventos com projeção regional e nacional – Penela Presépio, feira de São Miguel (feira das nozes), feira do mel, feira da gastronomia, mostra de produtos endógenos e artesanato;• Dinâmica pública e privada no âmbito da criação de novas ofertas turísticas, quer de alojamento, quer de equipamentos de apoio ao turismo.	<ul style="list-style-type: none">• Aproveitamento incipiente da Serra da Lousã face ao seu potencial;• Acessibilidades à serra da Lousã;• Aproveitamento dos recursos arqueológicos e espeleólogos face ao seu potencial;• Oferta de alojamento turístico insuficiente;• Qualificação dos recursos humanos;• Divulgação dos produtos endógenos, nos mercados extramunicipais e internacionais;
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Construção do IC3, que virá proporcionar uma ligação rodoviária rápida entre o município e Coimbra/ IP1/A1/;• Investimento nas restantes acessibilidades ao município – vias regionais;• Conjuntura turística internacional que aposte numa diversidade de produtos de destino;• Favorecimento de Políticas Nacionais e Comunitárias que promovam iniciativas de reforço da identidade dos sítios;• Financiamentos comunitários para o sector do turismo;• Plano Estratégico Nacional do Turismo.	<ul style="list-style-type: none">• Conjuntura económica desfavorável;• Conjuntura turística internacional que aposte num mercado muito restrito de destinos;• Degradação ambiental;• Especulação imobiliária;• Planos desfavoráveis à oferta turística do município.



4.7. CONFORMIDADE COM AREDE NATURA 2000

4.7.1. INTRODUÇÃO

Nos termos da legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-lei n.º 140/99 de 24 de Abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro, determina que os instrumentos de gestão territorial devem conter informação que explicita a sua conformidade com os objetivos da Rede Natura.

Deste modo, nos termos da Lei de Bases do Ordenamento do Território (Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto) e respetiva regulamentação (Decreto-Lei n.º 380/99 com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro) os Planos Sectoriais “*são instrumentos de programação ou de concretização das diversas políticas com incidência na organização do território*” estabelecendo entre outros aspetos “*a articulação da política sectorial com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis*”.

Assim, no sentido de dar correspondência ao referido anteriormente, este plano contém informação que visa explicitar a sua conformidade com os objetivos da Rede Natura, constituindo-se como um capítulo autónomo do Relatório 2 da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Penela.

Inserido na 2ª Fase da Rede Natura 2000, o **Sítio Sicó/Alvaiázere**, engloba uma parcela do território concelhio, nomeadamente as áreas calcárias da freguesia da Cumieira. Os objetivos desta regulamentação contribuem para assegurar a biodiversidade, através da conservação e do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens num estado de conservação favorável no território.

4.7.2. ELABORAÇÃO DO PLANO

Os objetivos da Rede Natura 2000 foram integrados nas diferentes fases de elaboração do Plano Diretor Municipal de Penela, designadamente na Caracterização, Diagnóstico e Proposta de plano.

A **Rede natura 2000** é composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados *habitats* e espécies, nas quais as atividades humanas deverão ser compatíveis com a



preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

A garantia de uma boa prossecução destes objetivos passa necessariamente por uma maior e melhor articulação das políticas sectoriais, nomeadamente de conservação da natureza, agrícola, silvo-pastoril, florestal, turística, ou de obras públicas, de forma a encontrar os mecanismos para que os espaços incluídos em Rede Natura 2000 sejam espaços vividos e produtivos de uma forma sustentável.

Tendo em conta a elaboração do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e, mais concretamente, os seus objetivos, é intenção deste capítulo adequar políticas e estratégias do Plano Diretor Municipal de Penela com os objetivos sectoriais da Rede Natura. Por conseguinte, recordamos os seus objetivos:

- Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e sítios;
- Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrado no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;
- Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos Sítios e ZPE;
- Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação;
- Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;
- Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores;
- Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacto ambiental e na análise de incidências ambientais.

Os planos diretores municipais, que determinam a ocupação física do território, deverão concretizar e desenvolver as orientações de gestão expressas no PSRN2000, em função do respetivo âmbito e natureza, para todos os usos, atividades e ações por eles reguladas. Nestes termos, a adaptação destes instrumentos de planeamento territorial ao PSRN 2000, deve ter como enquadramento as fichas e as cartografias dos Sítios e ZPE, e reportar-se sempre que conveniente às fichas e às cartografias dos valores naturais, as quais se constituem como a fonte primária para a interpretação fidedigna indispensável à integração eficaz das disposições contidas no Plano Sectorial, em qualquer outro plano, projeto ou programa.



A cartografia disponível no PSRN2000 deve ser considerada como um instrumento de orientação e enquadramento indicativo, atendendo à escala de referência do Plano (1/100.000), à existência de lacunas de informação associadas em levantamentos cartográficos produzidos e ao dinamismo inerente aos sistemas naturais, com a consequente e contínua desatualização de informação de base. Tal significa que a metodologia geral de integração do disposto no PSRN2000 em qualquer outro plano, projeto ou programa deverá seguir os seguintes trâmites:

1. Transposição e aferição dos limites dos Sítios e/ou ZPE para a respetiva escala, devendo esse polígono ser vertido para a planta de condicionantes, com a identificação dos Sítios e/ou ZPE em causa.
2. Aferição e validação da informação relativa aos valores naturais constantes dos documentos de base do PSRN2000, para a respetiva escala. Se verificada qualquer discrepância entre a informação sobre os valores naturais recolhida à escala do plano, projeto ou programa, e a informação de base que suporta os elementos, sobretudo os cartográficos, do PSRN2000, deve essa discrepância ser claramente identificada e comunicada ao ICNB, que avaliará a nova informação disponível, no respetivo quadro do acompanhamento. Fixada e validada a informação sobre os valores naturais, são aplicáveis a esses novos elementos as orientações de gestão para os respetivos valores, que constam do PSRN2000, ou outras, que venham a ser identificadas e acordadas, de modo a garantir o estrito cumprimento das disposições contidas no Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/05 de 24 de Fevereiro. A tradução no território das orientações de gestão do PSRN2000 deverá assim decorrer diretamente do conteúdo biológico real de cada território à escala da elaboração dos respetivos planos, projetos ou programas, adaptando-se às suas especificidades e à respetiva escala de elaboração, e tendo como suporte a informação contida nas fichas dos valores naturais.
3. Dentro dos limites dos territórios classificados no âmbito da Rede Natura 2000 encontram-se áreas incluídas quer em solo rural, quer em solo urbano. Na planta de ordenamento, dos instrumentos de planeamento territorial e de natureza especial, as áreas de ocorrência dos valores naturais ou necessárias para a sua conservação e restabelecimento, serão integradas em solo rural, com diferente qualificação do solo de acordo com as exigências ecológicas, necessidades de gestão e o grau de proteção necessário aos valores em presença. Este grau de proteção deverá ser estabelecido em função da importância do território para a manutenção (ou para a sua recuperação) do valor natural num estado favorável de conservação e de acordo com as respetivas fichas de caracterização. Sem prejuízo das especificações de cada caso, deverá ser ponderada a incorporação do todo ou de parte destas áreas na estrutura ecológica municipal.
4. Quaisquer propostas de reclassificação do solo rural como solo urbano, a qual se reveste de carácter excecional, e se encontra limitada aos casos que se revelem comprovadamente necessários face à



dinâmica demográfica, ao desenvolvimento económico e social e à indispensabilidade de qualificação urbanística, terão que ser ponderadas e analisadas, tendo em vista a manutenção num estado de conservação favorável dos valores naturais que ocorram no território em causa.

5. Os regulamentos dos Planos Municipais de Ordenamento do Território e os Planos Especiais de Ordenamento do Território estabelecerão os parâmetros de ocupação e de utilização do solo, de modo a assegurar a compatibilização das funções de conservação, regulação com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações.
6. Sempre que para a proteção dos valores em presença, se revelem insuficientes as disposições transpostas para os PMOT e PEOT, deverá ser equacionada a adoção de medidas complementares de conservação, através da elaboração de Planos de Gestão (artigo 7º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro).
7. A adoção desta metodologia pressupõe que em territórios concelhios abrangidos por áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000, o ICNB esteja representado nas respetivas Comissões Mistas de Coordenação.

No município de Penela, a Rede Natura 2000 corresponde ao **Sítio Sicó/Alvaiázere, PTCON0045** (Resolução de Conselho de Ministros nº76/2000 de 5 de Julho) – da Lista Nacional – e compreende áreas classificadas como Zonas Especiais de Conservação (ZEC) – criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com objetivo expresso de contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos *habitats* naturais e seminaturais (anexo I da Diretiva) e dos *habitats* de espécie da flora e da fauna selvagens (anexo II da Diretiva) considerados ameaçados no espaço da União Europeia.

A classificação deste sítio procura proteger a diversidade de *habitats* com substrato calcário e as diversas espécies de flora e fauna, dos quais se destacam:

- Rochas calcárias nuas;
- Formações herbáceas secas seminaturais e fáceis arbustivas em calcário;
- Prados calcários cársicos;
- Manchas de carvalhais de *Quercus faginea*;
- Lampreia-pequena (espécie classificada como ameaçada);
- Morcego-de-peluche (espécie classificada como “vulnerável”).

Dado que a informação do Plano Sectorial resultou de informação de base cartográfica de diversos formatos, bem como implicou simplificações e generalizações resultantes da escala de apresentação (1/100 000) a sua utilização direta é inviável fora do contexto do plano, sem a respetiva validação. Posto



isto, houve necessidade de proceder a uma adequação à escala da cartografia que serviu de base aos trabalhos de revisão do PDM.

Tendo em consideração algumas diferenças cartográficas no que respeita à localização destes *habitats*, procedeu-se à correta delimitação dos mesmos, que depois de devidamente validada pelo ICN, foi traduzida para Carta de Valores Naturais.

4.7.3. REGULAMENTO

O regulamento é o documento que materializa as diretrizes do Plano Diretor Municipal, representando os objetivos gerais e específicos do ordenamento do PDM e definindo as normas regulamentares que permitem a prossecução desses objetivos. Neste documento, são devidamente enquadrados os usos e atividades que se desenvolvem no Sítio Sicó/Alvaiázere, definindo as respetivas restrições e condicionantes. O regulamento define também as áreas de intervenção específica, apresentando as linhas de orientação que devem ser seguidas em cada caso. Os objetivos expressos no regulamento do Plano Diretor de Penela incorporam claramente a conservação das espécies e habitats de importância comunitária, aumentando o grau de restrição e condicionamento em função das áreas que apresentam maior representação e sensibilidade das espécies e habitats de importância comunitária.

Deste modo, as servidões que integram a componente de conservação da natureza são os solos que integram a rede Natura 2000, sendo a sua representação gráfica feita a partir da Planta de Condicionantes, identificando a Rede Natura 2000 correspondente ao Sítio de Sicó/Alvaiázere – PTCON0045.

De modo a manter e/ou promover o estado de conservação favorável dos valores naturais de interesse comunitário, nas áreas integradas na Rede Natura 2000, são aplicadas as seguintes orientações de gestão, preconizadas pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para cada habitat identificado no município de Penela.



HABITAT	ORIENTAÇÕES DE GESTÃO
6110*	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionar a exploração de pedreiras na área de ocupação do habitat; • Condicionar obras que impliquem a destruição direta do habitat; • Condicionar a pastorícia com bovinos na área de ocupação do habitat;
6210	<ul style="list-style-type: none"> • Travar a sucessão ecológica; • Utilização de fogo controlado com periodicidade de 15 anos em até 50% da área de distribuição atual; • Manutenção do pastoreio extensivo por gado ovino; • Condicionar o pastoreio por bovinos e a localização dos currais.
6220*	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão ativa para a manutenção do habitat: <ul style="list-style-type: none"> - do uso do fogo controlado; - manutenção da pastorícia extensiva de percurso. • Definição de áreas de exclusão à implementação de infraestruturas; • Condicionamento à mobilização dos solos, eventualmente através da contratualização com os proprietários; • Promoção da atividade pastoril, e.g.: <ul style="list-style-type: none"> - limpeza de caminhos tradicionais; - valorização dos produtos animais associados à pastorícia; - políticas de apoio direto ao pastoreio, etc. • Controlo de invasoras e gestão de matos através de métodos que não perturbem o solo (destroçamento mecânico);
8210	<ul style="list-style-type: none"> • Interdição da destruição direta do habitat, nomeadamente por extração de inertes e edificação e instalação de infraestruturas;
8240*	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento do pastoreio, orientado para a manutenção do pastoreio extensivo; • Interdição à exploração de pedreiras na área de ocupação do habitat;
8310	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento da extração de inertes, nomeadamente exploração de pedreiras; • Condicionamento e controlo da visitação e do uso das grutas e algares, incluindo a sua exploração com fins turísticos; • Reforço do controlo sobre o despejo de efluentes não tratados; • Incrementar a qualidade e extensão do tratamento de efluentes agrícolas, urbanos e industriais; • Controlo efetivo da deposição de resíduos e inertes em grutas e algares; • Reforço da fiscalização sobre a pilhagem de formações geológicas no interior das grutas e algares;
9240	<ul style="list-style-type: none"> • Interditar alterações ao uso do solo na área de ocupação do habitat; • Promover a inclusão deste habitat em redes de micro reservas integrais a criar; • Reforçar a fiscalização sobre a deposição de resíduos na área de ocupação do habitat; • Condicionar o trânsito de pessoas, veículos e animais domésticos na área de ocupação do habitat;
9340	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a reconversão de áreas de montado marginais e densas, através de plantação, proteção da regeneração e eliminação absoluta do uso agro-pastoril, em azinhal. • Interditar alterações ao uso do solo na área de ocupação do habitat, e.g. expansão do uso agrícola, florestação com espécies de crescimento rápido e expansão urbana; • Executar medidas orientadas para a prevenção e a redução de risco de incêndio; • Promover a inclusão de áreas bem conservadas em redes de micro reservas a criar, com forte condicionamento à ação humana; • Reforçar a fiscalização sobre a deposição de resíduos na área de ocupação do habitat; • Condicionar o trânsito de pessoas, veículos e animais domésticos na área de ocupação do habitat;

* Habitat prioritário



ESPÉCIE FAUNA	ORIENTAÇÕES DE GESTÃO
Chondrostoma polylepis	<ul style="list-style-type: none">• Condicionar a captação de água;• Condicionar a extração de inertes;• Restringir o uso de agroquímicos, adotando técnicas alternativas;• Condicionar operações de transvase;
Rutilus alburnoides	<ul style="list-style-type: none">• Restringir o uso de agroquímicos, adotando técnicas alternativas;• Reforçar a fiscalização sobre a emissão de efluentes;• Condicionar a captação de água;• Condicionar operações de transvase;• Condicionar a extração de inertes;
Rutilus macrolepidotus	<ul style="list-style-type: none">• Interditar a extração de inertes;• Condicionar a construção de novas barragens e açudes;• Condicionar a captação de água;• Condicionar operações de transvase;
Chioglossa lusitanica	<ul style="list-style-type: none">• Restringir o uso de agroquímicos, adotando técnicas alternativas;• Reforçar a fiscalização sobre a emissão de efluentes;• Condicionar a expansão urbano-turística;• Condicionar a intensificação agrícola;
Mauremys leprosa	<ul style="list-style-type: none">• Condicionar as ações de drenagem, de forma a conservar as zonas húmidas;• Condicionar a extração de inertes;• Condicionar a captação de água;• Condicionar a expansão urbano-turística;• Salvar de pastoreio as áreas mais sensíveis;
Lacerta schreiberi	<ul style="list-style-type: none">• Conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone;• Condicionar a regularização dos sistemas hídricos em áreas de ocorrência da espécie;• Restringir o uso de agroquímicos, adotando técnicas alternativas;• Reforçar a fiscalização sobre a emissão de efluentes;• Condicionar a construção de infraestruturas;

4.7.4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, pode concluir-se que o Plano Diretor Municipal de Penela contém as medidas necessárias à salvaguarda das espécies e habitats de importância comunitária aí existentes, na medida em que estas possam depender das disposições de um plano que tem uma natureza sobretudo regulamentar.

Refira-se ainda que o confronto entre as disposições do plano e as orientações de gestão preconizadas pela proposta de Plano Sectorial da Rede Natura constantes da ficha do sítio PTCON0045, Sicó/Alvaiázere, demonstram que todas as questões fundamentais aí previstas e que podem ter tradução num regulamento administrativo, estão perfeitamente contempladas no plano com clara coincidência de conteúdos.



5. PROPOSTA DE ORDENAMENTO E COMPOSIÇÃO DO PLANO



5.1. ELEMENTOS

O Decreto-Lei nº380/99, de 22 de Setembro, na atual redação dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro – regime jurídico dos instrumentos de gestão do território – e a Portaria nº138/2005, de 2 de Fevereiro, estabelecem, respetivamente, o conteúdo documental e os elementos que acompanham o PDM.

De acordo com o disposto na legislação e considerando também as características específicas do município de Penela, os elementos que constituem o PDM são:

- Regulamento
- Planta de Ordenamento
- Planta de Condicionantes

O PDM é acompanhado pelos seguintes elementos:

- Relatório 1 – Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Território Municipal;
- Relatório 2 – Objetivos e Estratégias de Desenvolvimento – Fundamentação e Programa de Execução;
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;
- Planta de Enquadramento Regional;
- Planta da Situação Existente;
- Carta de Valores Naturais da Rede Natura 2000;
- Mapa de Ruído:
 - Período Diurno, Entardecer e Noturno;
 - Período Noturno;
- Planta de Compromissos Urbanísticos;
- Planta de Infraestruturas Básicas;
- Relatório de Avaliação Ambiental;
- Mapa de Ruído (Relatório Final, Resumo Não Técnico, Cenário Futuro);
- Processo de Reclassificação de solos: Identificação e Justificação de Áreas a desafetar de RAN e de áreas a excluir de REN; Proposta de reclassificação de solos; Perímetros urbanos propostos e em vigor;
- Desafetação de áreas de RAN e Carta da RAN;
- Proposta de exclusão de áreas de REN e carta da REN;



- Carta Educativa do concelho de Penela;
- Ficha de dados Estatísticos;

A Reserva Ecológica Nacional do município de Penela não se encontra aprovada. Na sequência do parecer emitido na reunião extraordinária da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional de 31 de Julho de 2012, foi elaborada e enviada à CCDRC a proposta de delimitação da REN de Penela, para instrução do processo para aprovação da REN de Penela pelo governo.

A proposta de revisão do PDM de Penela só poderá ser objeto de publicação após a aprovação e publicação da carta de REN para o município de Penela.

REGULAMENTO

Regulamenta a estrutura espacial do território municipal apresentada na planta de ordenamento e as servidões e restrições de utilidade pública apresentada na planta de condicionantes.

PLANTA DE ORDENAMENTO

Representa o modelo de estrutura espacial do território municipal de acordo com a classificação e a qualificação dos solos, bem como as unidades operativas de planeamento e gestão definidas – escala 1:25.000.

A Planta de Ordenamento subdivide-se em cinco plantas complementares, dada a complexidade da informação a integrar:

- Planta de Ordenamento 1.0 – Qualificação do solo
- Planta de Ordenamento 1.1 – Zonamento Acústico e Zonas de Conflito
- Planta de Ordenamento 1.2 – Estrutura Ecológica Municipal
- Planta de Ordenamento 1.3 – Carta de Património Arquitetónico e Arqueológico
- Planta de Ordenamento 1.4 – Planta de Ordenamento Florestal

PLANTA DE CONDICIONANTES

Identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor – escala 1:25.000.

A Planta de Condicionantes subdivide-se em cinco plantas complementares, que visam retratar as servidões e restrições de utilidade pública presentes no território municipal. Dado o complexo número de elementos, a solução passa pela subdivisão das cartas e pelo agrupamento dos temas em função do seu domínio:



- Planta de Condicionantes 2.0 – Recursos Ecológicos, Hídricos e Geológicos
- Planta de Condicionantes 2.1 – Recursos Agrícolas e Florestais
- Planta de Condicionantes 2.2 – Património e Infraestruturas
- Planta de Condicionantes 2.3 – Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios;
- Planta de Condicionantes 2.4 – Mapa de Perigosidade de Incêndio

RELATÓRIO 1 - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

Traduz os Estudos de Caracterização do Território Municipal, integrando o Enquadramento Municipal e os Estudos de Caracterização. Estes últimos, sintetizam a situação do município em termos de caracterização física, demográfica, económica, urbanística, atividades e equipamentos coletivos, património, turismo e infraestruturas. Esta síntese deriva de estudos sectoriais desenvolvidos mais detalhadamente sobre temas específicos, ao longo do processo de revisão do PDM e que podem complementar a informação deste relatório, nomeadamente em fichas identificativas/descritivas dos edifícios e em cartas em formato digital.

RELATÓRIO 2 - OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES

Traduz os Objetivos e Estratégias para o município, bem como o Programa de Execuções das propostas, integrando os Antecedentes à revisão do PDM, o Lançamento do Plano (da revisão), o Enquadramento Técnico e Metodológico do processo de revisão, a Avaliação do Território, a Composição do Plano, os Objetivos e Estratégias de Desenvolvimento e o Programa de Execuções e Meios de Financiamento.

PLANTA DE ENQUADRAMENTO REGIONAL

Elaborada a escala inferior à do Plano Diretor Municipal, com a indicação dos municípios limítrofes, centros urbanos mais importantes, principais vias de comunicação e outras infraestruturas relevantes e grandes equipamentos que sirvam o município, bem como a delimitação dos demais instrumentos de gestão territorial em vigor para a área do município.

PLANTA DA SITUAÇÃO EXISTENTE

Com a ocupação do solo, à data de elaboração do plano – escala 1:25.000.

CARTA DE VALORES NATURAIS DA REDE NATURA 2000

Cartografia das áreas de Valores Naturais (habitats, fauna, flora) constantes no Sítio da Rede Natura Sico-Alvaiázere.



CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

A Carta de Património arquitetónico e Arqueológico inclui a identificação do Património Arquitetónico e Arqueológico do concelho, classificado ou em vias de classificação, e respetivas zonas de proteção e/ou zonas especiais de proteção, bem como a identificação das áreas com potencial arqueológico existentes no município.

MAPA DE RUÍDO

Corresponde à Carta de Ruído do município, que expressa as áreas sujeitas à mesma classe de LAeq, ou seja, as áreas expostas ao mesmo nível de ruído, em função das fontes de ruído, nos períodos Diurno, Entardecer, Noturno (Lden) e no período Noturno (Ln).

PLANTA DE COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

A Planta de Compromissos urbanísticos contempla a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas pela Câmara Municipal, bem como das informações prévias favoráveis em vigor.

RELATÓRIO AMBIENTAL

Identificam-se, descrevem-se e avaliam-se os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.

5.2. PLANTA DE ORDENAMENTO

A **Planta de Ordenamento** representa o modelo de estrutura espacial do território municipal de acordo com a classificação e a qualificação dos solos, bem como as unidades operativas de planeamento e gestão definidas.

A Planta de Ordenamento, por uma questão de melhor leitura, foi desdobrada em 5 plantas a saber:

- PLANTA DE ORDENAMENTO 1.0 - QUALIFICAÇÃO DO SOLO
- PLANTA DE ORDENAMENTO 1.1 - ZONAMENTO ACÚSTICO
- PLANTA DE ORDENAMENTO 1.2 - ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL
- PLANTA DE ORDENAMENTO 1.3 - CARTA DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO
- PLANTA DE ORDENAMENTO 1.4 - PLANTA DE ORDENAMENTO FLORESTAL



O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, DL 46/2009, de 20 de Fevereiro estabelece “*A classificação do solo determina o destino básico dos solos, assentando-se na distinção fundamental entre solo rural e solo urbano*”

Solo rural – “*Aquele para o qual é reconhecida vocação para as atividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de proteção ou lazer, ou que seja ocupado por infraestruturas que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano*”

Solo urbano – “*Aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano*”

Por outro lado, os critérios de classificação e reclassificação do solo são estabelecidos pelo Decreto Regulamentar 11/2009, de 29 de Maio, que classifica como rural o solo “*que se destina ao aproveitamento agrícola, pecuário e florestal ou de recursos geológicos, a espaços naturais de proteção ou de lazer ou a outros tipos de ocupação humana que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano*” e como solo urbano o “*que se destina a urbanização e a edificação urbana*”.

A qualificação do solo rural processa-se através da integração nas seguintes categorias:

- Espaços agrícolas ou florestais de produção;
- Espaços agrícolas ou florestais de conservação;
- Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal;
- Espaços afetos à exploração de recursos geológicos;
- Espaços naturais;
- Espaços afetos a atividades industriais;
- Aglomerados rurais;
- Áreas de edificação dispersa;
- Espaços culturais;

A qualificação funcional do solo urbano realiza-se através da delimitação das seguintes categorias:

- Espaços Centrais;
- Espaços residenciais;
- Espaços urbanos de baixa densidade.
- Espaços de atividades económicas;
- Espaços de uso especial;
- Espaços verdes;



ZONAS INUNDÁVEIS

As zonas inundáveis correspondem às áreas urbanas atingidas por cheias, pelo menos desde o ano de 1967, e devem ser delimitadas pela maior cheia conhecida. A sua marcação na planta de ordenamento resulta das disposições constantes no D.L. 364/98 de 21 de Novembro, e visa a sua clara identificação e definição de regulamentação própria que estabeleça as restrições necessárias para fazer face ao risco de cheia. No entanto, no Concelho de Penela não se verifica a existência de Zonas Inundáveis no interior dos perímetros urbanos.

5.2.1. PROPOSTA DE ORDENAMENTO

PLANTA DE ORDENAMENTO 1.0 - QUALIFICAÇÃO DO SOLO

SOLO RURAL

Os espaços rurais são áreas para as quais é reconhecida a vocação para atividades agrícolas e florestais, incluindo ainda algumas estruturas construídas com carácter predominantemente de lazer e turístico. Para a sua qualificação é fundamental assegurar as suas funções ecológicas e de produção sustentada de bens e serviços, assegurando simultaneamente a compatibilidade com outros possíveis usos.

O **Solo Rural**, identificado na planta de ordenamento, integra os Espaços Agrícolas, Espaços Florestais, Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal, Espaços de Exploração de Recursos Geológicos, Aglomerados Rurais, Áreas de Edificação Dispersa, Espaço Natural, Espaço Cultural e Áreas de Proteção e Enquadramento ao Património Arqueológico.

Espaços Agrícolas

A atividade agrícola tem vindo a diminuir o seu peso no concelho de Penela, situação que não difere do comportamento a nível regional e a nível nacional. No entanto, considera-se fundamental a manutenção desta atividade numa ótica de manutenção dos usos rurais associada à valorização e diversificação do espaço rural. Estas razões justificam que entre aos objetivos do PDM constem: *“Preservar, valorizar e potenciar os territórios rurais, agrícolas e florestais como elementos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento sustentável, assumindo-os como elementos reveladores da própria identidade do Município.”*

Embora ocupando uma percentagem relativamente pequena do concelho preconiza-se a manutenção da atividade agrícola nas áreas definidas na planta de ordenamento. Espera-se a potenciação da atividade agrícola face à sua importância social e económica num cenário de valorização dos espaços rurais,



através do incentivo à produção de noz, o apoio à agropecuária e da dinamização de atividades inovadoras associadas aos produtos endógenos.

Na planta de Ordenamento o Espaço Agrícola é dividido em:

Áreas Agrícolas de Produção, constituídas por solos identificados como Reserva Agrícola Nacional que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas.

Áreas Agrícolas de Produção complementar, que integram os solos com potencialidade para a exploração e produção agrícola e pecuária, contribuindo também para a manutenção do equilíbrio ambiental do território.

Áreas Agrícolas de Conservação, constituídas pelos solos agrícolas integrados na Rede Natura 2000;

Espaços Florestais

Os espaços florestais são aqueles que predominam na área do município de Penela. Apesar do plano diretor municipal não ser um plano vocacionado para as questões florestais, é no entanto, um instrumento que deverá assumir algumas das orientações estratégicas definidas noutros instrumentos de gestão territorial e na legislação geral, na medida em que, ao definir o regime de uso e ocupação do solo, tem um papel fundamental no âmbito do ordenamento do espaço rural.

Por outro lado, as questões de ordenamento têm sido apontadas como um dos fatores potenciadores dos incêndios florestais. Neste sentido, plano de diretor municipal assume as orientações definidas nos documentos acima referidos, tais como:

- No que se refere às normas para a alteração dos povoamentos, define-se:
“As ações de arborização, rearborização e reconversão florestal e as intervenções nos espaços florestais obedecem ainda às disposições do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), e ao disposto na lei referente ao Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, promovendo:
 - a) A descontinuidade horizontal e vertical dos combustíveis florestais;*
 - b) A compartimentação dos povoamentos mono específicos em parcelas com o máximo de 50ha ou 20ha nas situações de maior risco de incêndio definidas no PMDFCI;**O estabelecimento da compartimentação deve ser assegurado:*



- a) Pela rede de Faixas de Gestão de Combustível, definidas no PMDFCI, ou por outros usos do solo com baixo risco de incêndio, nomeadamente agrícola;*
- b) Por linhas de água e respetivas faixas de proteção, convenientemente geridas;*
- c) Por faixa de arvoredos de baixa inflamabilidade e combustibilidade, com as especificações técnicas definidas nos instrumentos de gestão florestal.*

O desenvolvimento dos modelos de gestão, o arranjo estrutural e a composição específica dos espaços florestais adequados à concretização dos objetivos estratégicos e específicos regem-se pelo regulamentado no PROFPIN.”

- As orientações para uma estratégia global de proteção de edificações em caso de incêndio florestal:

“Todas as construções, infraestruturas, equipamentos e estruturas de apoio enquadráveis no regime de construção previsto para as categorias de espaços inseridas em solo rural, terão de cumprir as medidas de defesa contra incêndios florestais definidas no quadro legal em vigor e previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), bem como as definidas neste regulamento, designadamente:

- a) As novas edificações, seja qual for o seu uso, fora das áreas edificadas consolidadas são proibidas nos terrenos classificados no PMDFCI com perigosidade de incêndio das classes alta ou muito alta, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas redes regionais de defesa da floresta contra incêndios;*
- b) Nos casos em que sejam permitidas, as novas edificações no solo rural fora das áreas edificadas consolidadas têm que cumprir as seguintes regras:*
 - i) Nos espaços florestais e espaços de uso múltiplo agrícola e florestal deve ser garantida, relativamente à sua implantação no terreno, uma distância de 30 m à extrema da propriedade, e a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício, à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos;*
 - ii) Nos espaços agrícolas deve ser garantida, relativamente à sua implantação no terreno, uma distância de 15 m à extrema da propriedade;*
 - iii) Nos casos em que a parcela confine com a via pública, a distância até ao seu eixo deverá ser considerada de modo a garantir a faixa de proteção mínima estipulada na alínea anterior.*

Os espaços florestais subdividem-se em:

Áreas Florestais de Produção, que contribuem para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas, correspondendo a áreas de maior aptidão florestal, integradas predominantemente na



sub-região homogénea Floresta da Beira Serra, definida no PROFPIN, na qual prevalece a função de produção.

Áreas Florestais de Conservação, constituídas por áreas com usos ou vocação florestal sensíveis, por nelas ocorrerem fatores de risco de erosão ou de incêndio, ou por exercerem funções de proteção prioritária da rede hidrográfica, integrando ou não, áreas sujeitas ao regime florestal, ao regime da REN, englobando, ainda, incultos e pequenas áreas de uso agrícola.

Áreas Florestais de Conservação Complementares, que integram as áreas ocupadas por espécies florestais de elevado valor ambiental e mais adaptadas às condições edafo-climáticas do território, classificadas como habitats naturais no Sítio Sicó/Alvaiázere – PTCON0045.

Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal

Os Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal compreendem terrenos ocupados, quer por sistemas agro-silvo-pastoris, quer por usos agrícolas e silvícolas alternados e funcionalmente complementares.

Espaços Naturais

Os espaços naturais, identificados na Planta de Ordenamento, integra áreas de elevado valor paisagístico e ambiental, nas quais se privilegia a salvaguarda das suas características essenciais e são fundamentais para a conservação da natureza e diversidade biológica e paisagística.

Correspondem a duas situações distintas: à área abrangida pela paisagem natural envolvente à Pedra da Ferida, e à área abrangida pelos valores naturais do Sítio PTCON0045 Sicó-Alvaiázere. Define-se o seguinte:

“Nos espaços naturais apenas se permitem atividades socioculturais, de recreio, de desporto e lazer, compatíveis com a natureza e condicionantes legais aplicáveis.

Nos espaços naturais são interditos os seguintes atos:

- a) Destruição e obstrução das linhas de drenagem natural;*
- b) Instalação de povoamentos florestais de folhosas de crescimento rápido e introdução de espécies faunísticas ou florísticas exóticas;*
- c) Alteração da morfologia das margens ao longo dos cursos de água e destruição parcial ou total da vegetação ribeirinha;*
- d) Qualquer atividade que comprometa a qualidade do ar, da água ou do solo, nomeadamente depósitos de resíduos sólidos, sucatas, de inertes e de materiais de qualquer natureza ou o lançamento de efluentes sem tratamento prévio adequado, de acordo com as normas em vigor;”*



Há ainda a considerar o cumprimento do disposto na Lei: Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, alterado pelo Decreto-lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, designadamente a necessidade de parecer do Instituto da Conservação da Natureza em determinadas situações.

Espaços de Exploração de Recursos Geológicos

Os Espaços de Exploração de Recursos Geológicos integram os espaços destinados ou reservados à exploração de recursos geológicos em conformidade com contratos de concessão ou licenças de exploração que possuam validade jurídica nos termos da legislação aplicável.

Na planta de Ordenamento definem-se:

Áreas de Exploração Consolidada, que integram áreas, cuja localização consta da planta de ordenamento, especificamente destinados ou reservados à exploração de recursos geológicos em conformidade com contratos de concessão ou licenças de exploração que possuam validade jurídica nos termos da legislação aplicável.

Áreas de Exploração Complementares, que integram áreas com recursos geológicos prioritários para progressão das áreas de exploração consolidada, adjacentes ou não.

Áreas de Exploração Potenciais, onde se verifica a existência de recursos geológicos cuja exploração é viável sempre que permitida na categoria de espaço abrangida.

Aglomerados Rurais

Na Planta de Ordenamento estão assinalados os aglomerados rurais para os quais não se justifica a delimitação de perímetro urbano. Correspondem a espaços edificados com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rural, cuja génese se encontra ligada à atividade agrícola e que ainda conservam a estrutura e os elementos morfológicos iniciais, e que pela sua dimensão, características e nível de infraestruturação não reúnem condições para serem integrados em solo urbano.

Áreas de Edificação Dispersa

As Áreas de Edificação Dispersa correspondem a espaços existentes de usos mistos, devendo ser objeto de um regime de uso do solo que garanta a sua contenção e o seu ordenamento numa ótica de sustentabilidade e serem infraestruturados com recurso a soluções apropriadas às suas características.



Espaços culturais

Os espaços culturais correspondem a áreas de património histórico, arquitetónico, arqueológico e paisagístico, sendo o regime de uso do solo determinado pelos valores a proteger, conservar e valorizar. Encontram-se classificados como espaço cultural, na Planta de Ordenamento as áreas correspondentes Património Arqueológico em vias de classificação, em Solo Rural. No Solo Urbano, esta proteção é enquadrada através das Zonas Especiais Proteção dos imóveis classificados ou em vias de classificação.

LEGENDA DA PLANTA DE ORDENAMENTO 1.0 – QUALIFICAÇÃO DO SOLO RURAL

SOLO RURAL

ESPAÇO AGRÍCOLA



Área Agrícola de Produção



Área Agrícola de Produção Complementar



Área Agrícola de Conservação

ESPAÇO FLORESTAL



Área Florestal Produção



Área Florestal Conservação



Área Florestal Conservação Complementar

ESPAÇO DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL



ESPAÇO NATURAL



ESPAÇOS AFECTOS À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS



Área de Exploração Consolidada



Área de Exploração Complementar



Área de Exploração Potencial

ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA



AGLOMERADOS RURAIS



ESPAÇO CULTURAL



SOLO URBANO

A qualificação do solo urbano processa-se através da sua integração em categorias funcionais e operativas. As **categorias operativas** de solo urbano são:

- Solo Urbanizado – aquele que se encontra dotado de infraestruturas urbanas e é servido por equipamentos de utilização coletiva;
- Solo Urbanizável – aquele que se destina à expansão urbana e no qual a urbanização é sempre precedida de programação.

As **categorias funcionais** de solo urbano são as seguintes:

Solo Urbanizado

Espaços Centrais, corresponde ao Centro Histórico da Vila de Penela e aos núcleos antigos da Vila do Espinhal, Podentes e Rabaçal, e Cumieira, delimitados na Planta de Ordenamento, que importa preservar



e requalificar, e identificam os tecidos consolidados mais antigos do concelho que ainda conservam a estrutura e os elementos morfológicos iniciais com significativa representatividade urbanística, arquitetónica e patrimonial;

Espaços Urbanos de Baixa Densidade: correspondem a áreas destinadas a edificação com usos mistos, caracterizadas por construção de baixa densidade, nomeadamente moradias uni ou bi-familiares.

Áreas Residenciais de tipo I, correspondem a áreas que se destinam preferencialmente a funções residenciais, podendo acolher outros usos desde que compatíveis com a utilização dominante, caracterizando-se por apresentarem média densidade e carácter urbano forte, integrando as restantes áreas urbanas da Vila de Penela e da Vila do Espinhal.

Áreas Residenciais de tipo II, correspondem a áreas que se destinam preferencialmente a funções residenciais, podendo acolher outros usos desde que compatíveis com a utilização dominante, caracterizando-se por apresentarem densidade e carácter urbano moderados, integrando as restantes áreas urbanas das sedes de freguesia de Podentes, Cumieira e Rabaçal.

Áreas Residenciais de tipo III, correspondem a áreas que se destinam preferencialmente a funções residenciais, podendo acolher outros usos desde que compatíveis com a utilização dominante, caracterizando-se por tipologias predominantemente de moradia unifamiliar isolada, integrando:

- Casal da Azenha, Alfafar, Lagoa de Podentes, Casinha/Badanais, Vendas de Podentes, Chainça, Camarinha, Chanca, Covão, Carvalhal de Sto Amaro, Espinheiro, Infesto, Nogueira das Cerejeiras, Cerejeiras, Cerrada das Cerejeiras, Casal Pinto, Carvalinhos, Relvas, Bajancas Cimeiras, Cancelas, Louçaínha, Fetais Fundeiros, Tola, Vieiros, Fojo, Fetais Cimeiros, Besteiro, São Sebastião, Vale do Espinhal, Ponte do Espinhal/Senhora da Glória, Cova da Lapa, Trilho, Sto António, Pastor, Casais do Cabra, São Simão, Ferrarias, Serradas da Freixiosa, Torre Chão do Pereiro, Carvalhais, Chão de Ourique, Galega, Póvoa, Estrada de Viavai, Viavai, Bouçã, Favacal, Câneve, Venda dos Moinhos, Grocinas, Louriceira, Carregã, Dueça, Taliscas, Gagos, Esquio, Pessegueiro, Silveirinha, Venda das Figueiras e Cabeça Redonda.

Espaços de uso especial, que correspondem a áreas ocupadas com equipamentos e áreas com fins turísticos, sendo estas últimas classificadas como Núcleos Urbanos de Turismo e Lazer.



Espaços de atividades económicas, que correspondem a áreas destinadas preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano.

No concelho de Penela foram identificadas as seguintes zonas de atividades industriais existentes: Zona Industrial de Penela e Zona industrial da Louriceira, ambas classificadas como zonas industriais e identificadas no Plano Diretor Municipal de Penela em vigor. A outra área industrial encontra-se definida dentro do perímetro urbano do Rabaçal e destina-se à localização de indústria ligada ao sector agroalimentar.

Solo Urbanizável

Espaços Residenciais: correspondem a áreas que se destinam preferencialmente a funções residenciais, comerciais, serviços e equipamentos, incluindo espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias, admitindo-se ainda os usos industriais e de armazenagem, desde que compatíveis com o uso residencial.

Espaços Urbanos de Baixa Densidade: correspondem a áreas destinadas a edificação com usos mistos, caracterizadas por construção de baixa densidade, nomeadamente moradias uni ou bi-familiares.














Espaços de Uso Especial: correspondem a áreas destinadas a equipamentos propostos.

Espaços de Atividades Económicas: correspondem a áreas que se destinam preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano.

Espaços Verdes são áreas com funções de equilíbrio e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto, cultura, coincidindo com a estrutura ecológica urbana.



LEGENDA DA PLANTA DE ORDENAMENTO 1.0 – QUALIFICAÇÃO DO SOLO URBANO

SOLO URBANO		Perímetro Urbano
SOLO URBANIZADO		SOLO URBANIZÁVEL
ESPAÇOS CENTRAIS		ESPAÇO RESIDENCIAL
		
ESPAÇOS RESIDENCIAIS		ESPAÇOS URBANOS DE BAIXA DENSIDADE
	Áreas Residenciais de tipo I	
	Áreas Residenciais de tipo II	ESPAÇO DE USO ESPECIAL - EQUIPAMENTOS
	Áreas Residenciais de tipo III	
ESPAÇOS URBANOS DE BAIXA DENSIDADE		ESPAÇOS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS
		
ESPAÇOS DE USO ESPECIAL		ESPAÇOS VERDES
	Áreas de Uso Especial - Equipamentos	
	Áreas de Uso Especial - Turismo	
ESPAÇO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS		
		

Unidades operativas de planeamento e gestão

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) correspondem a áreas correspondentes a um subsistema de ordenamento urbanístico, tendo por objetivo a organização espacial do território ou a conceção da forma de ocupação do espaço urbano e a definição das regras para a urbanização e a edificação.

As UOPG sobre as quais devem incidir Planos de Urbanização, Planos de Pormenor ou unidades de execução são:

UOPG1: Área de Expansão Urbana da Vila de Penela - Poente;

UOPG2: Plano de Pormenor da Área de Expansão Urbana da Vila de Penela – Rio Dueça;

UOPG3: Plano de Pormenor do Parque Empresarial para Novas Estratégias de Localização de investimento (PENELI);

UOPG4: Área de Expansão de Podentes;



UOPG5: Área de Expansão do Rabaçal;

UOPG6: Área de Expansão da Cumieira.

ESPAÇOS COMUNS AO SOLO RURAL E URBANO

Espaços Canais, correspondem às áreas de solo afetas às infraestruturas territoriais ou urbanas de desenvolvimento linear, incluindo as áreas técnicas complementares que lhes são adjacentes, podendo ser qualificados como categoria de solo rural ou de solo urbano, compreendendo duas situações: a Rede Rodoviária e as Infraestruturas básicas e de transportes.

Infraestruturas, que correspondem a áreas de solo afetas à subestação elétrica de Penela e aos parques eólicos existentes no território municipal.

Zonas de Proteção e Zonas Especiais de Proteção, correspondentes às áreas envolventes ao património cultural classificado e em vias de classificação.

LEGENDA DA PLANTA DE ORDENAMENTO 1.0 – QUALIFICAÇÃO DO SOLO (Espaços Comuns)

ESPAÇOS COMUNS

ESPAÇOS CANAIS

Rede Rodoviária Nacional e Regional

Existente / Proposta



Itinerário Complementar (IC)



Estrada Nacional (EN)



Estrada Regional (ER)

Rede Rodoviária Municipal



Estrada Municipal Colectora (MC)



Estrada Municipal Distribuidora (MD)

INFRAESTRUTURAS



Subestação de Penela da Rede Nacional de Transporte



Parque Eólico



Zonas de Protecção e
Zonas Especiais de Protecção



ÁREAS DA ESTRUTURA ESPACIAL DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

Nos dois quadros seguintes são apresentados as áreas correspondentes à estrutura espacial do território na componente de solo rural e solo urbano, quantificando as áreas afetas a cada um dos espaços.

QUADRO – ÁREAS DA ESTRUTURA ESPACIAL DO TERRITÓRIO – SOLO RURAL

SOLO RURAL		ÁREAS (ha)	TOTAL (ha)
Espaço Agrícola	Espaço Agrícola de Produção	1.809,45	12.381,91
	Espaço Agrícola de Produção Complementar	829,67	
	Espaço Agrícola de Conservação	157,37	
Espaços Florestais	Espaços Florestais de Produção	4.651,19	
	Espaços Florestais de Conservação	3.267,47	
	Espaços Florestais de Conservação Complementar	82,84	
Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal		1.048,95	
Espaços de Exploração de Recursos Geológicos	Áreas de Exploração Consolidada	37,01	
	Áreas de Exploração Complementares (* não constitui categoria autónoma)	38,52	
	Áreas de Exploração Potenciais (* não constitui categoria autónoma)	192,18	
Espaços Naturais		292,19	
Aglomerados Rurais		95,99	
Áreas de Edificação Dispersa		31,30	
Espaços Culturais		78,48	

QUADRO – ÁREAS DA ESTRUTURA ESPACIAL DO TERRITÓRIO – SOLO URBANO

SOLO URBANO		ÁREAS (ha)	TOTAL (ha)
SOLO URBANIZADO			
Espaços Centrais		33,34	906,59
Espaços Residenciais	Espaços Residenciais de tipo I	92,90	
	Espaços Residenciais de tipo II	74,94	
	Espaços Residenciais de tipo III	607,42	
Espaços Urbanos de Baixa Densidade		13,29	191,76
Espaços de Uso Especial		32,15	
Espaços de atividades económicas		52,55	
SOLO URBANIZÁVEL			
Espaços Residenciais I		11,85	191,76
Espaços Urbanos de Baixa Densidade		32,28	
Espaços de Uso Especial		2,13	
Espaços de atividades económicas		85,61	
Espaços Verdes (Estrutura Ecológica Urbana)		59,89	

A proposta de ordenamento para o Concelho de Penela, traduzida na classificação dos solos, consubstancia uma área de 8,15% em solo urbano, e 91,85% em solo rural.



PLANTA DE ORDENAMENTO 1.1 – ZONAMENTO ACÚSTICO E ZONAS DE CONFLITO

Na sequência da adaptação do Mapa de Ruído do Concelho de Penela ao novo Regulamento Geral do Ruído, foram delimitadas as Zonas Sensíveis e as Zonas Mistas de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, alterado pelo D.L. n.º 278/2007, de 1 de Agosto.

As **Zonas Sensíveis** são áreas definidas em plano municipal de ordenamento do território como vocacionadas para usos habitacionais, escolas, hospitais ou similares, espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período noturno.

As **Zonas Mistas** são áreas definidas em plano municipal de ordenamento do território, cuja ocupação seja afeta a outros usos, para além dos referidos na definição de zonas sensíveis.

Em função da classificação de uma zona como mista ou sensível, devem ser respeitados os seguintes valores limite de exposição:

- As zonas sensíveis não podem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 55 dB(A) expresso pelo indicador Lden, e superior a 45 dB(A) expresso pelo indicador Ln.
- As zonas mistas não podem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A) expresso pelo indicador Lden, e superior a 55 dB(A) expresso pelo indicador Ln.

De acordo com as respetivas definições, e as subcategorias de espaço definidas na Revisão do PDM, classificaram-se como Zonas Mistas os Espaços Urbanizados e Espaços Urbanizáveis que apresentam usos diversos e não exclusivamente habitacionais, e classificaram-se como Zonas Sensíveis, os Espaços de Equipamentos destinados às escolas e centro de saúde.

Identificação das Zonas de Conflito

As **Zonas de Conflito** correspondem aquelas onde o nível sonoro contínuo equivalente (Laeq), do ruído exterior, ultrapassa os valores admitidos, quer para as zonas sensíveis, quer para as zonas mistas. Considerando estes valores, foram sobrepostas as respetivas isócronas para ambos os indicadores, e identificaram-se as zonas onde se verificou que os níveis sonoros admitidos eram ultrapassados.



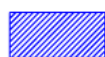
Foram identificadas como principais fontes de ruído do concelho os eixos constituídos pelas vias de atravessamento, nomeadamente as de carácter nacional e regional. Uma vez que o Concelho de Penela apresenta um tipo de povoamento disperso, desenvolvido ao longo da rede viária, seria de esperar que os principais conflitos se localizassem na envolvente do IC3 e da ER - 17 – 1.

Depois de identificados os conflitos com as propostas de Espaços Urbanos tentou reformular-se a proposta de ordenamento no sentido de minimizar esses conflitos através da alteração da classificação do solo para Estrutura Ecológica Urbana. Subsistem algumas situações de conflito, onde se devem localizar usos compatíveis com os níveis de ruído verificados ou apresentar planos de redução do ruído. A Câmara Municipal deverá elaborar planos de redução de ruído, prevendo técnicas de controlo do ruído.

Nas zonas de conflito, na ausência de Planos de Redução de Ruído, é interdita a construção de edifícios de habitação e equipamentos escolares, de saúde, religiosos e assistência a crianças e idosos, orientações estas, que foram integradas no regulamento do PDM.

LEGENDA DA PLANTA DE ORDENAMENTO 1.1 – ZONAS SENSÍVEIS E MISTAS, E ZONAS DE CONFLITO

CLASSIFICAÇÃO DE ZONAS SENSÍVEIS E MISTAS



Zonas Sensíveis (exposição < 55 dB(A) indicador Lden e exposição < 45 dB (A) indicador Ln)



Zonas Mistas (exposição < 65 dB(A) indicador Lden e exposição < 55 dB (A) indicador Ln)



Zonas de Conflito

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES DE RUÍDO:

Z I Zona Industrial
P Pedreira

Rede Rodoviária Nacional e Regional

Existente / Proposta

Itinerário Complementar (IC)
 Estrada Nacional (EN)
 Estrada Regional (ER)

Rede Rodoviária Municipal

Estrada Municipal Colectora (MC)
 Estrada Municipal Distribuidora (MD)



PLANTA DE ORDENAMENTO 1.2 – ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Estrutura Ecológica Municipal

Os espaços afetos à estrutura ecológica municipal foram definidos com o objetivo de garantir múltiplas funções – proteção dos recursos, estabilidade e dinâmica e requalificação da paisagem natural e agrícola. Deste modo, a estrutura ecológica municipal é constituída por áreas destinadas à conservação da natureza e à valorização e preservação da biodiversidade bem como às atividades rurais que têm funções ecológicas.

A estrutura ecológica abrange assim as seguintes áreas:

- Áreas de valores naturais do Sítio PTCON0045 Sicó-Alvaiázere
- Áreas de Reserva Agrícola Nacional;
- Áreas de Reserva Ecológica Nacional;
- Espaços florestais mais sensíveis;
- Corredores ecológicos definidos no PROFPIN;
- Áreas que embora não abrangidos pelas áreas referidas, proporcionam a ligação entre as mesmas favorecendo a criação de uma estrutura ecológica contínua.

Na Planta de Ordenamento a Estrutura Ecológica Municipal é constituída pela estrutura ecológica em solo urbano – também designada por estrutura ecológica urbana (EEU) – e estrutura ecológica em solo rural.

A **Estrutura Ecológica em Solo Rural** destina-se a assegurar as funções dos sistemas biológicos e o controlo dos escoamentos hídricos e atmosféricos. Identifica as áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais, designadamente as áreas de reserva ecológica e agrícola, assegurando a salvaguarda dos ecossistemas e a intensificação dos processos biofísicos. Nestas áreas o plano deve assegurar a compatibilização das funções de proteção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações.

A **Estrutura Ecológica Urbana** corresponde a áreas verdes e a áreas vocacionadas para o equilíbrio eco-urbano existentes no interior dos aglomerados urbanos do concelho de Penela. Integra solos sendo parcialmente condicionados por REN, onde se incluem as áreas sujeitas ao regime do domínio público hídrico, subsistema da Reserva Ecológica Nacional – leitos dos cursos de água – que se traduz na



distância de dez metros a partir de cada margem da linha de água classificada.

Nestes espaços, além das situações existentes, permite-se a instalação de infraestruturas básicas e de transporte, percursos pedonais e caminhos agrícolas ou florestais, novos arruamentos desde que não haja alternativa viável fora destas áreas, empreendimentos de turismo em espaço rural, turismo da natureza e atividades turísticas e de lazer associadas ao aproveitamento das potencialidades naturais e paisagísticas, bem como instalações adstritas a aproveitamentos hidroagrícolas, condicionadas à elaboração de estudo de incidências ambientais que garanta a salvaguarda dos sistemas ecológicos em presença.

Interdita-se a instalação de qualquer atividade que comprometa a qualidade do ar, da água, do solo e da paisagem, nomeadamente depósitos de resíduos sólidos, sucatas, de inertes e de materiais de qualquer natureza ou o lançamento de efluentes sem tratamento prévio adequado de acordo com as normas em vigor. É ainda interdito o loteamento de que resulte o fracionamento de prédios admitindo-se apenas obras de reconstrução e ampliação de edifícios existentes até 50% da área de construção preexistente; de colmatagem de núcleos residenciais existentes, mantendo as características tipológicas dos edifícios envolventes; de apoio e complemento à fruição de espaços verdes de utilização coletiva; ou destinadas a equipamentos de utilização coletiva.

LEGENDA DA PLANTA DE ORDENAMENTO 1.2 – ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

ESTRUTURA ECOLÓGICA EM SOLO URBANO



Estrutura Ecológica Urbana

ESTRUTURA ECOLÓGICA EM SOLO RURAL



Estrutura Ecológica Rural



QUADRO – ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

EEM	ÁREAS (ha)	%
Estrutura Ecológica em Solo Urbano	59,89	5,45 (da área de solo urbano)
Estrutura Ecológica em Solo Rural	7328,60	59,19 (da área de solo rural)
Total	7.388,49	54,81 (da área do Município)

PLANTA DE ORDENAMENTO 1.3 – CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

A Planta de Ordenamento 1.3 - Carta de Património Arquitetónico e Arqueológico identifica o Património Arquitetónico e Arqueológico, integrando: os Imóveis Classificados e em Vias de Classificação e respetivas zonas de proteção e zonas especiais de proteção; os Imóveis Não Classificados cuja identificação se deve ao reconhecimento do seu valor histórico, arquitetónico, urbanístico ou paisagístico; os sítios ou áreas de valor arqueológico confirmado e as áreas de potencial arqueológico.

As áreas com Potencial Arqueológico foram identificadas com base nos elementos enviados pelo IGESPAR, em Outubro de 2010, e num levantamento, baseado na organização de dados recolhidos em trabalho de campo, efetuado pelos Serviços de Arqueologia da Câmara Municipal de Penela.

















A existência de edificações e outros vestígios arqueológicos, ainda que isolados e sem contexto, indiciam que a presença humana neste território remonta à Idade do Bronze. Relativamente ao património arqueológico são apontados todos os locais de possível interesse, independentemente da existência ou não de achados significativos. Integra os sítios ou áreas de valor arqueológico confirmado, sendo a área condicionada definida por um perímetro automático, ou traçado especificamente em resultado da informação científica disponível.

Nestas áreas são interditas quaisquer ações que possam destruir ou prejudicar os valores arqueológicos identificados. As operações urbanísticas ou qualquer ação de movimentação de solos fica condicionada à adoção de medidas de salvaguarda patrimonial, carecendo de parecer prévio da tutela com competências no domínio do Património Cultural, de acordo com a legislação em vigor.



LEGENDA DA PLANTA DE ORDENAMENTO 1.3 – CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

Património Arquitectónico e Arqueológico

	IGREJAS MATRIZES/CAPELAS		SÍTIOS PRÉ-HISTÓRICOS		ABRIGO
	SÍTIOS ROMANOS		SEPULTURAS		CASTROS
	CASTELO		CONVENTO		CASAS SENHORIAIS
	ADROS DAS IGREJAS		FORNO DE CAL		GRUTAS
	SÍTIO PROTO-HISTÓRICO		FÁBRICA DE PAPEL		PELAMES
	MARCOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA		PELOURINHOS		

Áreas de Potencial Arqueológico

	Zona de Potencial Arqueológico
	Cavidades Cársicas
	Zona Especial de Protecção
	Zona de Protecção

- A-** Zona Especial de Protecção das Ruínas do Rabaçal
- B-** Zona de Protecção do Pelourinho de Podentes
- C-** Zona de Potencial Arqueológico da Lagoa do Melhorado
- D-** Zona de Potencial Arqueológico Aradas - Cheira
- E-** Zona de Potencial Arqueológico dos Pelames
- F-** Zona Especial de Protecção ao Castelo de Penela
- G-** Zona de Protecção à Igreja de Santa Eufémia
- H-** Zona de Protecção ao Pelourinho de Penela
- I-** Zona Especial de Protecção ao Convento de Santo António

- J-** Zona Especial de Protecção ao Castelo do Germanelo
- K-** Zona de Potencial Arqueológico do Barbealho
- L-** Zona de Potencial Arqueológico de São Simão
- M-** Zona de Potencial Arqueológico do Castro do Tombadouro
- N-** Zona de Potencial Arqueológico do Castelo do Sobral
- O-** Zona de Potencial Arqueológico da Várzea - Cova
- P-** Zona de Potencial Arqueológico do Vale
- Q-** Zona de Potencial Arqueológico de Valbom
- R-** Zona de Potencial Arqueológico de Quinta de São Domingos



PLANTA DE ORDENAMENTO 1.4 – PLANTA DE ORDENAMENTO FLORESTAL

O município de Penela decidiu regular um conjunto de normativos que garantam a sustentabilidade dos recursos da floresta e dos sistemas naturais a ela associados, considerando as estratégias do município de desenvolvimento local e articulando-se e com as opções definidas no âmbito do Plano Diretor Municipal.

É importante encontrar e por em prática um modelo de gestão florestal sustentável, que possa incluir, designadamente, as necessárias medidas de proteção e prevenção dos fogos florestais, estratégias de reestruturação fundiária, gestão e boas práticas dos espaços florestais, nomeadamente na ocupação do solo e noutras ações e instrumentos que possam contribuir para a defesa e sustentabilidade da floresta concelhia.

Neste sentido, encontra-se em elaboração o Plano Municipal de Ordenamento Florestal, que a revisão do PDM integra através da sua Planta de Ordenamento 1.4.

O concelho de Penela está inserido em três sub-regiões homogêneas definidas no âmbito da elaboração do Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROFPIN): Lousã e Açor; Floresta da Beira Serra; e Sicó e Alvaiázere.

Ao nível da organização dos povoamentos definem-se alguns parâmetros que limitam o seu desenvolvimento em extensão, nomeadamente em termos de áreas contínuas. Estas condicionantes são definidas com base na legislação em vigor, o D.L. nº 124/2006, de 28 de Junho com as alterações introduzidas pelo D.L. nº 17/2009, de 14 de Janeiro, e refletem preocupações ao nível da defesa da floresta contra incêndios e de equilíbrio no desenvolvimento dos diferentes tipos de povoamentos:

- A dimensão das parcelas deverá variar entre 20 ha e 50 ha, nos casos gerais e entre 1 ha e 20 ha nas situações de maior risco de incêndio de incêndio, definida no Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios
- Nas ações de arborização, de rearborização e de reconversão florestal, os povoamentos mono específicos e equiênicos não poderão ter uma superfície contínua superior a 50 ha, devendo ser compartimentadas alternativamente:
 - Pela rede de faixas de gestão de combustíveis ou por usos do solo com baixo risco de



incêndio;

- Por linhas de água e respetivas faixas de proteção, convenientemente geridas;
- Sempre que as condições edafoclimáticas o permitam, deverá ser favorecida a constituição de povoamentos de espécies arbóreas caducifólias ou de espécies com baixa inflamabilidade e combustibilidade.

A organização do território florestal do concelho de Penela tem por base o modelo do potencial produtivo de cada espaço florestal definido no PROFPIN. Apresenta-se o zonamento do potencial produtivo florestal do concelho, estando representadas e definidas as zonas favoráveis e/ou ótimas de espécies florestais a incentivar e a privilegiar em projetos de arborização e rearborização.

A seleção das espécies de árvores florestais consideradas mais relevantes para o Concelho de Penela, a utilizar em projetos de arborização e rearborização, como já se referiu, baseou-se essencialmente no modelo do potencial produtivo da região definido pelo PROFPIN, nomeadamente o Carvalho, Alvarinho (*Quercus robur L.*), o Carvalho Negro (*Quercus pyrenaica Wild*), o Carvalho Cerquinho (*Quercus faginea*) o Castanheiro (*Castanea sativa Miller*), o Pinheiro bravo (*Pinus pinaster Aiton*) e o Eucalipto (*Eucalyptus sp*). Além destas espécies, devem também ser privilegiadas outras quando as características edafo-climáticas locais assim o justificam, com exceção das invasoras lenhosas.

O PROFPIN define para as sub-regiões homogêneas indicadas anteriormente, metas a atingir no espaço florestal que evidenciam uma diminuição considerável das áreas ocupadas com eucalipto. Neste sentido, nos espaços florestais não incluídos nas áreas definidas na Planta de Ordenamento Florestal com Potencialidade favorável ao eucalipto, só serão permitidas novas ações de arborização e de rearborização com eucalipto nas áreas já ocupadas por esta espécie.

As redes primárias de faixas de gestão de combustível, definidas nos termos do nº 4 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de Janeiro, são estabelecidas pelos Planos Distritais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI) e integradas no planeamento municipal e local de defesa da floresta contra incêndios.

O planeamento das redes primárias de faixas de gestão de combustível centralizou-se, numa primeira fase, na proteção da floresta classificada de importância ambiental e valor económico ao nível de plantas autóctones e de prioridade muito alta e alta.



Na planta de ordenamento florestal que se apresenta estão representadas as bacias, resultantes da intersecção das zonas de alta e muito alta prioridade, onde se pretende delimitar a rede primária, posteriormente, a nível municipal.






As redes secundárias de faixas de gestão de combustível, apesar de não se encontrarem representadas cartograficamente, estão regulamentadas no Plano diretor Municipal.

LEGENDA DA PLANTA DE ORDENAMENTO 1.4 – PLANTA DE ORDENAMENTO FLORESTAL








Sub-Regiões Homogéneas - PROFPIN

	Lousã e Açor
	Floresta da Beira Serra
	Sicó e Alvaiázere

Áreas de Potencial Produtivo (por espécie)

	Carvalho Alvarinho
	Carvalho Cerquinho
	Carvalho Negral
	Castanheiro
	Pinheiro Bravo / Eucalipto

Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

	Rede Viária Florestal Fundamental		Quartel dos Bombeiros
	Pontos de Água		Posto da GNR
	Rede Primária de Gestão de Combustível		
	Posto de Vigia da Rede Nacional		
	Posto de Vigia Municipal		

Rede Rodoviária

Rede Rodoviária Nacional e Regional

	Itinerário Complementar (IC)
	Estrada Nacional (EN)
	Estrada Regional (ER)

Rede Rodoviária Municipal

	Estrada Municipal Colectora (MC)
	Estrada Municipal Distribuidora (MD)



5.3. PLANTA DE CONDICIONANTES

O elevado número de **servidões e restrições de utilidade pública**, levou à estruturação em cinco plantas de condicionantes, de modo a facilitar a sua identificação e legibilidade. As áreas referidas que incidem sobre o território municipal são agrupadas nos domínios dos recursos ecológicos, hídricos e geológicos, recursos agrícolas e florestais, património e infraestruturas.

As servidões administrativas e restrições de utilidade pública com representação na Planta de Condicionantes são as seguintes:

- PLANTA DE CONDICIONANTES 2.0 – RECURSOS ECOLÓGICOS, HÍDRICOS E GEOLÓGICOS;
- PLANTA DE CONDICIONANTES 2.1 – RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS;
- PLANTA DE CONDICIONANTES 2.2 – PATRIMÓNIO E INFRAESTRUTURAS;
- PLANTA DE CONDICIONANTES 2.3 – POVOAMENTOS FLORESTAIS PERCORRIDOS POR INCÊNDIOS
- PLANTA DE CONDICIONANTES 2.4 – MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO;

PLANTA DE CONDICIONANTES 2.0 – RECURSOS ECOLÓGICOS, HÍDRICOS E GEOLÓGICOS

Inclui a Reserva Ecológica Nacional, Rede Natura 2000 – Sítio Sicó/Alvaiázere PTCON0045, áreas de Domínio Público Hídrico, Captações de Águas Subterrâneas para Abastecimento Público, e as Pedreiras existentes.

A **Reserva Ecológica Nacional** é regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto. Como já foi referido a REN apresentada na Planta de Condicionantes refere-se à REN Bruta delimitada pela CCDRC em 2005, onde forma retidas as áreas excluídas no âmbito do Processo de Exclusões da REN, aprovado nas reuniões da CTA.

A **Rede Natura 2000** é uma rede ecológica para o espaço Comunitário da União Europeia resultante da aplicação das Diretivas nº 79/409/CEE (Diretiva Aves) e nº 92/43/CEE (Diretiva Habitats) e tem por "objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados-membros em que o Tratado é aplicável". Compreende as Zonas de Proteção Especial (ZPE), e Zonas Especiais de Conservação (ZEC), constando o respetivo regime, no Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro.

O concelho de Penela á abrangido pelo Sítio Sicó-Alvaiázere, inserido na 2ª fase da Rede Natura 2000,



englobando cerca de 3% do território do concelho.

O **Domínio Público Hídrico** é constituído por um conjunto de bens que pela sua natureza são considerados de uso público e de interesse geral pelo que devem ser protegidos, garantindo-se o acesso universal à água, à passagem ao longo das águas e às Albufeiras de Águas Públicas, cujas principais funções se materializam na produção de energia, no abastecimento de água às populações e na rega, que devem ser conciliadas com atividades secundárias.

Os **recursos geológicos** no concelho de Penela referem-se às pedreiras licenciadas com as designações “Preguilha”, e “Vale Longo”. Em processo de licenciamento no âmbito do DL nº 340/2007, de 12 de Outubro, encontra-se a pedreira com a designação “Cabeça de Ante”. Definem-se também Áreas Complementares (áreas com recursos geológicos prioritários para progressão das áreas de exploração consolidada, adjacentes ou não) e Áreas Potenciais de Exploração (onde se verifica a existência de recursos geológicos cuja exploração é viável sempre que permitida na categoria de espaço abrangida).

LEGENDA DA PLANTA DE CONDICIONANTES 2.0 – RECURSOS ECOLÓGICOS, HÍDRICOS E GEOLÓGICOS

SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

Domínio Hídrico



Leitos e margens dos cursos de água

Espaço afecto à Exploração de Recursos Geológicos



Área de Exploração Consolidada (recursos geológicos)









Área de Exploração Complementar (recursos geológicos)




Área Potencial



Recursos Ecológicos

	Leitos dos Cursos de Água	Reserva Ecológica Nacional (REN)
	Áreas de Máxima Infiltração	
	Cabeceiras das Linhas de Água	
	Áreas com Riscos de Erosão	
	Escarpas	
	Zonas Ameaçadas pelas Cheias	

Conservação da Natureza

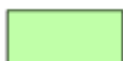
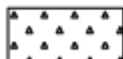
	Rede Natura 2000 - Sítio SIC / Alvaiázere - PTCON0045 (Resolução de Conselho de Ministros nº 76/2000 de 5 de julho)
---	--

QUADRO – RECURSOS ECOLÓGICOS, HÍDRICOS E GEOLÓGICOS

RECURSOS ECOLÓGICOS, HÍDRICOS E GEOLÓGICOS		ÁREAS (ha)
Recursos Geológicos	Áreas De Exploração Consolidada	37,00
	Áreas de Exploração Complementares	38,50
	Áreas de Exploração Potenciais	192,20
Recursos Ecológicos	Leitos dos Cursos de Água	220,21
	Áreas de Máxima Infiltração	753,89
	Cabeceiras das Linhas de Água	1214,51
	Áreas com Risco de Erosão	3711,89
	Escarpas	534,28
	Zonas Ameaçadas pelas Cheias	136,08
Conservação da Natureza	Rede Natura	578,20

**PLANTA DE CONDICIONANTES 2.1 – RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS**

Os recursos agrícolas e florestais integram a Reserva Agrícola Nacional, cujo Regime Jurídico é imposto pelo DL nº 73/2009, de 31 de Março, as Obras de Aproveitamento Hidroagrícola e suas infraestruturas, as áreas sujeitas a Regime Florestal e a Rede de Defesa da Floresta (Rede Viária Florestal Fundamental, os Postos de Vigia da Rede Nacional, os Pontos de Água e a Rede Primária de Gestão de Combustível), bem como um povoamento de sobreiros existente no território municipal. A Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível que abrange o Concelho, foi fornecida pela Autoridade Florestal Nacional.

LEGENDA DA PLANTA DE CONDICIONANTES 2.1 – RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS**Recursos Agrícolas****Reserva Agrícola Nacional****Perímetro Hidroagrícola****Recursos Florestais****Regime Florestal****Povoamento Sobreiros****QUADRO – RECURSOS ECOLÓGICOS, HÍDRICOS E GEOLÓGICOS**

RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS		ÁREAS (ha)
Recursos Agrícolas	Reserva Agrícola Nacional	1979,18
	Perímetro Hidroagrícola	133,6
Recursos Florestais	Regime Florestal	375,49
	Povoamento de Sobreiros	2,97

**PLANTA DE CONDICIONANTES 2.2 – PATRIMÓNIO E INFRAESTRUTURAS;**

O património arquitetónico e arqueológico contempla os Imóveis Classificados e em Vias de Classificação. A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, constitui a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural.

Nesta planta Identifica-se o Património Arquitetónico e Arqueológico do concelho, classificado ou em vias de classificação, bem como as respetivas zonas de proteção e/ou zonas especiais de proteção, onde é necessário condicionar qualquer intervenção. Esta identificação corresponde a um levantamento de todo o património do concelho efetuado pelos serviços da Câmara Municipal.

Quanto às infraestruturas suscetíveis de impor servidões e de dispor de proteção são as que dizem respeito ao Abastecimento de Água (condutas adutoras), Drenagem de Águas Residuais (emissários e Estações de Tratamento de Águas Residuais), Rede Elétrica (linhas de muito alta tensão que fazem parte da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade e linhas que fazem parte da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade), Rede Rodoviária Nacional e Regional, Estradas e Caminhos Municipais e Marcos Geodésicos.

Rede Rodoviária Nacional que integra as vias de comunicação classificadas como itinerário complementar – IC – e estradas nacionais – EN – pelo PRN2000 (Plano Rodoviário Nacional do ano 2000);

Rede Rodoviária Regional que integra as vias de comunicação classificadas como estradas regionais – ER – pelo PRN2000 (Plano Rodoviário Nacional do ano 2000);

Rede Rodoviária Municipal que integra as vias de comunicação classificadas como estrada municipal coletora – MC – e estrada municipal distribuidora – MD.



LEGENDA DA PLANTA DE CONDICIONANTES 2.2 – PATRIMÓNIO E INFRAESTRUTURAS

PATRIMÓNIO

Património Arquitectónico e Arqueológico



Património Classificado



Património em Vias de Classificação

Zonas de Protecção e Zonas Especiais de Protecção



Zona Especial de Protecção



Zona de Protecção

Cartografia e Cadastro



Marco Geodésico

Património Arquitectónico e Arqueológico	
Classificado	Classificação
1 - Castelo de Penela	Monumento Nacional ZEP - DG 208 de 05 de Setembro de 1958
2 - Pelourinho de Penela	Monumento Nacional ZP
3 - Igreja de Santa Eufémia	Monumento Nacional ZP
4 - Convento de Santo António	Imóvel de Interesse Público ZEP - Portaria 227/2010, de 24 de Março
5 - Pelourinho de Podentes	Imóvel de Interesse Público ZP
Em Vias de Classificação	
1 - Vila Romana do Rabaçal	Despacho de abertura do processo de classificação (04-02-1999) ZP
2 - Castelo de Germanelo	Homologado - Imóvel de Interesse Público (despacho de 29-05-2003) ZP

Infra-estruturas Básicas

Rede Nacional de Transporte



Linhas de muito alta tensão

Rede Nacional de Distribuição



Linhas de média tensão



Linhas de alta tensão



Rede Rodoviária

Rede Rodoviária Nacional e Regional

 Itinerário Complementar (IC)

 Estrada Nacional (EN)

 Estrada Regional (ER)

Estradas e Caminhos Municipais

 Estrada Municipal Colectora (MC)

 Estrada Municipal Distribuidora (MD)

Espaço Canal

 Traçado Proposto do Itinerário Complementar (IC₃)

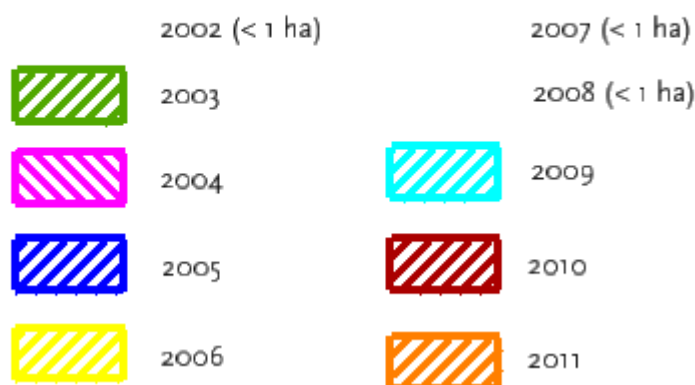
PLANTA DE CONDICIONANTES 2.3 – POVOAMENTOS FLORESTAIS PERCORRIDOS POR INCÊNDIOS

O levantamento cartográfico anual, das áreas percorridas por incêndios florestais é da responsabilidade da Autoridade Florestal Nacional (AFN) em colaboração com a Câmara Municipal.

Devido ao carácter dinâmico das áreas suscetíveis à ocorrência de incêndios florestais, apresenta-se uma planta de condicionantes, específica, que retrata a ocorrência dos incêndios florestais no concelho, ao longo dos últimos 10 anos (2001/2010). Esta carta será dinâmica, objeto de atualização anual, com inclusão das áreas atingidas e exclusão das áreas cuja restrição deixa de ter efeito.

LEGENDA DA PLANTA DE CONDICIONANTES 2.3 – POVOAMENTOS FLORESTAIS PERCORRIDOS POR INCÊNDIOS

Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios (anos)





PLANTA DE CONDICIONANTES 2.4 – MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO

De acordo com o DL n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a redação dada pelo DL n.º 17/2009, de 14 de Junho, é interdita a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria nos terrenos classificados com risco de incêndio elevado ou muito elevado, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas redes regionais de defesa da floresta contra incêndios. Assim, a classificação e qualificação do solo definidas no âmbito dos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, deve refletir a cartografia de risco de incêndio que consta nos Planos Municipais Defesa da Floresta Contra Incêndios.

LEGENDA DA PLANTA DE CONDICIONANTES 2.4 – MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO

Perigosidade:



Alta



Muito Alta

5.4. PLANTAS QUE ACOMPANHAM O PLANO

3 - PLANTA DE ENQUADRAMENTO REGIONAL

A Planta nº 3, designada por Planta de Enquadramento Regional, contempla a indicação dos municípios limítrofes, centros urbanos mais importantes, principais vias de comunicação, outras infraestruturas relevantes e equipamentos que sirvam o município, bem como a delimitação dos instrumentos de gestão territorial em vigor para a área do município.






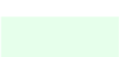

4 – PLANTA DA SITUAÇÃO EXISTENTE

A Planta nº 4, designada por Planta da Situação Existente, pretende representar a ocupação do território municipal à data da elaboração do plano.





LEGENDA DA PLANTA DA SITUAÇÃO EXISTENTE

OCUPAÇÃO DO SOLO

	Espaço Urbano
	Espaço Industrial
	Áreas de Exploração Mineira
	Espaço Florestal (da Carta de Ocupação do Solo, obtida a partir da cartografia SCNIOK)
	Espaço Agro-Florestal (da Carta de Ocupação do Solo, obtida a partir da cartografia SCNIOK)
	Espaço Agrícola (da Carta de Ocupação do Solo, obtida a partir da cartografia SCNIOK)
	Áreas Ardidas (1996 - 2005)











AVALIAÇÃO DO POVOAMENTO

	Áreas Comprometidas com Construções
	Áreas com Pouca Viabilidade de Construção

..... Limite do Plano de Urbanização e Salvaguarda de Penela, em vigor. Publicado por Declaração nº211/97 (2ª série) em DR nº213 de 15-9-1997









— Rede Viária Classificada

EQUIPAMENTOS PRINCIPAIS

	Centro de Saúde
	Extensão do Centro de Saúde
	Cemitério
	Escola Básica Integrada
	Escola Técnico-Profissional
	Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico
	Jardim de Infância
	Lar de Idosos
	Centro de Dia
	Cercio Penela - Unidade Residencial

	Biblioteca
	Museu do Rabaçal
	Ruínas Romanas do Rabaçal
	Quartel de Bombeiros
	Quartel da GNR
	Campo de Futebol
	Polidesportivo Descoberto
	Polidesportivo Coberto
	Pavilhão Desportivo
	Piscina Coberta

INFRA-ESTRUTURAS PRINCIPAIS

	Eólicas
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
	Barragem da Louçãinha
	Captação
	Estação de Tratamento
	Estação Elevatória
	Reservatório
REDE DE ESGOTOS	
	Estação de Tratamento de Águas Residuais
	Fossa Séptica



5 - CARTA DE VALORES NATURAIS

A **Rede Natura 2000** é uma rede ecológica de âmbito Europeu que tem como objetivo *“contribuir para assegurar a biodiversidade através de conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens”* no território da União Europeia. É composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, nas quais as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação desses valores naturais, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico e tomando simultaneamente em consideração as exigências económicas, sociais, culturais, bem como as particularidades regionais e locais.

No município de Penela, a Rede Natura 2000 corresponde ao Sítio Sicó/Alvaiázere, PTCON0045 (Resolução de Conselho de Ministros nº76/2000 de 5 de Julho) – da Lista Nacional – e compreende áreas classificadas como **Zonas Especiais de Conservação (ZEC)** – criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com objetivo expresso de contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos *habitats* naturais e seminaturais (anexo I da Diretiva) e dos *habitats* de espécie da flora e da fauna selvagens (anexo II da Diretiva) considerados ameaçados no espaço da União Europeia.

De acordo com o artigo 8º do Decreto-Lei nº140/99, de 24 de Abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº49/2005, de 24 de Fevereiro, a classificação nacional dos Sítios e ZPE implica que:

“Os instrumentos de planeamento territorial ou outros de natureza especial, quando existam, deverão conter as medidas necessárias para garantir a conservação dos habitats e das populações de espécies para as quais os referidos Sítios e áreas foram designados. No caso de não as conterem deverão integrá-las na 1ª revisão a que sejam sujeitos”.

O município de Penela inclui os seguintes *habitats* naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei nº49/2005:

- **6110*** – Prados rupícolas calcários ou basófilos da *Alyso-Sedion albi* – **Habitat prioritário**;
- **6210** – Prados secos seminaturais e fâcies arbustivas em substrato calcário (*Festuco-Brometalia*);
- **6220** – Substepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* – **Habitat prioritário**;
- **8210** – Vertentes rochosas calcárias com vegetação *casmofítica*;
- **8240*** - Lajes calcárias – **Habitat prioritário**;
- **8310** – Grutas não exploradas pelo turismo;



- 9240 – Carvalhais ibéricos de *Quercus faginea* e *Quercus canariensis*;
- 9340 – Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*.

O município de Penela inclui as seguintes espécies de fauna constantes do anexo B-II do Decreto-Lei nº49/2005:

- *Chondrostoma polylepis*
- *Rutilus alburnoides*
- *Rutilus macrolepidotus*
- *Chioglossa lusitanica*
- *Mauremys leprosa*
- *Lacerta schreiberi*

Tendo em consideração algumas diferenças cartográficas no que respeita à localização destes *habitats* e espécies, irá proceder-se à correta delimitação dos mesmos, que depois de devidamente validada pelo ICN, será traduzida para carta de valores naturais ou para a Carta da Estrutura Ecológica Municipal.

Para estes habitats serão consideradas as orientações de gestão constantes no Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

LEGENDA DA CARTA DE VALORES NATURAIS

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA



Rede Natura 2000 - Sítio Sicó / Alvaídzere - PTCON0045
(Resolução de Conselho de Ministros nº 76/2000 de 5 de Julho)

Habitats Naturais e Semi-Naturais



9240 - Carvalhais ibéricos de *Quercus faginea* e *Quercus canariensis*







9340 - Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*





9340 - Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*
+ 9240 - Carvalhais ibéricos de *Quercus faginea* e *Quercus canariensis*



	6110 - Prados rupícolas calcários ou basófilos da Alysso-Sedion albi
	+ 6210 - Prados secos seminaturais e fácies arbustivas em substrato calcário
	+ 6220 - Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea
	+ 8210 - Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica
	+ 8240 - Lajes calcárias
	8310 - Grutas não exploradas pelo turismo
	+ 6210 - Prados secos seminaturais e fácies arbustivas em substrato calcário
	+ 6220 - Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea
	+ 8210 - Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica
	+ 8240 - Lajes calcárias
	8310 - Grutas não exploradas pelo turismo
	+ 9240 - Carvalhais ibéricos de Quercus fagínea e Quercus canariensis
	+ 9240 - Carvalhais ibéricos de Quercus fagínea e Quercus canariensis
	+ 6210 - Prados secos seminaturais e fácies arbustivas em substrato calcário
	+ 6220 - Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea
	+ 8210 - Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica
	+ 8240 - Lajes calcárias
	+ 8310 - Grutas não exploradas pelo turismo

Espécies da Fauna

	Boga-comum (Chondrostoma Polylepís)
	Ruivaco (Rutilus Macrolepidotus)
	Bordalo (Rutilus-albernoídes)
	Boga-comum (Chondrostoma-polylepis)
	Ruivaco (Rutilus-Macrolepidotus)

6 - CARTA DE RUÍDO MUNICIPAL

Corresponde à Carta de Ruído do município, que expressa as áreas sujeitas à mesma classe de LAeq, ou seja, as áreas expostas ao mesmo nível de ruído, em função das fontes de ruído, nos períodos:

- Diurno, Entardecer e Noturno – **Planta 6.1**
- Noturno – **Planta 6.2.**

O mapa de ruído consiste numa representação gráfica da geografia da zona em estudo, sobre a qual são representadas, em diferentes cores, as zonas nas quais o nível de ruído se encontra dentro do mesmo intervalo de variação. É adotada uma escala de cores estipulada pelo Instituto do Ambiente no documento “Diretrizes para elaboração de mapas de ruído”.








A realização do mapa de ruído englobou as seguintes fases:

- Identificação e levantamento das principais fontes de ruído rodoviárias;
- Identificação e caracterização das zonas industriais definidas em P.D.M.;
- Realização de medições de ruído junto às fontes de ruído, em pontos considerados estratégicos;
- Introdução dos dados recolhidos e fornecidos pela autarquia num programa informático, de forma a reproduzir o ambiente sonoro da área do Município;
- Comparação dos dados medidos com os resultados obtidos pelo programa informático;
- Impressão final do Mapa de Ruído e análise final por inspeção visual, para eventuais deteções de erros de processamento.






LEGENDA DA CARTA DE RUÍDO MUNICIPAL – Período Diurno, Entardecer e Noturno – **Planta 6.1**

Áreas sujeitas à mesma classe de Leq

	< = 55 dB(A)
	< = 60 dB(A)
	< = 65 dB(A)
	< = 70 dB(A)
	> 70 dB(A)

LEGENDA DA CARTA DE RUÍDO MUNICIPAL – Período Noturno – **Planta 6.2**

Áreas sujeitas à mesma classe de Leq

	< = 45 dB(A)
	< = 50 dB(A)
	< = 55 dB(A)
	< = 60 dB(A)
	> 60 dB(A)



7 – PLANTA DE COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

A Planta de Compromissos urbanísticos contempla a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas pela Câmara Municipal, bem como das informações prévias favoráveis em vigor.

Os referidos compromissos urbanísticos estão subdivididos em:

- Alvarás de construção;
- Loteamentos urbanos;
- Loteamentos industriais;
- Projetos de arquitetura aprovados;
- Aldeamentos turísticos;
- Informações prévias

LEGENDA DA PLANTA DE COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

	ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO		PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS
	LOTEAMENTOS URBANOS		ALDEAMENTOS TURÍSTICOS
	LOTEAMENTOS INDUSTRIAIS		
	INFORMAÇÕES PRÉVIAS		



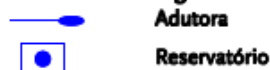
8 – PLANTA DE INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Na Planta de Infraestruturas Básicas estão representadas as principais infraestruturas básicas que servem o território municipal, nomeadamente a rede de abastecimento de água, a rede de esgotos, a rede elétrica e rede rodoviária, incluindo o traçado proposto do itinerário complementar (IC3).

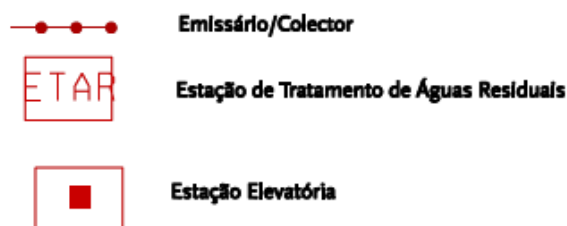
LEGENDA DA PLANTA DE INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Infra-estruturas Básicas

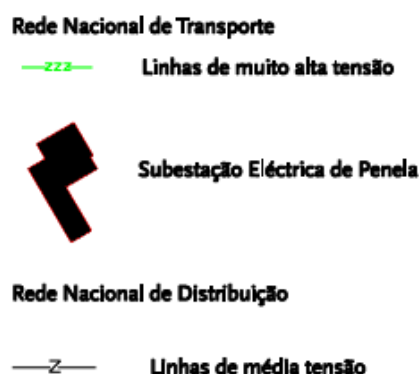
Abastecimento de Água



Rede de Esgotos

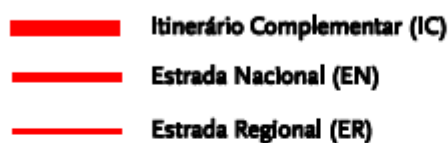


Rede Eléctrica



Rede Rodoviária

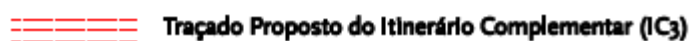
Rede Rodoviária Nacional e Regional



Estradas e Caminhos Municipais



Espaço Canal





6. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO



6.1. OBJETIVO GLOBAL

O objetivo global assenta na localização estratégica favorável do concelho de Penela, devido à sua proximidade a Coimbra e aos eixos de mobilidade nacional, e na qualidade dos seus recursos patrimoniais, naturais e ambientais. Neste sentido, o Objetivo Global apresentado procura afirmar o concelho no contexto regional e, simultaneamente, potenciar a diversidade e qualidade dos seus recursos para um mercado turístico exigente.

É fundamental conciliar os diversos Planos de intervenção no município, para que a estratégia seja concebida de modo integrado e coerente. Assim, foram considerados os mais atuais, do ano 2007, Programa Diretor de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ICE) e Carta Educativa para o Concelho de Penela.

Os Planos Estratégicos surgiram para colmatar algumas insuficiências do planeamento tradicional, nomeadamente através da valorização e qualificação dos territórios endógenos num contexto espacial mais alargado e competitivo. O Programa Diretor de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo resulta da necessidade de definir uma estratégia local sustentada, centrada na inovação, competitividade e empreendedorismo, criando vantagens competitivas com base nos fatores diferenciadores do concelho e em parcerias estratégicas, e explorando eficazmente as oportunidades existentes.

Desta forma, apresentam-se um leque de Vetores Estratégicos que procuram definir um Objetivo Global:

OBJETIVO GLOBAL
Desenvolvimento equilibrado do território, tornando-o qualificado, dinâmico, atrativo e com elevada qualidade de vida, através da proteção, valorização e promoção do património natural e paisagístico, com recurso a uma política de ordenamento sustentável, visando assegurar maior coesão territorial e económico-social, que permita consolidar e melhorar a posição do concelho de Penela no contexto regional.



6.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

No sentido de atingir o objetivo Global, realçam-se 6 Objetivos Estratégicos que se inter-relacionam e completam na sua ação:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
<ol style="list-style-type: none">1. Programar o ordenamento do território através da promoção de soluções que conduzam a um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentado do concelho, assim como a valorização do património natural e cultural construído de referência;2. Promover o desenvolvimento das acessibilidades, através do reforço das ligações inter-regionais e da conservação/beneficiação das vias intra-concelhias;3. Potenciar o desenvolvimento económico através da criação estratégica de espaços empresariais e industriais, estimulando o desenvolvimento de uma base industrial local, tirando partido dos recursos naturais e endógenos e das condições de acessibilidade;4. Dinamizar o desenvolvimento da atividade turística, salvaguardando e fomentando a utilização dos recursos e valores turísticos, naturais e construídos;5. Preservar, valorizar e potenciar os territórios rurais, agrícolas e florestais como elementos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento sustentável, assumindo-os como elementos reveladores da própria identidade do Município.6. Consolidar novos fatores competitivos centrados na educação e formação, criando uma cultura de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo.



Num segundo nível, encontram-se os **Vetores Estratégicos** que constituem as áreas nucleares de intervenção do PDM, cuja identificação resulta da análise e avaliação do diagnóstico do concelho. São eles:

VETORES ESTRATÉGICOS

- Promover a notoriedade e oferta de eventos do Município;
- Melhorar a oferta de serviços e equipamentos coletivos;
- Reforço dos níveis de mobilidade intra e extra concelhia;
- Dinamização e qualificação da base económica local promovendo a cooperação e parcerias entre agentes de desenvolvimento;
- Promoção de Zonas de Atividades Económicas;
- Dinamizar o aproveitamento económico dos recursos endógenos;
- Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer sustentadas nos valores endógenos;
- Salvaguarda e valorização do Património Natural, Arqueológico e Histórico-Arquitetónico;
- Desenvolvimento das atividades turísticas e de lazer sustentadas nos valores naturais com o aumento da capacidade de alojamento turístico de qualidade;
- Valorização do território como suporte de desenvolvimento;
- Promoção da agricultura de qualidade e valorização dos recursos florestais;
- Promoção de estratégias inovadoras de ensino, formação e investigação;
- Desenvolvimento de estratégias de Gestão da Inovação e do Conhecimento;
- Dinamização das atividades de inovação e formação profissional, através da aposta nas tecnologias de informação e na inovação adaptada aos sectores tradicionais e na exploração das sinergias entre o sector empresarial e a I&D.

Cada objetivo é composto por uma série de medidas gerais que procuram consubstanciar e reforçar o objetivo global e os vetores estratégicos. Seguidamente são apresentados as várias medidas gerais por objetivo estratégico.



6.3. GRANDES MEDIDAS E AÇÕES

No âmbito dos objetivos estratégicos, enunciados de forma genérica, é necessário materializar as aspirações e orientações através da apresentação de medidas e ações concretas que permitam a cabal implementação do plano. Seguidamente são apresentados as grandes medidas e ações a desenvolver para cumprir os objetivos estratégicos delineados.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	
Programar o ordenamento do território através da promoção de soluções que conduzam a um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentado do concelho, assim como a valorização do património natural e cultural construído de referência.	
VETORES ESTRATÉGICOS	<ul style="list-style-type: none">• Promover a notoriedade e oferta de eventos do Município• Melhorar a oferta de serviços e equipamentos coletivos
MEDIDAS E AÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração do Plano de Urbanização/Pormenor para área de expansão da Vila – Rio Dueça, entre o Bairro de São Jorge e a Ponte do Espinhal;- Elaboração/Implementação da Carta de equipamentos Desportivos do Concelho;- Criação de Casa da Cultura e Museu do Mel no Espinhal;- Criação da Casa da Cultura e do Turismo (Casa da Noz), através da reabilitação de imóvel municipal, localizado na Rua 25 de Abril, em Penela;- Criação da Casa das Artes Criativas, através da reabilitação de imóvel municipal, localizado no Largo da Misericórdia, em Penela;- Reabilitação de parque desportivo em Podentes;- Reabilitação de polidesportivo na Cumieira;- Construção do complexo desportivo municipal de São Jorge, em Penela (2ª fase);- Construção/reabilitação de edifício sede da Junta de freguesia da Cumieira;- Construção de lar de idosos em Podentes;- Construção de lar de idosos na Cumieira;- Reabilitação da Fonte Nova, em Penela;- Requalificação de arruamentos no Centro Histórico de Penela (Rua 25 de Abril, Largo da Misericórdia e Rua Herói Caspirro);- Construção da variante Sul ao Centro Histórico de Penela;- Construção, manutenção e reabilitação de parques infantis;- Ampliação do cemitério do Espinhal;



- Ampliação do cemitério da Cumieira;
- Integração das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Baixo Mondego – Bairrada;
- Construção de novas redes de saneamento em baixa para aglomerados próximos da bacia do Dueça - Emissário de Penela;
- Construção de novas redes de saneamento em baixa para aglomerados do Subsistema das Cerejeiras;
- Construção de redes de saneamento em baixa para aglomerados da Zona Oeste concelho;
- Construção de rede de saneamento em baixa para a Cabeça Redonda;
- Construção de rede de saneamento em baixa de Chanca;
- Manutenção e ampliação de redes de saneamento existentes;
- Expansão e reforço da rede de recolha de resíduos urbanos e da recolha seletiva de resíduos;
- Construção de cobertura para a estação arqueológica da Villa Romana do Rabaçal;
- Diversificação de tipologias habitacionais;
- Penela Presépio;
- Feira das Nozes;
- Elaborar a Carta Arqueológica do Município de Penela;
- Mercado do Queijo do Rabaçal e dos Romanos;
- Planos de manutenção de equipamentos coletivos;
- Agenda 21 Local do Município do Município de Penela;
- PARDIEIROS – Aldeia Temática: Eco-Aldeia 21.



OBJETIVO ESTRATÉGICO	
Promover o desenvolvimento das acessibilidades, através do reforço das ligações inter-regionais e da conservação/beneficiação das vias intra concelhias;	
VETORES ESTRATÉGICOS	<ul style="list-style-type: none">• Reforço dos níveis de mobilidade intra e extra concelhia
MEDIDAS E AÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Retificação e pavimentação da estrada municipal distribuidora MD563 Espinheiro – Rabaçal;- Construção da ligação viária Bairro São Jorge - Rio Dueça;- Retificação e pavimentação da estrada municipal distribuidora MD1195 Casais – Carvalhais – Viavai – Grocinas;- Manutenção e beneficiação da rede viária municipal;- Retificação da ER347 (ligação IC3 – Espinhal – Castanheira de Pêra);- Beneficiação da EN110 (ligação Penela – Lamas), com desclassificação prevista para Estrada Municipal Coletora;- Garantir a eficiência da ligação da A13 às povoações do concelho.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	
Potenciar o desenvolvimento económico através da criação estratégica de espaços empresariais e industriais, estimulando o desenvolvimento de uma base industrial local, tirando partido dos recursos naturais e endógenos e das condições de acessibilidade;	
VETORES ESTRATÉGICOS	<ul style="list-style-type: none">• Dinamização e qualificação da base económica local promovendo a cooperação e parcerias entre agentes de desenvolvimento;• Promoção de Zonas de Atividades Económicas;• Dinamizar o aproveitamento económico dos recursos endógenos
MEDIDAS E AÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Criação de portal digital de apoio à dinamização da base económica local;- Implementação do Parque Empresarial, a Norte do Concelho, para Novas Estratégias de Localização do Investimento (PENELI);- Construção de Centro de Gestão de Resíduos;- Estabelecimento de estratégia municipal para as energias renováveis, através da criação de um programa de análise, diagnóstico e ação nesse domínio;- Criação de Habitat de Inovação Empresarial em Sectores Estratégicos (HIESE) através da requalificação da Quinta do Vale do Espinhal, beneficiando dos recursos edificados naturais existentes;- smartRURAL - Rede transnacional para I+D+i e melhoria de competitividade de zonas rurais no SUDOE;



OBJETIVO ESTRATÉGICO	
Dinamizar o desenvolvimento da atividade turística, salvaguardando e fomentando a utilização dos recursos e valores turísticos, naturais e construídos;	
VETORES ESTRATÉGICOS	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer sustentadas nos valores endógenos;• Salvaguarda e valorização do Património Natural, Arqueológico e Histórico-Arquitetónico;• Desenvolvimento das atividades turísticas e de lazer sustentadas nos valores naturais com o aumento da capacidade de alojamento turístico de qualidade;
MEDIDAS E AÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Estabelecimento de estratégia municipal para a promoção do turismo, através da criação de programa de análise, diagnóstico e ação para a promoção e dinamização do turismo nos domínios cultural, ambiental e patrimonial;- Desenvolvimento de campanhas de divulgação do concelho de Penela e sua Inclusão em roteiros de âmbito regional e nacional, nomeadamente ao nível da Região de Turismo do Centro e em circuitos turísticos dirigidos ("Rota dos Vinhos", "Encontros com a Natureza", "Rota dos Castelos", "Gastronomia e Monumentos", ...);- Criação de evento anual com projeção nacional – Semana da NOZ;- Incentivo/promoção da concretização de infraestruturas/espacos de apoio à prática de parapente em Chanca (escola de voo, aluguer/venda de equipamento);- Construção de piscina descoberta;- Construção de Parque de Campismo na Louçaínha;- Promoção da Quinta da Boiça, Convento de Santo António, Quintas e Solares como infraestruturas de apoio ao turismo e lazer;- Promoção da reabilitação da Aldeia dos Tamazinhos;- Reabilitação das aldeias do Esquio e Pessegueiro;- Construção de cobertura para a estação arqueológica da Villa Romana do Rabaçal;- Centro de Interpretação da Villa Romana do Rabaçal;- Requalificação do espaço público de acesso à Villa Romana do Rabaçal;- Elaboração da carta arqueológica para o concelho de Penela;- Inventariação dos recursos naturais, paisagísticos, culturais e patrimoniais existentes;- Dinamização do CISED – Centro de Interpretação do Sistema Espeleológico do Dueça, através da realização de conferências, seminários, cursos de verão, investigação do sistema cársico do maciço do Sicó, ações de educação ambiental, workshops, exposições, cursos de formação e apoio à espeleologia;- Fomento de sinergias inter-regionais através da definição de ações comuns, tais como Infraestruturação de trilhos e percursos da natureza, em interação com aldeias serranas, com a Rede Natura e outros espaços naturais, ou com o património arqueológico;- Reabilitação urbana da Aldeia dos Pardieiros;- Ecomuseu da água (requalificação da Ribeira da Azenha e proteção da biodiversidade)



OBJETIVO ESTRATÉGICO	
Preservar, valorizar e potenciar os territórios rurais, agrícolas e florestais como elementos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento sustentável, assumindo-os como elementos reveladores da própria identidade do Município.	
VETORES ESTRATÉGICOS	<ul style="list-style-type: none">• Valorização do território como suporte de desenvolvimento;• Promoção da agricultura de qualidade e valorização dos recursos florestais
MEDIDAS E AÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Abertura e manutenção de caminhos agrícolas/florestais;- Construção/beneficiação de infraestruturas de combate a incêndios e fogos florestais;- Promoção e valorização da atividade agrícola e florestal, através da criação de mecanismos que introduzam valor acrescentado aos bens produzidos e viabilizem a sua comercialização.- Apoiar a competitividade da fileira agroalimentar e a fileira florestal- Campanha de Atração de Novos Investimentos- Requalificar e ordenar o território agrícola e apoiar agricultura de qualidade (noz, oliveira, chicharo, ervas aromáticas...)- Eventos ligados à Gastronomia, Alimentação e Nutricionismo- Mercado de Agricultura Tradicional- Vinália – O sabor de Podentes- Casa das Provas e Museu do Vinho Terras de Sicó, em Podentes- Casa da Broa da Cumieira- Casa do queijo do Rabaçal- Centro de Caprinicultura – Ferraria de São João



OBJETIVO ESTRATÉGICO	
Consolidar novos fatores competitivos centrados na educação e formação, criando uma cultura de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo.	
VETORES ESTRATÉGICOS	<ul style="list-style-type: none">• Promoção de estratégias inovadoras de ensino, formação e investigação;• Desenvolvimento de estratégias de Gestão da Inovação e do Conhecimento;• Dinamização das atividades de inovação e formação profissional, através da aposta nas tecnologias de informação e na inovação adaptada aos sectores tradicionais e na exploração das sinergias entre o sector empresarial e a I&D.
MEDIDAS E AÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Implementação de programa educativo para a promoção de uma cultura de valores estratégicos;- Formação e qualificação para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo;- Criação de um programa de prospeção de talentos e de um programa de apoio e incentivo à fixação de residência e local de trabalho no concelho de Penela;- Incentivar a participação da população estudantil em ações de desenvolvimento do conhecimento e atitude inovadora – empreendedorismo- Protocolos com Universidade de Coimbra – Centro de Estudos de História Local e Regional;- Apoio no desenvolvimento de projetos de investigação aplicada às áreas agrícola, florestal e agroalimentar: HIESE- Lançamento de uma instituição de apoio ao Marketing Regional de Produtos Agrícolas (em associação com outros municípios)



7. PROGRAMA DE EXECUÇÕES E MEIOS DE FINANCIAMENTO



PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO

A operacionalização do Plano Diretor Municipal de Penela passa, entre outros aspetos, pela execução de um conjunto de propostas para a área abrangida do município, propostas essas que são materializáveis em investimentos dando lugar, por um lado, a elaboração de um Programa de Investimentos que sistematiza todas as propostas e enuncia o seu faseamento temporal e, por outro lado, a identificação dos meios de financiamento mobilizáveis para a execução das propostas, bem como a indicação das entidades a envolver na implementação deste Plano Diretor Municipal.

O Programa de Execução e Financiamento, constitui um caderno independente, também integrado no Relatório 2, e contempla as intervenções que a Autarquia considera essenciais para o horizonte do Plano, sem prejuízo de outras que irão necessariamente desenvolver-se.

7.1. UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

No sentido de operacionalizar todo o conjunto de medidas e ações que territorializam os objetivos estratégicos propostos, a equipa do plano esboçou a definição de 6 Unidades operativas de planeamento e Gestão (UOPG), no sentido de dotar as diversas áreas do concelho, submetidas a curto prazo a intervenções de carácter urbanístico, a objetivos e orientações específicos, de forma a dotá-las das condições necessárias para a prossecução dos trabalhos a executar. Deste modo, nesta parte do relatório, proceder-se-á à identificação e descrição de cada uma das UOPG previstas, bem como os objetivos e orientações preconizados para cada uma delas em particular. Por conseguinte, encontramos as seguintes unidades:

UOPG 1 – Área de Expansão Urbana da Vila de Penela - Poente

A UOPG1 tem por objetivo criar na vila de Penela uma área predominantemente habitacional e respetivas funções complementares, podendo integrar outras funções e instalações, compatíveis com a função habitacional. Pretende-se promover uma expansão urbana qualificada, optando-se pelo crescimento urbano de baixa densidade, no qual se deve privilegiar a ocupação unifamiliar de forma equilibrada e sustentável com a devida dotação de espaços verdes urbanos e equipamentos. Esta UOPG será desenvolvida através de Unidade de Execução.



UOPG 2 – Plano de Pormenor da Área de Expansão Urbana da Vila de Penela – Rio Dueça

A UOPG2 tem por objetivo Promover a expansão urbana qualificada e de transição com o solo rural e áreas de ocupação urbana, apoiada em sistemas de continuidade e qualificação do espaço público, optando-se pelo crescimento urbano de baixa densidade. Promover-se-á uma área habitacional e respetivas funções complementares, compatíveis com a função habitacional. O Plano de Pormenor a elaborar deverá ter subjacente um conceito de planeamento que privilegie a elevada qualidade florestal, a qualidade ambiental e urbanística do espaço, procurando assegurar a sua sustentabilidade, desenvolvendo estratégias de ocupação para edificação de baixa ou muito baixa densidade, de modo a assegurar a intimidade dos espaços a vivenciar pelos habitantes. Pretende-se também a implantação de um conceito de mobilidade que promova a ligação pedonal e ciclável entre a Vila de Penela, o Rio Dueça e o açude da Ponte do Espinhal. Esta UOPG será desenvolvida através de Plano de Pormenor.

UOPG 3 – Plano de Pormenor do PENELI

A UOPG3 tem por objetivo a criação, a norte do município de Penela, de uma área destinada predominantemente ao uso industrial, permitindo-se a coexistência de outros usos e atividades, nomeadamente operações de gestão de resíduos, armazenagem, comércio, serviços e equipamentos ligados a estas atividades. Trata-se de um Parque Empresarial com infraestruturas e serviços especializados de apoio a sectores estratégicos definidos no Programa Diretor de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo, e outras infraestruturas ou serviços complementares. Esta UOPG será desenvolvida através de Plano de Pormenor.

UOPG 4 – Área de expansão de Podentes

A UOPG4 tem por objetivo promover soluções que conduzam a um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Pretende-se promover uma expansão urbana qualificada, garantindo-se um crescimento urbano de baixa densidade, equilibrado e sustentável, garantindo-se a qualificação de espaços públicos. Promover-se-á essencialmente a função habitacional, sendo admitida a instalação de outras funções, tais como comércio, serviços, equipamentos ou zonas verdes, para promoção da sua multifuncionalidade, respeitando características essenciais de homogeneidade do conjunto. Esta UOPG será desenvolvida através de Unidade de Execução.



UOPG 5 – Área de expansão do Rabaçal

A UOPG5 tem por objetivo programar o ordenamento do território através da promoção de soluções que conduzam a um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Pretende-se promover a função habitacional, bem como a instalação de outras funções, tais como comércio, serviços, turismo, equipamentos ou zonas verdes, para promoção da sua multifuncionalidade. Promover-se-á o crescimento urbano de baixa densidade, qualificado, equilibrado e sustentável, bem como sistemas de continuidade com a envolvente, em particular no desenho e definição dos espaços públicos, respeitando características essenciais de homogeneidade do conjunto. Esta UOPG será desenvolvida através de Unidade de Execução.

UOPG 6 – Área de expansão da Cumieira

A UOPG6 tem por objetivo programar o ordenamento do território através da promoção de soluções que conduzam a um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Pretende-se garantir um crescimento urbano de baixa densidade, equilibrado e sustentável, a expansão urbana qualificada e de transição com o solo rural e áreas de ocupação urbana, promovendo-se a função habitacional, sendo permitida a instalação de outras funções, tais como comércio, serviços, turismo, equipamentos ou zonas verdes. Esta UOPG será desenvolvida através de Unidade de Execução.



7.2. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO

QUADRO 7.1 – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E MEIOS DE FINANCIAMENTO PARA INTERVENÇÕES NO TERRITÓRIO MUNICIPAL
(Objetivos estratégico 1)

OBJETIVO ESTRATÉGICO	GRANDES MEDIDAS E AÇÕES	DOMÍNIOS	2011/2013	2014/2017	2018/2021	CUSTO ESTIMADO	FONTES DE FINANCIAMENTO
Programar o ordenamento do território através da promoção de soluções que conduzam a um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentado do concelho, assim como a valorização do património natural e cultural construído de referência	Elaboração do Plano de Pormenor para área de expansão da Vila, Rio Dueça	Estudo / projeto	X			Em Estudo	Em Estudo
		obra		X			
	Implementação do Plano Mobilidade para o concelho de Penela	estudo / projeto	X			Em Estudo	Em Estudo
		obra	X	X			
	Criação de Casa da cultura e Museu do Mel do Espinhal	estudo / projeto	X			650.000,00	Município de Penela e P.O.R. Centro – eixo 3 – equipamentos para a coesão social
		obra		X			
	Reabilitação de imóvel municipal, localizado no centro histórico, em edifício para Casa da Cultura e do Turismo (Casa da Noz)	estudo / projeto	X			815.684,00	Município de Penela e P.O.R. Centro – eixo 2 – Redes urbanas para a competitividade e inovação
		obra	X				
	Promoção da Construção de Casa de Chá, junto ao Castelo;	estudo / projeto	X			300.000,00	Privado
		obra	X				
	Construção do complexo desportivo municipal de São Jorge, em Penela (2ª fase)	estudo / projeto	X			Em Estudo	Em Estudo
		obra		X			
	Construção/reabilitação de edifício sede da Junta de freguesia da Cumieira	estudo / projeto	X			Em Estudo	Município de Penela
		obra		X			
	Construção de lar de idosos em Podentes	estudo / projeto	X			Em Estudo	Privado
		obra		X			
	Construção de lar de idosos na Cumieira	estudo / projeto	X			Em Estudo	Privado
		obra		X			
	Reabilitação da Fonte Nova, em Penela	estudo / projeto	X			Em Estudo	Município de Penela
		obra		X			
	Requalificação de arruamentos no Centro Histórico de Penela (Rua 25 de Abril, Largo da Misericórdia e Rua Herói Caspiro);	estudo / projeto	X			764.880,00	Município de Penela e P.O.R. Centro – eixo 2 – parcerias para a regeneração urbana
		obra	X				



RELATÓRIO 2

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES

PDM PENELA

março de 2013

QUADRO 7.1 – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E MEIOS DE FINANCIAMENTO PARA INTERVENÇÕES NO TERRITÓRIO MUNICIPAL
(Objetivos estratégico 1) - continuação

OBJETIVO ESTRATÉGICO	GRANDES MEDIDAS E AÇÕES	DOMÍNIOS	2011/2013	2014/2017	2018/2021	CUSTO ESTIMADO	FONTES DE FINANCIAMENTO
Programar o ordenamento do território através da promoção de soluções que conduzam a um desenho urbano qualificado e adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentado do concelho, assim como a valorização do património natural e cultural construído de referência	Construção, manutenção e reabilitação de parques infantis	Estudo / projeto	X			250.000,00	Município de Penela
		obra	X	X			
	Construção de novas redes de saneamento em baixa para aglomerados próximos da bacia do Dueça - Emissário de Penela (subsistema Quinta de Cima)	estudo / projeto	X	X		3.400.000,00	Município de Penela / Águas do Mondego
		obra		X	X		
	Construção de novas redes de saneamento em baixa para aglomerados do Subsistema das Cerejeiras - emissário E9, E10, E11	estudo / projeto	X			750.000,00	Município de Penela / Águas do Mondego
		obra		X	X		
	Construção de redes de saneamento em baixa para aglomerados da Zona Oeste concelho	estudo / projeto	X	X		1.500.000,00	Município de Penela / Águas do Mondego
		obra		X	X		
	Construção de rede de saneamento em baixa para a Cabeça Redonda	estudo / projeto	X			160.000,00	Município de Penela
		obra		X			
	Construção de rede de saneamento em baixa de Chanca	estudo / projeto	X			110.000,00	Município de Penela
		obra		X			
	Manutenção e ampliação de redes de saneamento existentes	estudo / projeto				400.000,00	Município de Penela
		obra	X	X	X		
	Manutenção e reforço das redes de captação e distribuição de água no concelho, garantindo água em quantidade e qualidade a todos os aglomerados urbanos	estudo / projeto				1.000.000,00	Município de Penela
		obra	X	X	X		
	Controlo sistemático da qualidade da água para abastecimento e das águas residuais	estudo / projeto				150.000,00	Município de Penela
		obra	X	X	X		
	Expansão e reforço da rede de recolha de resíduos urbanos e da recolha seletiva de resíduos	Estudo / projeto				100.000,00	Município de Penela
		obra	X	X	X		



RELATÓRIO 2

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES

PDM PENELA

março de 2013

QUADRO 7.2 – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E MEIOS DE FINANCIAMENTO PARA INTERVENÇÕES NO TERRITÓRIO MUNICIPAL
(Objetivos estratégico 2)

OBJETIVO ESTRATÉGICO	GRANDES MEDIDAS E AÇÕES	DOMÍNIOS	2011/2013	2014/2017	2018/2021	CUSTO ESTIMADO	FONTES DE FINANCIAMENTO
Promover o desenvolvimento das acessibilidades, através do reforço das ligações inter-regionais e da conservação/ beneficiação das vias intra-concelhias	Construção da variante sul ao Centro Histórico de Penela	estudo / projeto	X			600.000,00	Município de Penela e QREN - Eixo 2 - Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos (Mobilidade Urbana)
		obra		X			
		obra	X				
	Retificação e pavimentação da estrada municipal distribuidora MD563 Espinheiro – Rabaçal	estudo / projeto		X		300.000,00	
		obra		X			
		obra	X				
	Construção da ligação viária Bairro São Jorge - Rio Dueça	estudo / projeto	X			1.000.000,00	Em estudo
		obra	X				
	Retificação e pavimentação da estrada municipal distribuidora MD1195 Casais – Carvalhais – Viavai – Grocinas	estudo / projeto	X			500.000,00	Em estudo
		obra	X				
	Manutenção e beneficiação da rede viária municipal	estudo / projeto	X	X	X	2.000.000,00	Em estudo
		obra	X	X	X		
	Retificação da ER347 (ligação IC3 – Espinhal – Castanheira de Pêra)	estudo / projeto	X			Em estudo	Município de Penela e Estradas de Portugal
		obra	X				
	Beneficiação da EN110 (ligação Penela – Lamas), com desclassificação prevista para Estrada Municipal Coletora	estudo / projeto	X			Em estudo	Em estudo
		obra	X				

QUADRO 7.3 – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E MEIOS DE FINANCIAMENTO PARA INTERVENÇÕES NO TERRITÓRIO MUNICIPAL
(Objetivos estratégico 3)

OBJETIVO ESTRATÉGICO	GRANDES MEDIDAS E AÇÕES	DOMÍNIOS	2011/2013	2014/2017	2018/2021	CUSTO ESTIMADO	FONTES DE FINANCIAMENTO
Potenciar o desenvolvimento económico através da criação estratégica de espaços empresariais e industriais, estimulando o desenvolvimento de uma base industrial local, tirando partido dos recursos naturais e endógenos e das condições de acessibilidade	Implementação/construção de Parque Empresarial, a Norte do Concelho, para Novas Estratégias de Localização do Investimento	estudo / projeto	X			2.300.000,00	Em estudo
		obra		X			
	Construção de Centro de Gestão de Resíduos	estudo / projeto	X			Em estudo	Em estudo
		obra		X			
	Requalificação da Quinta do Vale do Espinhal, beneficiando dos recursos edificados e naturais existentes, com criação de Habitat de inovação empresarial em sectores estratégicos	estudo / projeto	X			750.000,00	Município de Penela e P.O.R. centro – eixo 1 – sistema de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística
		obra	X				



RELATÓRIO 2

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES

PDM PENELA

março de 2013

QUADRO 7.4 – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E MEIOS DE FINANCIAMENTO PARA INTERVENÇÕES NO TERRITÓRIO MUNICIPAL
(Objetivos estratégico 4)

OBJETIVO ESTRATÉGICO	GRANDES MEDIDAS E AÇÕES	DOMÍNIOS	2011/2013	2014/2017	2018/2021	CUSTO ESTIMADO	FONTES DE FINANCIAMENTO
Dinamizar o desenvolvimento da actividade turística, salvaguardando e fomentando a utilização dos recursos e valores turísticos, naturais e construídos	Estabelecimento de estratégia municipal para a promoção do turismo, através da criação de programa de análise, diagnóstico e ação para a promoção e dinamização do turismo nos domínios cultural, ambiental e patrimonial	estudo / projeto	X			Em estudo	Em estudo
		obra	X	X	X		
	Reabilitação da Aldeia dos Tamazinhos	Estudo / projeto	X			Em estudo	Privado
		obra		X			
	Reabilitação das aldeias do Esquio e Pessegueiro	estudo / projeto	X			9.500.000,00	
		obra	X	X			
	Construção de cobertura para a estação arqueológica da Villa Romana do Rabaçal	estudo / projeto	X			Em estudo	Em estudo
		obra		X			
	Construção de piscina descoberta	estudo / projeto	X			300.000,00	Município de Penela e QREN - Eixo 3 - Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (qualificação integrada de espaços sub-regionais)
		obra		X			
	Construção de Parque de Campismo na Louçaíña	estudo / projeto	X			250.000,00	Município de Penela
		obra	X				
		obra	X				
	Requalificação urbana da Aldeia dos Pardieiros	estudo / projeto	X			300.000,00	Em estudo
		obra		X			
	Requalificação da Pedra da ferida	estudo / projeto	X			150.000,00	Município de Penela e P.O.R. Centro – eixo 4 – ações de qualificação e valorização ambiental
		obra	X				
	Organização e promoção de atividades culturais, exposições temáticas, feiras e certames	estudo / projeto	X			2.000.000,00	Município de Penela e QREN - Eixo 3 - Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (valorização de recursos específicos do território)
obra		X	X	X			
Reabilitação de imóvel municipal em edifício para arquivo municipal	estudo / projeto	X			400.000,00	Município de Penela e Instituto Português de Arquivo	
	obra		X				



QUADRO 7.4 – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E MEIOS DE FINANCIAMENTO PARA INTERVENÇÕES NO TERRITÓRIO MUNICIPAL
(Objetivos estratégicos 4) - continuação

OBJETIVO ESTRATÉGICO	GRANDES MEDIDAS E AÇÕES	DOMÍNIOS	2011/2013	2014/2017	2018/2021	CUSTO ESTIMADO	FONTES DE FINANCIAMENTO
	Criação de Casa Museu do Espinhal	estudo/ projeto	X			400.000,00	Município de Penela e
		obra		X			Município de Penela e
	Requalificação do largo do mercado do Espinhal	estudo/ projeto	X			350.000,00	QREN - Eixo 3 - Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais
		obra	X				
	Ampliação do cemitério Espinhal	estudo/ projeto	X			Em estudo	Junta de Freguesia do Espinhal
		obra		X			
	Estabelecimento de Estratégia municipal para as energias renováveis, através da criação de um programa de análise, diagnóstico e ação nesse domínio	estudo/ projeto	X			100.000,00	Município de Penela e
		obra	X	X		250.000,00	QREN - Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento (Energias renováveis)
	Criação de portal digital de apoio à dinamização da base económica local	estudo/ projeto	X			40.000,00	Município de Penela e
		obra	X	X			QREN - Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento (áreas de acolhimento empresarial)
	Barómetro de inovação, competitividade e empreendedorismo;	estudo/ projeto	X			40.000,00	
		obra	X	X	X		



RELATÓRIO 2

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES

PDM PENELA

março de 2013

QUADRO 7.5 – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E MEIOS DE FINANCIAMENTO PARA INTERVENÇÕES NO TERRITÓRIO MUNICIPAL
(Objetivos estratégico 5)

OBJETIVO ESTRATÉGICO	GRANDES MEDIDAS E AÇÕES	DOMÍNIOS	2011/2013	2014/2017	2018/2021	CUSTO ESTIMADO	FONTES DE FINANCIAMENTO	
Preservar, valorizar e potenciar os territórios rurais, agrícolas e florestais como elementos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento sustentável, assumindo-os como elementos reveladores da própria identidade do Município.	Elaboração do Plano Municipal do Ambiente	estudo / projeto	X			Em estudo	Município de Penela e QREN - Eixo 4 - Proteção e valorização ambiental (Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos)	
		obra		X				
	Abertura e manutenção de estradas e caminhos florestais	estudo / projeto	X	X	X	1.500.000,00		
		obra	X	X	X			
	Construção e beneficiação de infraestruturas de combate a incêndios e fogos florestais	estudo / projeto	X	X	X	200.000,00		
		obra	X	X	X			
	Desenvolvimento de parcerias público/privadas para a proteção e valorização do património (entre o museu/estação arqueológica da Villa Romana do Rabaçal e outros museus/estações arqueológicas, etc)	estudo / projeto	X			Em estudo		Município de Penela
		obra	X	X	X			
	Fomento de sinergias inter-regionais através da definição de ações comuns, tais como Infraestruturação de trilhos e percursos da natureza (serranos, Rede Natura, ...), ou relacionados com vestígios arqueológicos (ao longo traçado da estrada romana, ...)	estudo / projeto	X			Em estudo		Município de Penela e QREN - Eixo 4 - Proteção e valorização ambiental (Gestão ativa da Rede Natura e Biodiversidade)
		obra	X	X	X			
	Elaboração da Carta Arqueológica para o Concelho de Penela	estudo / projeto	X			Em estudo		
		obra	X	X				